

ÓCORREIO

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

REPORTAGEM

MADAGASCAR Um roteiro para o crescimento

DOSSIER

Os mercados bolseiros ACP Contra ventos e marés

DESCOBERTA DA EUROPA

Martinica Para além dos *clichés*

Comité Editorial

Co-presidentes

John Kaputin, Secretário-Geral
Secretariado do Grupo dos países de África, Caraíbas e Pacífico
www.acp.int

Stefano Manservigi, Director Geral da DG Desenvolvimento
Comissão Europeia
ec.europa.eu/development/

Equipa editorial

Director e Editor-chefe

Hegel Goutier

Jornalistas

Marie-Martine Buckens (Editor-chefe adjunto)
Debra Percival

Editor assistente e produção

Joshua Massarenti

Colaboraram nesta edição

Bernard Babb, Elisabetta Degli Esposti Merli, Sandra Federici, Lucky George, Andrea Marchesini Reggiani, Dev Nadkarni, Fernand Nouwligbeto, Clémence Petit-Pierrot e Debbie Singh

Relações Públicas e Coordenação de arte

Relações Públicas

Andrea Marchesini Reggiani
(Director de Relações Públicas e responsável pelas ONGs e especialistas)

Coordenação de arte

Sandra Federici

Paginação, Maqueta

Orazio Metello Orsini, Arketipa, Lai-momo, Roberta Contarini

Gerente de contrato

Claudia Rechten
Claudia Arnold



Capa e contracapa

Campos Paddy no coração de Antananarivo 2008.
© Marie-Martine Buckens

Contacto

O Correio
45, Rue de Trèves
1040 Bruxelas
Bélgica (UE)
info@acp-eucourier.info
www.acp-eucourier.info
Tel: +32 2 2374392
Fax: +32 2 2801406

Publicação bimestral em português, inglês, francês e espanhol.

Para mais informação em como subscrever,
Consulte o site www.acp-eucourier.info
ou contacte directamente info@acp-eucourier.info

Editor responsável

Hegel Goutier

Parceiros

Gopa-Cartermill - Grand Angle - Lai-momo

A opinião expressa é dos autores e não representa o ponto de vista oficial da Comissão Europeia nem dos países ACP.

Os parceiros e a equipa editorial transferem toda a responsabilidade dos artigos escritos para os colaboradores externos.

ESPACE SENGHOR

O nosso parceiro privilegiado: o ESPACE SENGHOR

O Espace Senghor é um centro que assegura a promoção de artistas oriundos dos países de África, Caraíbas e Pacífico e o intercâmbio cultural entre comunidades, através de uma grande variedade de programas, indo das artes cénicas, música e cinema até à organização de conferências. É um lugar de encontro de belgas, imigrantes de origens diversas e funcionários europeus.

espace.senghor@chello.be
www.senghor.be



O CORREIO

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

Índice

O CORREIO, Nº 7 NOVA EDIÇÃO (N.E)

EDITORIAL

Apreensão geral num mundo global 3

EM DIRECTO

Reforçar as grandes parcerias 4

PERSPECTIVA

6

PUNTOS DE VISTA

Meios de comunicação social e desenvolvimento: uma nova esfera de acção da parceria entre a Europa e a África? 10

DOSSIER

Mercados bolseiros nos ACP

Perda de uma oportunidade? 12

O valor escondido de África 14

A Bolsa de Valores do Pacífico Sul cresce lentamente 15

Quénia: futura plataforma financeira regional 16

A NSE expande-se 17

Caraíbas: Tempos difíceis 18

Bolsa de Valores da Nigéria: à tona de água 19

INTERACÇÕES

Grandes desafios na Cimeira ACP 21

Reflexões sobre uma primeira cimeira histórica 22

Quando é que o Pacífico “não é pacífico”? 24

Jornadas Europeias do Desenvolvimento. Começou a contagem decrescente 25

Os ACP querem proteger os ganhos de Doha 26

APRODEV: mais competências para os ACP antes dos APE definitivos 27

CONCORD, uma voz para as ONG Europeias 28

Um maior caminho regional 29

COMÉRCIO

Âmbito da política África-China-UE 30

Japão. Uma partida geopolítica e comercial 30

Política da UE para todos os amigos de África? 31

A ambiguidade brasileira 31

EM FOCO

Béa Diallo. Do ringue de boxe ao palco político e social 32

NOSSA TERRA

A aposta, vital, nas energias renováveis 34

REPORTAGEM

Madagáscar

Uma História singular 37

“Queremos ser um exemplo para os outros países ACP” 38

“Um espaço de estabilidade onde os recursos podem ser mobilizados para o desenvolvimento” 39

Recuperar a competitividade e duplicar a produção alimentar 41

Recursos naturais a enquadrar 43

Descentralização: ACORDS, um programa pioneiro 44

“O MAP não tem suficientemente em conta os problemas sociais” 46

Ensino: uma reforma altamente sensível 47

À procura da aliança entre o Homem e a natureza 48

Polifonias malgaxes 49

DESCOBERTA DA EUROPA

Martinica

Uma atracção que contraria os clichés 50

Fort-de-France, cidade para viver e não para consumir 52

Na pegada de Aimé Césaire 54

Opulência aparente e economia frágil 55

A caminho de uma autonomia certa... e vaga 56

Mal organizada mas bem equipada 57

Festival de Cultura de Fort-de-France 58

É preciso que todo o Planeta esteja nos filmes 59

CRIATIVIDADE

Os blogues: ponto de encontro de cartoonistas africanos 60

Encruzilhadas Culturais: Festival ZIFF 61

‘Ethno Passion’ – Coleção étnica de Peggy Guggenheim 62

PARA JOVENS LEITORES

As poupanças de Goor 63

À VOSSA ESCUTA/AGENDA

64



Obras de Malick Sidibé nas fachadas do Parlamento Europeu, Bruxelas, no âmbito da 'Semana africana: o diálogo intercultural' (exposições, espectáculos, encontros culturais, discussões políticas, Parlamento Europeu. Organização: Parlamento Europeu, União Africana, Africalia, Commune d'Ixelles. Bruxelas, 8 - 12 Setembro 2008).

Foto Hegel Goutier. Agradecimentos a Pierre Jaccaud, produtor do evento "Atelier Sidibé" e a Jean-Pierre Bauduin (fotografia).

Apreensão geral num mundo global



Otroar das botas vindo da Geórgia faz reviver em todo o lado o espectro da Guerra Fria e, portanto, o regresso a um mundo bipolarizado com o seu equilíbrio do terror. Um dos seus efeitos nefastos tem sido uma relativa indiferença de cada um dos dois pólos perante as violações dos direitos dos indivíduos perpetradas pelos membros do seu próprio campo.

O conflito recente entre a Rússia e a Geórgia pela posse da Ossécia do Sul e da Abcásia colocou, uma vez mais, a Europa na postura de um bombeiro obrigado a apagar um incêndio que outros atearam ou avivaram e a corrigir diplomaticamente a reacção excessiva de uma superpotência renascente e os erros de apreciação daqueles que lhe ofereceram o pretexto.

Gerou igualmente temerosos receios nos países pobres, e sobretudo em África, visto os países da periferia estarem plenamente conscientes de que “quando pega fogo na casa, todas as suas dependências arriscam de arder” (provérbio caribenho). Um mundo global tem apreensões globais!

A África afasta-se cada vez mais das suas velhas aberrações. O caderno principal deste número de *O Correio*, dedicado aos mercados bolsistas ACP, apresenta a análise de exímios peritos internacionais que atribuem o sucesso das bolsas africanas ao círculo virtuoso iniciado por eleições democráticas e consolidado pela redução dos défices orçamentais, sendo a aposta dos financeiros estrangeiros “o valor oculto” da África, nicho de investimentos lucrativos.

O Correio sublinha a atracção crescente de algumas economias, grandes ou emergentes, pela África, como é o caso do Japão, da China ou do Brasil, à imagem dos novos passos dados pelo continente rumo ao seu desenvolvimento sustentável, como por exemplo a Conferência Internacional sobre Energias Renováveis

na África Austral, que prevê multiplicar por dez o nível do investimento neste sector nos próximos cinco anos. A região tem, sem dúvida, uma premente necessidade de tais investimentos, como é o caso de Madagáscar, objecto da grande reportagem desta revista, onde o kilowatt-hora custa três ou quatro vezes mais do que na Europa ou até mesmo no continente africano. Mas cuidado! A fragilidade que provocaria a persistência de acções beligerantes não destruiria apenas castelos de areia!

A crise dos “subprimes” nos Estados Unidos fragilizou as bases das economias mundial, europeia e japonesa, por exemplo, que estão empenhadas em resistir tanto quanto possível ao impacto. Todavia, as consequências para a economia dos pequenos países, entre outras para a economia turística das Caraíbas, são muitíssimo mais graves, de modo que os mercados bolsistas da região, após excelentes resultados em 2007, vivem agora uma certa inquietação, com excepção da Trindade, cujo petróleo tira proveito do medo que prevalece à sua volta.

Neste clima moroso, a União Europeia procura atenuar o sofrimento ao contribuir “para alimentar o mundo”, para citar Alain Joyandet, Secretário de Estado francês, exprimindo-se em nome de uma União, que junta o gesto às palavras, disponibilizando um óbolo suplementar de mil milhões de euros para manter o equilíbrio alimentar. E a realização da primeira Semana Africana do Parlamento Europeu – sobre a qual *O Correio* se exprime sucintamente neste número, mas voltará a falar no próximo – que mistura cultura, diplomacia, política de desenvolvimento e fórum intelectual é uma maravilhosa homenagem ao continente negro que nos incute ânimo e nos aquece o coração.

Hegel Goutier
Redactor-Chefe

Debra Percival & Marie-Martine Buckens

REFORÇAR as grandes parcerias

Entrevista de Alain Joyandet, Secretário de Estado da Cooperação e da Francofonia do Governo francês

Recém-chegado à cena política francesa, e internacional, Alain Joyandet tomou as rédeas da Secretaria de Estado da Cooperação e da Francofonia – sob a tutela de Bernard Kouchner – em Março transacto, por ocasião da minirremodelação governamental, decidida pelo Presidente francês, Nicolas Sarkozy. Os seus amigos da UMP preferiam ver este proprietário de meios de comunicação social de 54 anos – e também presidente da Câmara Municipal de Vesoul desde 1995 – aos comandos do Ministério das Novas Tecnologias ou da Administração Interna. Pouco importa, depois de quase seis meses no lugar, o novo patrão da rue Monsieur já percorreu vinte países africanos e escandalizou as organizações da sociedade civil europeia ao declarar ter “convicções” mas querer também “defender a França e as suas quotas de mercado”. No plano europeu, Alain Joyandet mostra-se mais prudente e assegura querer jogar a cartada da parceria, inclusive com os “novos intervenientes”, durante o semestre da Presidência francesa da UE.



Alain Joyandet, Ministro da Cooperação francês © Cyril Bailleul MAE

Quais são as grandes linhas da política de desenvolvimento da Presidência francesa da UE?

Os eixos da nossa Presidência são claros. Queremos articular melhor as nossas políticas, apoiando o desenvolvimento humano e económico e lutando contra a alteração climática. Paralelamente, queremos reforçar os nossos meios, multiplicando a eficácia do desenvolvimento e do seu financiamento, e respondendo às situações difíceis. Por fim, cabe desenvolver as nossas parcerias, reforçando as grandes parcerias, insisto neste ponto, e incluindo os novos intervenientes.

Neste contexto, esperam-nos várias prioridades, nomeadamente avançar rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), melhorar a governação e a segurança alimentar e estreitar o vínculo entre cultura e desenvolvimento. Em matéria de ajuda, precisamos de reforçar a eficácia e a coerência, bem como desenvolver novas fontes de financiamento. Por fim, necessitamos de reforçar o investimento em África.

Logo no início da Presidência, a França organizou a conferência “O que dar de comer às gerações presentes e futuras” para provocar um amplo debate sobre a política agrícola mundial. Será que os Estados-Membros da UE negligenciaram o investimento na agricultura?

A agricultura tornou-se efectivamente um sector negligenciado pelas políticas e pelas intervenções. Apenas alguns financiadores, entre os quais a França, estiveram realmente activos nos últimos anos. A crise alimentar mostrou que seria essencial reequilibrar as políticas públicas sobre a matéria. Tal é a lógica da parceria mundial para a alimentação e a agricultura que a França lançou para se ocupar deste sector “órfão” mas essencial. Importa ter em mente que erradicar a fome constitui o primeiro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. E que a penúria alimentar produz consecutivamente um recuo geral e global dos ODM.

A Comissão Europeia anunciou um fundo dotado de mil milhões de euros para estimular a curto prazo a produção agrícola nos países em via de desenvolvimento. Tem outros projectos em vista para jugular a crise actual?

A parceria mundial que nós propomos comporta três vertentes. Em primeiro lugar, um reexame das políticas de forma a reflectir as preocupações alimentares. Trata-se sobretudo de uma missão de coerência e de coordenação. Segue-se-lhe uma peritagem, a cargo do GIEC [Grupo Intergovernamental de Avaliação do Clima, ndr], que nos permite reflectir sobre os impactos e as causas a longo prazo para



Alain Joyandet na abertura da escola de Parakou, Benim
© Ministério da Cooperação, França.

além da crise conjuntural. Devemos imaginar a alimentação de um século XXI com 9 mil milhões de habitantes (em 2050, isto é, praticamente amanhã!) num contexto climático mutável. As perturbações consequentes para os países pobres devem ser antecipadas. Por fim, o financiamento, questão fundamental para inscrever esta parceria mundial no longo prazo. A este respeito, a França propôs a criação de uma “facilidade” ligada ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Desejamos inserir a lógica da segurança alimentar nos acordos de parceria económica e nos processos de integração regional. Queremos também colocá-la no centro das nossas estratégias de desenvolvimento económico e de apoio ao sector privado agrícola.

Actualmente, mais de metade dos países ACP não manifestam o desejo de celebrar um acordo APE que julgam poder vir a prejudicar o seu desenvolvimento. Qual é a sua opinião?

O debate sobre os APE instaurou um clima emocional que é preciso ultrapassar. Importa com efeito fazer evoluir as negociações em duas direcções. Nomeadamente, mais flexibilidade, no que se refere aos produtos e aos calendários, e mais desenvolvimento, associando os APE aos processos de integração regional e aos imperativos de segurança alimentar. O essencial será celebrar acordos intercarras capazes de estabilizar a situação dos países pobres à luz das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Temos, pois, tempo que importa utilizar para trabalhar de modo pragmático sobre elementos concretos. Quanto a isso, gostaria de lhe chamar a atenção para o facto de nenhum APE ser

similar. Faço notar que o relativo à região das Caraíbas vai ser assinado em breve. Estamos longe do conflito das bananas!

Alguns observadores predizem uma ruptura do Grupo ACP a seguir a 2020 – data da expiração do acordo de Cotonu. Justifica-se a manutenção do Grupo para além desta data?

Trata-se de uma questão recorrente que os países ACP deverão resolver. Faço notar, porém, que a maioria dos países do mundo se insere em configurações regionais singulares sem que isso os afecte. 2020 ainda vem longe. Concentremo-nos, pois, no que falta fazer até lá e, nomeadamente, como sabe, na revisão do acordo de Cotonu.

A Comissão Europeia pretende estabelecer uma ajuda triangular com a China para África. O que pensa disso?

É essencial abrir um diálogo com a China sobre África. Este diálogo deve ser franco e aberto. Devemos falar em conjunto não só dos ODM, mas também do impacto das nossas políticas respectivas nos países parceiros. É plausível que se venha a trabalhar em projectos comuns. Esta cooperação será apreciada caso a caso e em função de cada país. Abordaremos este tema dentro em pouco já que a ordem do dia da cimeira entre a UE e a China, no início de Dezembro, incluirá um ponto sobre a África. ■

Palavras-chave

Alain Joyandet; França; cooperação francesa; francofonia; ODM; agricultura; segurança alimentar; OMC; APE; China.

UNIÃO AFRICANA: Uma cimeira com a crise alimentar como pano de fundo

A crise alimentar, a situação no Zimbabué e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram os pratos principais da XI Cimeira da União Africana, que reuniu de 29 de Junho a 1 de Julho, os chefes de Estado e de Governo, bem como os representantes de 53 membros da União, na cidade egípcia de Charm el-Cheikh no Mar Vermelho.

E vocando a crise alimentar, a escalada dos preços energéticos e o aquecimento do clima mundial, o chefe de Estado egípcio frisou que a África era “uma das regiões do mundo mais afectadas”, convidando assim a comunidade internacional a assumir as suas responsabilidades no sentido de encontrar uma solução através de um “diálogo sincero e construtivo e de diligências colectivas”. Este apelo foi reiterado pela União Africana uma semana mais tarde aos dirigentes das 8 nações mais ricas do mundo (G8) reunidos no Japão.

> Apelo ao diálogo

Numa resolução, a UA apelou também a Robert Mugabe, presidente do Zimbabué, e a Morgan Tsvangirai, líder do Movimento para a Mudança Democrática (MDC), para que honrassem os compromissos assumidos no sentido de “dialogar a favor da paz, da estabilidade, da democracia e da reconciliação do povo zimbabuense”. “Profundamente preocupada com a situação prevalecente no Zimbabué”, a União Africana inquieta-se com a violência e a perda de vidas no país, insistindo na necessidade de criar condições propícias à democracia e ao desenvolvimento do Zimbabué. A despeito da “complexidade” da situação no país, a UA afirmou a sua convicção de que o povo zimbabuense será capaz de encontrar solução para as suas divergências e de cooperar de novo numa “única nação” com

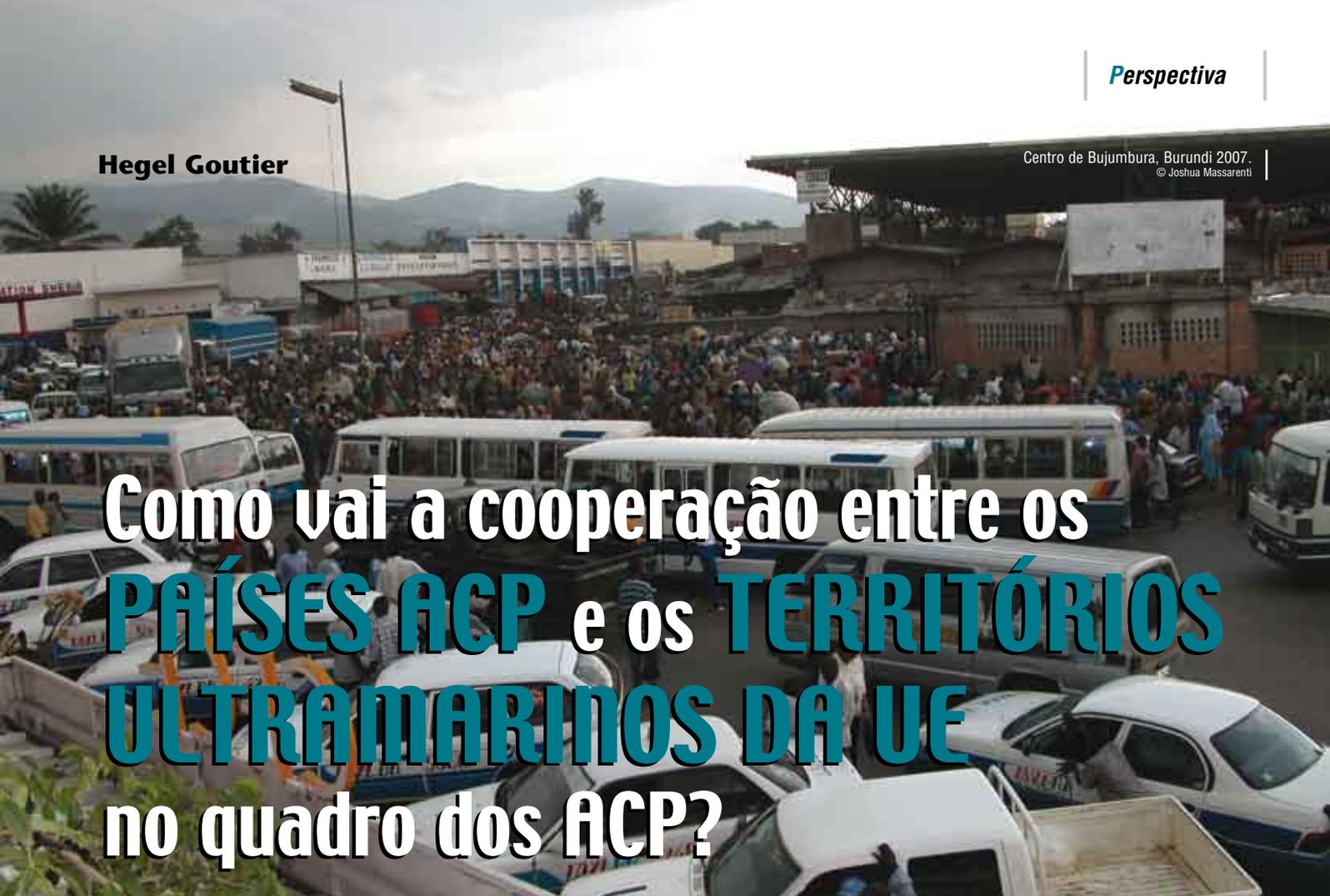
a assistência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da UA e do mundo inteiro.

Paralelamente, a União Africana condenou a acção militar da Eritreia contra o Jibuti nas regiões fronteiriças em litígio e solicitou a retirada “imediate e incondicional” da Eritreia, pedindo-lhe que “desse provas de moderação, recorresse ao diálogo para resolver qualquer disputa bilateral e cooperasse em todos os esforços envidados nesse sentido”.

> Um fórum afro-árabe

Reunidos na véspera da cimeira, no âmbito do Conselho Executivo da União Africana, os ministros africanos dos Negócios Estrangeiros, decidiram criar um Fórum Afro-árabe para o Desenvolvimento. Este deverá reunir sindicatos, organizações da sociedade civil e os sectores privados de África e do mundo árabe. A sua primeira reunião poderá ter lugar no Outono do ano em curso. Esta decisão vem na sequência da declaração feita por Jean Ping, presidente da Comissão da União Africana, segundo a qual a UA estava interessada em prosseguir a sua cooperação com o mundo árabe. Indicou que discutiria num futuro próximo com o Secretário-Geral da Liga Árabe os meios necessários para lançar o Comité de Trabalho Afro-árabe. **M.M.B. ■**

Hegel Goutier

Centro de Bujumbura, Burundi 2007.
© Joshua Massarenti


Como vai a cooperação entre os PAÍSES ACP e os TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS DA UE no quadro dos ACP?

Christiane Taubira, conhecida por ter sido a primeira mulher candidata à Presidência da República em França e que é uma das vozes mais importantes da esquerda, surpreendeu ao responder favoravelmente ao Presidente Sarkozy, que lhe solicitou um relatório sobre os APE (Acordos de Parceria Económica) para orientar a Presidência Francesa da UE. Este relatório devia igualmente dar pistas em relação à cooperação entre os Departamentos Ultramarinos franceses (DOM) e os países ACP vizinhos. Para elaborar este relatório, Taubira encontrou-se durante seis semanas com centenas de personalidades. Uma das suas reuniões de trabalho foi no início de Junho com o Comité dos Embaixadores ACP em Bruxelas, o órgão de gestão corrente do Grupo ACP.

Entrevista com Christiane Taubira, deputada francesa da Guiana a propósito do seu relatório sobre os APE para o Presidente Sarkozy

Christiane Taubira respondeu às perguntas do Correio sobre o seu relatório, mas igualmente sobre a cooperação ou a falta dela entre os DOM e os ACP e sobre as suas pistas de reflexão para desenvolver essa cooperação.

Quais são as principais recomendações que fez ao Presidente Sarkozy no relatório sobre os APE, em que mostra uma grande compreensão pelos ACP?

Fiz treze recomendações importantes. Gostaria de dizer que de facto tenho uma grande empatia com os ACP, que é verda-

deira e duradoura. E o Presidente Sarkozy sabia isso, portanto eu não ia escondê-la. Fiz treze recomendações ao Presidente e as mais importantes são as seguintes. É preciso que o direito internacional ceda perante o direito à segurança alimentar e orientar mais a ajuda ao desenvolvimento para a produção agrícola, com o apoio de um arsenal legislativo obrigatório. Preconizo igualmente alguma flexibilidade nos APE, tal como previsto nas disposições do Acordo de Cotonu; uma apreciação jurídica do artigo 24.º do Gatt para não exigir mais liberalismo do que o próprio Gatt exige; uma alteração do mandato de negociação da Comissão Europeia, que

tem uma interpretação comercial do desenvolvimento, rígida e maximalista. Não quero que uma das partes, a Comissão ou os ACP, imponha à outra o seu ponto de vista. É por isso que proponho, em relação aos APE, a possibilidade de arbitragem na interpretação das cláusulas do Gatt ou de outros acordos.

Qual foi o acolhimento dado pelo Presidente Sarkozy ao seu relatório?

Recebi uma carta do Presidente Sarkozy na qual afirma partilhar plenamente – são as suas palavras – os meus pontos de vista. Com excepção de um ponto, a anulação da dívida.



Da esquerda para a direita: Christiane Taubira, Surtiawan Gunesse, Embaixadora da Maurícia, Henry Okole, chefe de gabinete do Secretário-Geral ACP no Secretariado ACP (Bruxelas). © Hegel Goutier

Excerto da carta do Presidente francês, **Nicolas Sarkozy**, à Deputada Christiane Taubira (publicada pelos nossos colegas da RFO, Radio France Outre-mer) :

“Trata-se de uma questão de grande importância, para cujo sucesso é essencial a mobilização dos eleitos ultramarinos, na medida em que os APE ainda parecem suscitar mais receios do que esperança... O seu relatório é valioso, na medida em que descreve perfeitamente os principais elementos deste eventual contencioso, mas mais ainda pelas pistas que dá para um regresso à vontade inicial.”

Qual é a situação da cooperação entre os DOM da sua região, as Caraíbas, com os países ACP vizinhos?

Não está afastada, mas apenas numa fase cosmética: algumas construções, alguns intercâmbios desportivos. E o sector económico começa a tomar algumas iniciativas, o mesmo acontecendo com as cooperativas.

E é tudo; a questão é o quadro jurídico nos DOM franceses das Caraíbas, que não facilita estes intercâmbios. O sistema institucional francês faz com que num DOM haja um Conselho Regional (a região) e um Conselho Geral (o departamento) que se sobrepõem; a Martinica, por exemplo, é ao mesmo tempo departamento e região. Ora estas instituições não têm correspondência nos países ACP. Portanto a relação faz-se entre o Estado francês e os países ACP.

Muitas vezes o Estado não abre mão das suas prerrogativas e falta audácia às entidades locais. No relatório para o Presidente Sarkozy faço propostas neste sentido, para que os APE reforcem a cooperação entre os DOM e os ACP. Porque é possível encontrar alavancas, áreas de competência das regiões, das entidades locais. O que é preciso mudar é o estado de espírito. É preciso descentralizar a política atendendo a factores endógenos e geoculturais.

Como explicar que nas Caraíbas a utilização conjunta dos fundos da UE à disposição dos ACP (FED: Fundo Europeu de Desenvolvimento) e dos fundos à disposição

Excerto do **relatório de C. Taubira** sobre os APE : “Os DOM e os seus vizinhos com economias semelhantes podem optar entre permanecerem perigosamente concorrentes ou procurarem tornar-se complementares... A concorrência desenfreada é absurda, improdutiva e mortífera. Se é legítimo que cada território preserve as condições de vida da sua população, também é verdade que o fortalecimento de falsos antagonismos só pode levar a afrontamentos naturalmente destrutivos numa época em que a circulação de pessoas, bens e serviços se deve intensificar.”

dos países da UE como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) não se faça facilmente?

Os países das Caraíbas têm dificuldade em utilizar o FEDER ou o Interreg (fundos para projectos inter-regionais da UE)*. Ficam muitas dotações por gastar. Por falta de conhecimentos, mas também porque estes fundos são difíceis de mobilizar. É preciso conhecer muito bem os mecanismos do FED e ter intermediários em Bruxelas. Isto é válido tanto para os DOM como para os países ACP. Uma das razões é que não se inclui suficientemente a matéria cinzenta que acompanha este nível de exigências.

Falava da personalidade de Vergès no oceano Índico, porque não de Taubira nas Caraíbas, uma vez que parece ter a unanimidade nos DOM e nos países ACP da região?

Eu sou deputada, não presidente de região. Não tenho um domínio directo sobre estas questões. As minhas reflexões são conhecidas. Podem-se inspirar nelas. Fui a única ultramarina a bater-me contra a “desfiscalização” [ndr: exoneração de impostos em relação a certos investimentos feitos nos DOM], que se traduziu numa diminuição da intervenção do Estado nos aspectos sociais para obsequiar os contribuintes mais ricos e favorecer a evasão fiscal sem promover as competências locais. Os meus combates resultaram após 5 anos. Actualmente, 60% dos benefícios fiscais concedidos no caso de desfiscalização devem ir para os operadores locais. E não é suficiente, não é ainda uma política de desenvolvimento.

* Referência aos fundos europeus disponíveis para projectos nos Departamentos Ultramarinos.

Exame das relações dos PTU-UE

Montserrat, do grupo de Países e Territórios Ultramarinos (PTU),
© M. Percival

O objectivo do “Livro Verde” da Comissão Europeia publicado em 25 de Junho é dinamizar o debate público sobre a maneira de modernizar as relações da União Europeia com os seus 21 Países e Territórios Ultramarinos (PTU)*, dos quais muitos são vizinhos dos 79 Estados ACP. O documento explora as alternativas às cláusulas vigentes relativas ao comércio e à ajuda regidas pelas sucessivas Decisões de Associação Ultramarina tomadas desde 1964. A decisão em vigor expira em 31 de Dezembro de 2013.

Cada PTU tem um tipo diferente de relação

constitucional com a Dinamarca, a França, os Países Baixos e o Reino Unido. O que os PTU têm em comum é que são geralmente ilhas remotas com níveis de importação e custos de transporte elevados e com mercados muito limitados – principalmente em serviços – e que são vulneráveis aos riscos e tsunamis climáticos e vulcânicos. Por outro lado, a sua riqueza ecológica e a competência em sectores específicos podem ser desenvolvidas para beneficiar igualmente os países vizinhos, sugere o documento.

No campo comercial, o documento menciona também a possibilidade de os PTU se tornarem

membros dos Acordos de Parceria Económica (APE) com os Estados ACP seus vizinhos. São financiados actualmente projectos “clássicos” antipobreza para a maior parte dos PTU no âmbito do 10.º FED. **D.P.** ■

* Gronelândia, Nova Caledónia e Dependências, Polinésia Francesa, Territórios Austrais e Antárticos Franceses, Ilhas de Wallis e Futuna, Mayotte, São Pedro e Miquelon, Aruba, Antilhas Neerlandesas (Bonaire, Curaçau, Saba, Santo Eustácio, São Martinho), Anguila, Ilhas Caimão, Ilhas Falkland, Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, Monserrate, Pitcairn, Santa Helena e Dependências, Território Austral Britânico, Território do Oceano Índico, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas e Bermudas a pedido do Governo das Bermudas, os acordos de associação nunca se aplicaram às Bermudas).

UMA AJUDA de mil milhões de euros aos agricultores

Os agricultores de muitos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e de outros países em desenvolvimento são elegíveis para beneficiar de fundos no âmbito de uma “Facilidade” da União Europeia, a fim de combaterem a espiral dos preços dos produtos alimentares. Esta ajuda permitirá a compra de sementes de qualidade e de fertilizantes, a prestação de serviços agrícolas tais como aconselhamento em matéria de culturas, e igualmente “redes de segurança” susceptíveis de responder às necessidades alimentares de base em determinados países. Pretende-se com isto aumentar a produção agrícola, reduzir a malnutrição e diminuir a inflação dos preços dos produtos alimentares.

O fundo de mil milhões de euros de 2008-2009, aprovado em 18 de Julho pela

Comissão Europeia, provém das verbas poupadas em pagamentos aos agricultores da União Europeia no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC). Foram assim liberados 750 milhões de euros do orçamento comunitário da PAC de 2008 e 250 milhões de euros do orçamento da PAC de 2009, visto os agricultores da União Europeia beneficiarem actualmente de preços mais elevados para a sua produção nos mercados mundiais. Está prevista a assinatura de projectos no âmbito desta Facilidade em Dezembro de 2008.

Os primeiros beneficiários do financiamento são os países mais drasticamente afectados pela subida dos preços. A elegibilidade para financiamento será determinada em função das importações, da vulnerabilidade social, da estabilidade política e da importância da

produção alimentar na economia do país, como também da sua vulnerabilidade fiscal. São evidenciados os projectos de amplitude regional. A Task force de alto nível das Nações Unidas (ONU) para a crise alimentar global calculou que são necessários entre 18 e 25 mil milhões de euros para responder ao impacto das subidas actuais dos preços nos países em desenvolvimento.

Para os Estados ACP, os fundos da Facilidade são um complemento à ajuda alimentar de emergência e aos 1,2 mil milhões de euros reservados a projectos agrícolas a longo prazo nos Estados ACP, no âmbito do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento de seis anos (2008-2013). **D.P.** ■

Meios de comunicação social e desenvolvimento: uma nova esfera de acção da parceria entre a Europa e a África?

O texto que se segue é uma comunicação da Comissão Europeia (Direcção-Geral do Desenvolvimento)

De 11 a 13 de Setembro, a Comissão Europeia e a Comissão da União Africana organizaram um Fórum “Meios de comunicação social e desenvolvimento” com a OIF (Organização Internacional da Francofonia), a Comunidade Britânica e a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

> Um tema essencial

A informação livre, veiculada por meios de comunicação social independentes, é uma condição essencial para a democracia e o desenvolvimento. Com efeito, o desenvolvimento económico e social sustentável dos Estados carece não só de uma democracia sólida, mas também de um debate esclarecido e livre sobre o futuro, aberto a todas as opiniões. A independência dos meios de comunicação social é, pois, um dos elementos mais importantes de uma política de desenvolvimento global das nossas sociedades.

Para além da questão do papel dos meios de comunicação social na governação, a relação entre meios de comunicação social e desenvolvimento é ainda mais importante nos países em que os vectores de educação, de formação cívica, ou tão-só de divertimento são raros e muito amiúde limitados às elites urbanas. Assim sendo, a posição dos meios de comunicação social enquanto retransmissor cultural, educativo, social, político e económico deve ser consolidada, nomeadamente pelo apoio à criação e ao reforço da viabilidade dos meios de comunicação social.

> A primeira pedra de uma nova dinâmica euro-africana sobre o assunto

A realização do Fórum “Meios de comunicação social e desenvolvimento” em Uagadugu, de 11 a 13 de Setembro de 2008, constituiu a primeira pedra de uma nova dinâmica de análise e de proposta sobre o assunto. Lançado conjuntamente pela Comissão Europeia e pela Comissão da União Africana, o fórum foi organizado em parceria com a Organização Internacional da Francofonia, a Comunidade Britânica e a CPLP. Dá seguimento à cimeira entre a Europa e a África de Dezembro de 2007 que tinha lançado uma parceria para acções conjuntas.

Durante o fórum, que reuniu profissionais do jornalismo, representantes da sociedade civil e decisores políticos, foram abordados quatro temas principais:

- **Meios de comunicação social** e boa gover-

nação, que relação? (discussão sobre a governação na sua relação com os meios de comunicação social e a liberdade de expressão);

- **Liberdade de imprensa:** moldura jurídica e realidade no terreno (incluindo a oportunidade de uma Carta Pan-africana de Protecção dos Meios de Comunicação Social);

- **Lutar contra os estereótipos:** a imagem da África na Europa e da Europa em África (como mudar as percepções mediáticas deformadas e nefastas para a África, a Europa e as suas relações);

- **O papel dos meios de comunicação social locais:** a acção local para vingar a nível mundial? (em articulação com uma das temáticas fortes das Jornadas Europeias do Desenvolvimento de 2008 – a dimensão local do desenvolvimento).

Os intervenientes e participantes foram acolhidos por Louis Michel, Comissário Europeu, por Jean Ping, Presidente da Comissão da UA, e por Blaise Compaoré, Presidente do Burkina Faso. Entre os participantes, contavam-se grandes nomes de meios de comunicação social africanos e europeus (Euronews, Deutsche Welle, BBC, Les Afriques, Spectrum TV...) do mundo político (comissários, ministros do Mali, do Gana, do Burquina Faso, etc.) e da sociedade civil (RSF...).

A este fórum seguir-se-á na Europa uma série de debates que decorrerão no contexto das Jornadas Europeias do Desenvolvimento. As reflexões e as iniciativas lançadas em Uagadugu prosseguirão, o que augura certamente o reforço do papel e das acções conjuntas Europa-África sobre “Meios de comunicação social e desenvolvimento”.

> Como consolidar os meios de comunicação social: formação, independência, financiamento? Que acções existem? Que acções são possíveis?

Há evidentemente projectos e iniciativas neste

domínio. No Sri Lanka, a Comissão Europeia financia um projecto destinado a promover os direitos humanos junto das populações mais vulneráveis através do reforço das capacidades dos meios de comunicação social profissionais e independentes, que permitiu a publicação de um manual e a organização de seminários de formação sobre estas questões.

No domínio do apoio à viabilidade dos meios de comunicação social existem outras acções. Por exemplo, na República Centro-Africana, a Comissão contribui para o financiamento de um sistema original que permite à rádio Maïgaro emitir seis a oito horas por dia em vez das anteriores uma a duas horas. Trata-se de um dispositivo que permite produzir electricidade por tracção animal – mais precisamente graças a dois bois que rodam à volta de um eixo e um gerador eléctrico ligado a duas baterias de camião.

Outras entidades intervêm nestes domínios. Enquanto organização internacional com o mandato específico de promover o desenvolvimento dos meios de comunicação social, a UNESCO tem programas muito judiciosos. Os Estados-Membros da UE, tanto ao nível dos governos centrais como das pessoas colectivas territoriais, também lançaram várias iniciativas. A Comissão Europeia poderá ter um papel a desempenhar para favorecer a coordenação com e entre os Estados-Membros e o intercâmbio de boas práticas entre todas as entidades que intervêm nestes domínios.

De uma maneira mais geral, atentas à importância do tema para o desenvolvimento, a União Europeia e a União Africana poderão ser chamadas a desempenhar conjuntamente um papel mais activo no domínio “Meios de comunicação social e desenvolvimento”. É o objectivo do Fórum de Uagadugu que visa dar resposta a duas questões concretas: Que fazer? E como? ■

* O *Correio* voltará a examinar pormenorizadamente esta reunião no seu número 8.

Palavras-chave

Meios de comunicação social; desenvolvimento; Burquina Faso; Comissão Europeia; Comissão da União Africana; OIF; Comunidade Britânica; CPLP.

Mercados borseiros nos ACP Águas calmas e mares agitados

Por Bernard Babb, Lucky George, Dev Nadkarni e Debra Percival

Anossa análise do funcionamento das bolsas de valores dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) nestes tempos tumultuosos aponta para uma atenção acrescida do investidor para os mercados africanos subsarianos (com exclusão da África do Sul), onde os rendimentos do capital investido são superiores aos dos mercados emergentes mais tradicionais dos países BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China (ver gráfico).

Os investidores estrangeiros são atraídos pelos recursos ainda não explorados. “A África é rica em recursos naturais, incluindo diamantes, platina, cobalto e ouro, e possui 7% das reservas globais de petróleo e de gás. O dinheiro gerado pelas exportações está a enriquecer os consumidores e as vendas domésticas aumentaram”, afirma Jamie Allsopp, gestor de um fundo de investimento sediado em Londres, caracterizando empresas africanas subavaliadas.

O facto de a bolsa de valores de Joanesburgo estar em conversações com cinco países – Quênia, Zâmbia, Zimbabué, Gana e Nigéria – com vista a criar um índice das 40 empresas africanas mais importantes é um sinal da confiança crescente dos investidores na África Subsariana.

Estão também em desenvolvimento novos produtos no continente, tais como títulos do Tesouro e fundos de pensões, e têm-se verificado autênticas corridas quando as acções públicas são postas à venda, como foi o caso em Junho de 2008 quando o governo queniano vendeu uma parte das acções que detinha na Safaricom – o gigante de telecomunicações.

Por um lado, os observadores financeiros, tanto dos países africanos como da União Europeia, sublinham a importância de princípios fundamentais, como boa governação, para fomentar a confiança do mercado e dinamizar o investi-

mento. Por outro, estes mesmos observadores financeiros apontam o voo picado do mercado de valores no Zimbabué originado pelas tensões políticas actuais.

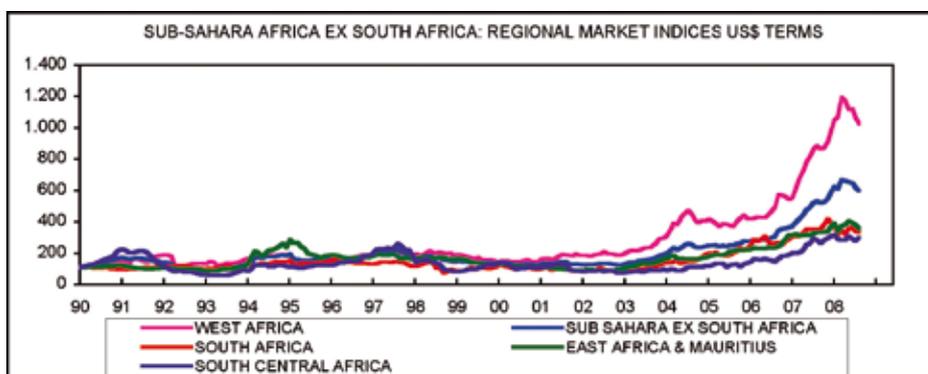
Em contrapartida, o valor das empresas na Nigéria tem sido elevado nestes últimos anos – com excepção da crise económica sentida nestes últimos meses – e o mercado de valores tem sido sustentado, desde 2000, pelo aumento do preço do petróleo, por desenvolvimentos positivos na política, pela consistência política e pela atitude positiva do governo em relação ao sector privado.

Nas Caraíbas, o mercado de valores está a enfrentar ventos menos favoráveis, excepto para o produtor de petróleo Trindade e Tobago, persistindo a falta de confiança no frágil sector turístico. Não é a melhor das ocasiões, nem mesmo para a expansão, para a Bolsa de Valores do Pacífico Sul baseada nas ilhas Fiji. ■

PERDA DE UMA oportunidade?

Muitas empresas da África Subsariana* fazem perder cada vez mais a cabeça aos investidores da União Europeia e algures. Os rendimentos do capital investido são mais elevados de que os dos mercados emergentes menos voláteis da Europa de Leste, da China e da África do Sul. Os corretores só têm uma mensagem: há que aproveitar as oportunidades.

A África Subsariana (ex. África do Sul) superou o MSCI (índice Morgan Stanley Capital International de ações de 23 nações desenvolvidas) do Extremo Oriente e o MSCI da Europa de Leste e da África do Sul, bem como o mercado de Xangai. © EXOTIX



“ Benjamin Graham, economista influente e investidor profissional, teria apreciado as empresas africanas. Estas são subprocuradas e, para mais, são empresas praticamente sempre rentáveis, que pagam dividendos, ocupam posições no mercado fortes e dispõem de um bom “cash-flow”. Muitas delas têm multinacionais europeias e americanas, controlando assim os accionistas e reforçando a governança da empresa”, afirma Christopher Hartland-Peel, especialista da África Subsariana (SSA) sediado em Londres, com a EXOTIX, uma sociedade de investimentos mobiliários globais em mercados emergentes e investimentos alternativos.

Fazendo-os perder um número apreciável de bons negócios

“A África Subsariana esteve durante muitos anos fora dos ecrãs dos radares dos investidores, fazendo-os perder um número apreciável de bons negócios”, disse ainda.

É o segundo ano em que a EXOTIX cobre a África Subsariana (com exclusão da África do Sul). O seu recente estudo sobre 30 empresas líderes cotadas nas bolsas de valores (SE) da África Subsariana revela que a capitali-

zação de mercado combinada aumentou 126% desde Dezembro de 2006, passando de 40 mil milhões para 72 mil milhões de dólares EUA (números de Junho de 2008). As empresas líderes são essencialmente empresas da Nigéria, Quênia, Botsuana, Costa do Marfim e Maurícia, se bem que a EXOTIX efectue actualmente uma pesquisa em 200 empresas da África Subsariana, e outras ainda no Malávi, Namíbia, Zâmbia, Zimbabué, Tanzânia, Uganda, Camarões e Gana.

> Fala chinês ?

Para mais, muitos exprimem-se em inglês ou francês, que são línguas amplamente compreendidas. “Fala ou escreve chinês, indonésio ou russo?”, pergunta ele. Muitas empresas são sucursais de multinacionais e dispõem de elevadas quotas de mercado. Os níveis de dívida são baixos, os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA) são norma e são protegidos os interesses das minorias. A divulgação, a transparência e a governança empresarial são boas.

A nível empresarial, as empresas de topo da África Subsariana caracterizam-se de maneira positiva por quotas de mercado elevadas nos seus respectivos sectores, cash-flows fortes, desenvolvimento de novos produtos, posições financeiras sólidas, baixos níveis de dívida e

cobertura de juros elevada, boas margens de exploração e elevada rentabilidade, segundo um relatório da EXOTIX de 6 de Junho de 2008. O sector bancário está 18 vezes representado no “Top 30” (as 30 empresas mais importantes) e representa 65,2% da sua capitalização de mercado. A indústria fabril tem nove empresas nas 30 mais importantes, representando assim 22,7% de capitalização de mercado, e os serviços e a distribuição contam com 3 empresas que totalizam 12,1% de capitalização.

> Alguns dos principais actores no mercado**

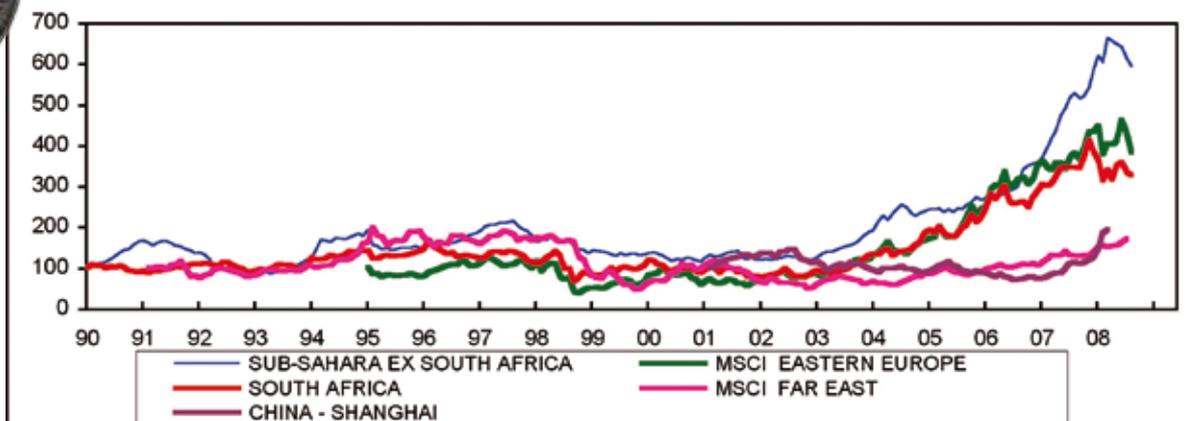
Dangote Sugar Refinery (Nigéria)

É a segunda maior refinaria de açúcar no mundo, controlada em 72% pelo gigante da Nigéria, Dangote Industries. Importa açúcar em bruto do Brasil e refina-o principalmente para produção interna. As exportações para o Gana começaram em 2007. Agora procura desenvolver uma refinaria de açúcar de cana na Argélia e expandir as suas exportações para outros países africanos. Auferiu ganhos em 2007 de 182 milhões de dólares EUA, 40% mais do que em 2006. A empresa tem expectativas positivas, prevendo aumentar a sua capacidade de produção na Nigéria para 2,5 milhões de toneladas em 2008.

Sonatel (Senegal)

O operador de telecomunicações de linhas fixas e telemóveis no Senegal controla também 70% do operador de telefonia móvel no Mali. Em 2007, adquiriu licenças de telefonia móvel na Guiné e na Guiné-Bissau. A France Télécom detém 42% do capital e o governo senegalês detém 20% das ações. Os rendimentos recentes do capital investido têm sido excelentes, o preço das ações subiu de 30 dólares EUA em 2003 para 420 dólares EUA actualmente. No final de 2007, a Sonatel tinha 4,2 milhões de assinantes de telemóveis e 269.000 assinantes

MSCI & AFRICA EMERGING MARKET INDICES US\$ TERMS



A África Subsariana (ex. África do Sul) superou o MSCI (índice Morgan Stanley Capital International de ações de 23 nações desenvolvidas) do Extremo Oriente e o MSCI da Europa de Leste e da África do Sul, bem como o mercado de Xangai.

© EXOTIX

Em baixo: Quadro. © EXOTIX

de telefones fixos. O número de assinantes foi multiplicado por nove desde 2000, atingindo assim 76% de quota de mercado no Senegal e 84% no Mali. Os lucros triplicaram desde 2003, passando para 314 milhões de dólares EUA. Há ainda um potencial considerável de aumento do número de assinantes no Senegal e Mali, como também na Guiné e Guiné-Bissau, onde se espera que os investimentos da Sonatel tenham um impacto positivo nos resultados de 2008.

New Maurícia Hotels (Maurícia)

O New Maurícia Hotels é o primeiro grupo hoteleiro da Maurícia, detentor de oito hotéis de 5 estrelas na Maurícia e um nas Seicheles, com um total de 1900 quartos referenciados. Mesmo se os benefícios do sector hoteleiro dependem das taxas de ocupação, os benefícios da empresa no ano financeiro (AF) de 2007 somaram 65 milhões de dólares dos EUA, superior a 2006, dado os níveis de ocupação terem aumentado e o euro ter-se tornado mais forte. Não se sabe ainda se 2008 será um bom ano, por causa do declínio económico na Europa e devido ao aumento do preço do petróleo que influencia o aumento das tarifas aéreas.

East African Breweries (Quénia)

EA East African Breweries possui duas fábricas de cerveja, uma no Quénia e outra no Uganda. É controlada em 50% pela Diageo do Reino Unido. Os rendimentos do capital investido têm sido excelentes e o preço das ações cresceu 10 vezes no período 2002-2005. No exercício financeiro de 2007, a EAB teve 92 milhões de dólares EUA de lucros, quer dizer 26% mais do que em 2006. Em 2007, as vendas aumentaram 31%, contra 9% em 2006, visto os rendimentos dos consumidores terem aumentado e as iniciativas de marketing da EAB darem os seus frutos. Em 2008, o preço das ações sofreu uma queda na sequência da violência decorrente das eleições no Quénia. **D.P.**

* A África do Sul não é abrangida pelo estudo da EXOTIX.

** As análises individuais das empresas são tiradas do relatório da EXOTIC de Junho de 2008.

Palavras-chave

Finanças; Bolsa de valores; África; Hartland-Peel; EXOTIC; PCGA; Dangote Sugar Refinery; Nigéria; Sonatel; Senegal; New Mauritius Hotels; Maurícia; East African Breweries; Quénia; Debra Percival.

O 'TOP 30'

Registado nas Bolsas de Valores da África Subsariana

Empresas	País	Capitalização de mercado (Milhões de dólares EUA)
1 United Bank for Africa	Nigéria	5,334
2 First Bank of Nigeria	Nigéria	5,014
3 Zenith Bank	Nigéria	4,568
4 Sonatel	Costa do Marfim	4,538
5 Intercontinental Bank	Nigéria	4,142
6 Guaranty Trust Bank	Nigéria	3,875
7 Dangote Sugar Refinery	Nigéria	3,552
8 Union Bank Nigeria	Nigéria	3,424
9 Nigerian Breweries	Nigéria	3,271
10 Safaricom	Quénia	3,185
11 Ecobank Tansnational Inc.	Nigéria	2,856
12 Access Bank	Nigéria	2,526
13 Oceanic Bank International	Nigéria	2,503
14 East African Breweries	Quénia	1,939
15 Guinness Nigeria	Nigéria	1,620
16 Bank PHB (formerly Platinum)	Nigéria	1,556
17 Mauritius Commercial Bank	Maurícia	1,541
18 Fidelity Bank	Nigéria	1,536
19 Diamond Bank	Nigéria	1,475
20 Ecobank Nigeria	Nigéria	1,460
21 Barclays Bank	Quénia	1,460
22 First Monument Bank	Nigéria	1,397
23 Lafarge WAPCO	Nigéria	1,375
24 Nestlé	Nigéria	1,233
25 Flour Mills	Nigéria	1,158
26 Benue Cement	Nigéria	1,086
27 StateBank of Mauritius	Maurícia	1,084
28 Bamburi Cement	Quénia	1,075
29 FNB Bank	Botsuana	1,046
30 New Mauritius Hotels	Maurícia	1,005

Es tas empresas estão classificadas por capitalização de mercado. Em 30 de Abril de 2008, representavam 57,7 % da capitalização de mercado total das empresas da África Subsariana.

Estatísticas fornecidas por Christopher Hartland-Peel, Exotix

O valor escondido de **ÁFRICA**

Não há sinal mais claro do interesse dos investidores em explorar o potencial da África Subsariana do que o lançamento, em Novembro de 2007, do New Star Heart of Africa Fund. Jamie Allsopp, gestor do novo fundo, sediado em Londres, explica a atracção que a África Subsariana exerce sobre o investidor “sofisticado”.

O meu processo de investimento baseia-se na exploração de valor escondido. Estou convencido de que a África é um continente de oportunidades por descobrir. Existem ainda muitas empresas por explorar, empresas com uma avaliação muitíssimo baixa na região subsariana”, afirma Jamie Allsopp. “Em termos gerais, este é um fundo de crescimento com um valor de coeficiente alfa alimentado por uma selecção de acções de carácter vertical. Está associado a uma estratégia de «investir e conservar», aspirando a um crescimento do capital a longo prazo. Centrar-se-á em empresas pouco dispendiosas com as maiores perspectivas de crescimento, estratégia que é conhecida por ‘crescimento a preço razoável’.”

O New Star Heart of Africa Fund, parte dos New Star Investment Funds, detém sempre



Jamie Allsopp. © New Star

entre 40 a 60 acções de diversos países e sectores, investindo principalmente em títulos de empresas com uma parte predominante da sua actividade económica ou dos seus rendimentos na África Subsariana, excluindo a República da África do Sul. O valor actual do fundo ascende a 82,17 milhões de libras (30 de Junho de 2008). “O fundo tem entradas de capitais muito estáveis, o que é um bom ponto de partida”, acrescentou Jamie Allsopp.

Em Maio de 2008, as suas dez principais participações financeiras eram a Central African Mining and Exploration, SIC Company, Zambeef Products, MTN Group, Chariot Oil and Gas, Ecobank Transnational, Katanga Mining, Celtel Zambia, Nigeria Breweries e Mauritius Commercial Bank.

“O fundo está centrado em sectores que vão beneficiar da criação de riqueza nos países africanos, por isso a indústria de bens de consumo, o fabrico de géneros alimentícios, a agricultura, cervejeiras, cimenteiras e empresas de telemóveis são áreas em que o fundo está a ganhar maior predominância.” Em primeiro lugar, os investidores individuais – tanto privados como institucionais – têm de investir um montante fixo mínimo de 12.500 £, seguido de pagamentos na ordem de 5000 £.

► “Crescimento a preço razoável”

Jamie Allsopp viaja pelo continente para identificar empresas não dispendiosas com o maior potencial de crescimento, conhecidas no sector por empresas com um “crescimento a preço razoável”. Com tão poucas empresas de primeira categoria ou empresas participadas de multinacionais cotadas a nível local, cerca de 10% do fundo consiste em investimentos nas empresas mais pequenas do mercado: acções de sociedades não cotadas.

Neste mercado de potencial por explorar, os investidores têm de pesar riscos como a expro-



priação, a nacionalização e a instabilidade social, política e económica, que são mais comuns nos mercados emergentes do que nos mercados mais desenvolvidos, acrescenta Jamie Allsopp.

Acompanha atentamente os “sectores” na África Subsariana com procura crescente, tem atenção ao actual interesse da Ásia naquela região como principal fornecedor de matérias-primas e também ao crescimento das infra-estruturas do continente, incluindo o ramo das telecomunicações, da construção e da banca, à medida que as zonas urbanas se expandem e os mercados de crédito se desenvolvem. É pouco provável que essas tendências sofram uma inversão súbita, por isso o horizonte de investimento de uma participação financeira será talvez medido em anos em vez de meses, explica Jamie Allsopp.

“Desde o lançamento do fundo que me tenho concentrado nos países mais pequenos como o Gana, Maurícia e Malávi”, diz Jamie Allsopp. As empresas dos participantes de maior envergadura também ocupam um lugar de destaque no seu fundo, representando as empresas nigerianas 23,92% e as quenianas 11,48% do total da sua carteira. **D.P. ■**

Palavras-chave

Debra Percival; África; Bolsas de Valores; New Star Heart of Africa Fund; Jamie Allsopp; New Star Investment Funds.

A BOLSA DE VALORES DO PACÍFICO SUL SUD cresce lentamente

Dev Nadkarni*

Apesar do recente interesse súbito no sector das tecnologias da informação e comunicação, as actividades da Bolsa de Valores do Pacífico Sul estão ainda muito confinadas a Suva, capital das Fiji. Há agora leves indícios de algum interesse para além da zona costeira da ilha Viti Levu.

A Bolsa de Valores do Pacífico Sul sediada nas Fiji é uma das bolsas de valores mais antigas da região insular do Pacífico, tendo iniciado as suas operações em 1979 enquanto filial a 100% do Banco de Desenvolvimento das Fiji.

Inicialmente designada Bolsa de Valores de Suva, como a capital das Fiji onde ainda mantém a sua sede, recebeu o seu nome actual em Novembro de 2000 de forma a reflectir melhor o seu reposicionamento como bolsa de valores regional destinada a servir outros países das ilhas do Pacífico, para além das Fiji.

A prossecução de um mercado geograficamente alargado, porém, não teve grande êxito e oito anos mais tarde mantém cotadas apenas sociedades sediadas nas Fiji, sem representação de qualquer das outras nações pertencentes ao Fórum das Ilhas do Pacífico.

Tal poderá dever-se à conjugação de uma série de factores, incluindo as restrições impostas pelos quadros regulamentares das diferentes nações insulares, a falta de acesso devido à ausência de infra-estruturas informáticas de transacção e, claro, as crises periódicas de instabilidade política nas Fiji, com dois golpes de Estado – 2000 e 2006 – desde o início das operações bolsistas como organismo regional.

> As transacções não foram afectadas pelo golpe de Estado**

Todavia, segundo observadores e investidores, o factor de instabilidade política sentido não afectou muito os volumes transaccionados, que se mantiveram estáveis mesmo durante os golpes de Estado e os períodos que se lhes seguiram. No entanto, a Bolsa de Valores ainda não assistiu a uma fase espectacular de crescimento tanto em investimentos como em actividades de cotação.

A Bolsa de Valores lida actualmente com

ações de sociedades cotadas, obrigações do Tesouro a curto prazo, bem como outros títulos como depósitos a prazo transaccionáveis. Contudo, as transacções de títulos do Tesouro são extremamente raras, restringindo-se a maior parte da actividade a ações de empresas.

As cotações de sociedades na Bolsa de Valores são reduzidas e espaçadas e, presentemente, existem ações de apenas 17 empresas sediadas nas Fiji. Estas cotações representam uma boa parte das actividades comerciais e industriais das Fiji, que é a segunda maior economia da região insular do Pacífico (depois da Papuásia-Nova Guiné).

As cotações são compostas por empresas do sector das telecomunicações, meios de comunicação social, indústria transformadora, bens de consumo, finanças, venda de automóveis, imobiliário e exportação. Algumas destas empresas também operam noutras nações insulares do Pacífico.

Além de ter aspirado a crescer numa plataforma de cotações e transacções regionais, a Bolsa de Valores procurou atrair investidores de toda a região e até do exterior. Todavia, o número de investidores de fora mantém-se muito reduzido e representa uma fracção minúscula da base total de investidores que, tal como as próprias sociedades cotadas, está predominantemente sediada nas Fiji.

> Nova vaga de interesse

Nos últimos doze meses, no seguimento das medidas adoptadas pelo governo provisório das Fiji para desregulamentar o mercado das telecomunicações através do desmantelamento dos monopólios e da abertura do mercado à concorrência, tem-se registado um interesse considerável no sector das tecnologias da informação e comunicação nas Fiji. A entrada de novos operadores de telemóveis e serviços Internet criou uma nova vaga de interesse no público investidor.

A Amalgamated Telecom Holdings, a empresa que detém os interesses de todos os operadores de telecomunicações estabelecidos, tendo criado a Vodafone Telecom Fiji e gerido a participação financeira do governo das Fiji na FINTEL (o portal Internet da nação), registou subitamente novos volumes transaccionados.

Mais recentemente, algumas das sociedades cotadas têm oferecido sistemas como a opção de converter os dividendos dos investidores em ações. Por seu turno, a própria Bolsa de Valores está a tentar popularizar o mercado bolsista mediante sessões de transacção noutras cidades, levando a Bolsa de Valores junto dos cidadãos.

Pela primeira vez, a Bolsa de Valores conduziu uma sessão do mercado de chamadas na cidade comercial ocidental de Lautoka (a cerca de 200 km da capital Suva), e a presidente do Conselho de Administração, Jinita Prasad, anunciou que a sessão fora um grande êxito e que teria de ser prolongada até ao dia seguinte.

Dado o grande interesse em investir em ações, a actividade poderá ser alargada a outras regiões, incluindo outras ilhas das Fiji, acrescentou Jinita Prasad. ■

* Escritor sobre o comércio no Pacífico.

Contacto: dev.nadkarni@gmail.com

** Em Dezembro de 2006, o actual primeiro-ministro interino, Comandante Frank Bainimarama, depôs o primeiro-ministro, Laisenia Qarase, democraticamente eleito.

Palavras-chave

Pacífico Sul; Bolsa de Valores; Fiji; Suva; Amalgamated Telecom Holdings; Vodafone Telecom Fiji; FINTEL; Lautoka; Jinita Prasad.



QUÊNIA: futura plataforma financeira regional

Quando, no início deste ano, o Governo queniano pôs à venda na Bolsa de Valores de Nairobi (NSE) 25% da sua participação financeira na empresa Safaricom, o seu principal operador de telecomunicações, o registo de investidores multiplicou seis a oito vezes o número de inscrições. Para o presidente do país, Mwai Kibaki, a agitação “mostra a grande dimensão dos recursos locais disponíveis para investimentos rentáveis a longo prazo”.

Tendo atraído 860.000 accionistas, a venda das acções, que teve início em 9 de Junho de 2008, após o lançamento da Oferta Pública Inicial (OPI) em Março, adicionou 200 mil milhões de xelins quenianos à Bolsa de Valores e aumentou a capitalização da empresa para mais de um bilião de xelins quenianos. Actualmente, um milhão, ou um em cada 18 quenianos, detém uma acção na NSE, incluindo em antigas empresas públicas como Kengen, Kenya Airways, Mumias Sugar Corporation, Kenya Commercial Bank e Kenya Reinsurance Corporation Ltd.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um abrandamento no crescimento do país, com 2,5% em 2008 contra 7% em 2007, após a crise política e a redução da oferta de crédito a nível mundial que se receava viesse afectar negativamente a indústria do turismo do Quénia. Todavia, o país parece estar a passar incólume sobre esses acontecimentos e aspira a tornar-se uma plataforma financeira regional.

Criada em 1954, a Bolsa de Valores de Nairobi é o maior mercado bolsista da África Central e Oriental e o quinto maior do continente africano. Neste momento, possui um sistema de transacções totalmente automatizado e uma gama crescente de produtos. Desde 2007, o estabelecimento de uma rede local permitiu a todos os corretores, bancos de investimento e operadores económicos participarem no mercado de capitais a partir dos seus próprios gabinetes.

Numa intervenção na NSE, em Junho, na venda da Safaricom, o presidente Mwai Kibaki afirmou: “Os mercados de capitais serão essenciais para mobilizar fundos de longo prazo e fundos de infra-estruturas.” Instou ao financiamento de projectos de infra-estruturas através de obrigações a longo prazo, para mobilizar recursos financeiros públicos. As obrigações constituem uma forma rápida de instituições

como governos e empresas mobilizarem capitais através da Bolsa de Valores para iniciativas como construção de estradas ou sistemas de abastecimento de água. O investidor, também conhecido por mutuante, obtém lucros através dos juros associados à obrigação.

> Obrigações do Tesouro

O Professor Chege Waruingi, presidente do Conselho de Administração da Autoridade do Mercado de Capitais do Quénia, explicou, também durante a venda da Safaricom, que os principais projectos de infra-estruturas para 2008-2012, que fazem parte da estratégia “Visão 2030” do governo para transformar o Quénia num país de rendimento médio, deverão custar 500 mil milhões de xelins quenianos. Frisou ainda a necessidade de eliminar os obstáculos jurídicos e administrativos ao financiamento por parte de investidores locais e estrangeiros.

As inovações actualmente em desenvolvimento para “consolidar” a Bolsa de Valores de Nairobi incluem um sistema de mercado de balcão organizado para os títulos não transaccionados em sessões de bolsa e a introdução de um sistema primário de transacção em que o governo selecciona operadores económicos para promoverem o investimento em obrigações do Tesouro. O Professor Chege Waruingi informou igualmente que não seriam tolerados “corretores irregulares”.

O desenvolvimento do projecto de sistema marítimo da África Oriental que pretende instalar um cabo de fibra óptica subaquático reduzirá os custos de comunicação no Quénia e países vizinhos e contribuirá para a negociação mais eficiente de acções na NSE, promovendo a imagem do país enquanto destino de investimento regional. Estão já a ser adoptadas medidas para criar uma bolsa de valores da África Oriental (East African Stock Exchange Limited) com o Uganda, a Tanzânia e o

Ruanda, entre outros.

O Professor Chege Waruingi acrescentou ainda serem necessárias iniciativas que tornem os quenianos mais versados em operações financeiras. Propôs a realização de um troféu universitário anual sobre mercados de capitais, a fim de “aumentar o interesse dos jovens quenianos nas oportunidades de aplicar poupanças em produtos financeiros”. **D.P.** ■

Palavras-chave

Debra Percival; Quénia; Bolsa de Valores de Nairobi; Safaricom.

O êxito da Safaricom

Criada em 1997, a empresa Safaricom é o principal operador de telemóveis do Quénia e uma das empresas mais lucrativas da África Oriental. Antiga filial a 100% da Telkom Kenya, após a OPI, os seus accionistas públicos detêm agora uma participação de 25%, a Vodafone 40% e o Governo queniano 35%. A Safaricom possui actualmente 80% da quota de mercado de comunicações móveis do Quénia, com 10,2 milhões de subscritores e mais de 100.000 pontos de distribuição. Com 36,6%, a rentabilidade dos capitais próprios da Safaricom foi uma das mais elevadas em comparação com outros operadores de telecomunicações de África.

Pesquisa sobre a Safaricom, por cortesia da EXOTIX.

A NSE EXPANDE-SE

James Wangunyu é Presidente da Bolsa de Valores de Nairobi - Nairobi Stock Exchange (NSE) e sublinha aqui o papel regional crescente do Quénia

► Perspectivas económicas do Quénia para 2008-2009

O governo considera que o crescimento económico diminuirá, em 2009, para 4% em relação aos 7,7% de 2008. Isto verifica-se também numa conjuntura de abrandamento económico global, causada pelos preços voláteis e elevados do petróleo. Nós pensamos que se os estrangulamentos mais notórios a um crescimento económico mais rápido no Quénia e na região (infra-estrutura arruinada: estradas, portos, caminhos-de-ferro, telecomunicações e imperativos energéticos) fossem determinados, o crescimento económico para toda a Comunidade da África Oriental (Burundi, Quénia, Ruanda, Tanzânia e Uganda) seria reforçado para 10-15% por ano.

► Redefinição do investimento local a prazo

A NSE assumiu um aspecto mais regional quando o Ministro das Finanças propôs, no seu discurso sobre o orçamento de 2007, que, para investir no mercado de capitais, os membros da Comunidade da África Oriental (Burundi, Quénia, Ruanda, Tanzânia e Uganda) deviam beneficiar do mesmo tratamento que os investidores locais. A medida já foi aprovada. Os membros da Comunidade da África Oriental podem agora adquirir uma quota de 40% da Oferta Pública Inicial (IPO), que é reservada aos investidores locais. Além disso, os Africanos da região pagam uma taxa de retenção de 5% sobre os dividendos, ao passo

que os investidores estrangeiros pagam 10% de taxas de retenção. Os investidores pagam todos uma taxa de 15% de retenção na fonte sobre os juros

► Criação de uma Bolsa de Valores da África Oriental

Os investidores desejam dispor de um ponto de acesso único aos diferentes valores listados nas várias bolsas de África e beneficiar de um sistema comercial seguro, rápido e sólido que lhes permita exercer a sua actividade comercial e minimizar os riscos. Querem igualmente ter acesso a uma informação precisa e atempada que lhes permita tomar decisões de investimento bem informados. As bolsas que forneçam uma proposta deste tipo aos investidores continuarão a atrair o investimento em carteiras de título.

A Bolsa de Valores de Nairobi é membro da Associação de Bolsas de Valores da África Oriental, cujos membros são a Bolsa de Valores do Uganda, a Bolsa de Valores de Dar-es-Salaam e o membro mais recente – o Conselho Consultivo do Mercado de Capitais – Capital Markets Advisory Council (CMAC) do Ruanda, que aderiu em 26 de Abril de 2008. O CMAC funciona como um organismo regulador, orienta e regula o mercado e o objectivo final separar estas duas funções no futuro.

A visão dos mercados de capitais da África Oriental é “um mercado de capitais totalmente integrado com uma bolsa de valores regional

(a partir de Dezembro de 2009)”. Os reguladores e as bolsas chegaram a um acordo sobre as acções a emprender para concretizar esta visão:

- Uma plataforma comercial comum a partir de Dezembro de 2008; ponto de acesso único;
- Pontos de acesso para emissores e investidores;
- Legislação do Mercado de Capitais da Comunidade da África Oriental apresentada a partir de Dezembro de 2008;
- Reguladores de cada Estado sujeitos a um quadro regulamentar comum;
- Desmutualização de cada bolsa de valores a partir de Dezembro de 2008;
- Fusão das três bolsas de valores a partir de Junho de 2009.

A bolsa já está em discussões avançadas com a Bolsa de Valores do Uganda sobre uma perspectiva de fusão após a desmutualização das duas bolsas e tem tido discussões com a Bolsa de Valores de Dar-es-Salaam. No intuito de criar uma bolsa de valores única para a África Oriental, com bases comerciais no Quénia, Uganda, Ruanda e Tanzânia, ançámos recentemente uma ronda de discussões com a Bolsa de Valores do Ruanda. **D.P. ■**

* Sítio web: www.NSE.Co.Ke

** Consulte neste sítio web a entrevista por extenso.

Palavras-chave

James Wangunyu; Quénia; Bolsa de Valores de Nairobi; Finanças; Comunidade da África Oriental; Uganda; Tanzânia; Ruanda.

Vista do centro da cidade de Nairobi 2007.
© Andrea Frazzetta (Agenzia Grazia Neri)

Bernard Babb*



CARAÍBAS: Tempos difíceis

Os especialistas em investimentos das Caraíbas prevêem tempos difíceis para os três principais mercados bolsistas da região – Barbados, Trindade e Jamaica – enquanto as principais economias dos Estados Unidos e da Europa continuam a debater-se com dificuldades.

Num cenário de choques externos causados pela escalada dos preços dos combustíveis e dos alimentos e pela contracção das economias do Atlântico Norte, as principais sociedades de investimento têm alertado os investidores para a volatilidade e redução dos lucros a curto prazo.

No relatório do segundo trimestre de 2008, recentemente publicado, a Fortress Fund Managers Limited de Barbados informou os accionistas do Caribbean Growth Fund da inexistência, a curto prazo, de oportunidades de lucro nos mercados bolsistas regionais. Embora reconhecendo que 2007 foi um ano positivo para os mercados bolsistas de Barbados, Trindade e Jamaica, com um crescimento que atingiu os dois dígitos, os gestores de investimento chamaram a atenção para o facto de os choques exógenos originários dos mercados internacionais ameaçarem comprometer os ganhos adquiridos.

“Na nossa opinião, embora os preços das acções da maioria das companhias regionais estejam actualmente a um nível razoável, os

ganhos futuros encontrar-se-ão rapidamente sob forte pressão devido ao abrandamento da economia dos Estados Unidos da América e aos elevados preços da energia e dos bens alimentares, que em breve afectarão grande parte da região das Caraíbas, exceptuando Trindade e Tobago”, assinalaram. A capitalização do mercado na Bolsa de Valores de Barbados equivale a cerca de 9 mil milhões de USD, ao passo que em Trindade se eleva a 15 mil milhões de USD e na Jamaica a 12 mil milhões de USD.

O Caribbean Growth Fund, com pouco mais de dez anos, detém um activo no valor aproximado de 125 milhões de USD, tanto em numerário como em acções de empresas públicas e privadas que exercem as suas actividades nas Caraíbas. Incluem empresas líderes, por exemplo, no sector agro-alimentar, a Sagicor, no sector da construção, a Neal & Massy e o Royal Bank of Canada.

> Correção do sector imobiliário?

Ao chamar a atenção para o impacto negativo dos elevados custos da energia e dos bens ali-

mentares e da contracção das economias dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Europa, os especialistas em investimentos também manifestaram preocupação quanto à possibilidade da correcção dos mercados imobiliários registada nos países desenvolvidos vir a afectar as Caraíbas. Sugeriram que a região também poderia ter dificuldade em gerir o impacto no sector vital do turismo devido aos elevados custos da energia e às consequências negativas nos operadores turísticos em todo o mundo.

Porque a maioria dos países das Caraíbas tem dimensões reduzidas, economias frágeis e níveis de endividamento elevados, as dificuldades provocadas pelos mercados internacionais podem ter repercussões mais acentuadas no mercado bolsista de Barbados, que tem estado sob pressão nos últimos anos. Nos últimos cinco anos, a Bolsa de Valores de Barbados (BSE) foi atingida por uma série de exclusões de cotação principalmente devido a aquisições – incluindo a AS Bryden & Sons Ltd, Courts Barbados, BWIA e o maior conglomerado de empresas de Barbados, a Barbados Shipping and Trading – o que levou a um declínio na capitalização do mercado e à diminuição do

número de empresas cotadas na bolsa local.

Em 2007, as transacções para aquisição maioritária voltaram a desempenhar um papel importante na actividade geral de Barbados, na medida em que representaram a negociação de 130.745.033 acções num valor de 215 milhões de USD. A aquisição maioritária do First Caribbean International Bank teve o maior impacto nas actividades bolsistas com 129.863.084 unidades transaccionadas no valor de 212 milhões de USD, representando 80% do volume total e 71% do valor total de acções negociadas em todo o mercado.

Três empresas (Barbados Shipping & Trading, Barbados Farms Limited e West India Biscuit Company) foram alvo de interesse na aquisição,

enquanto outras três, que passaram por aquisições maioritárias em 2006, concluíram igualmente as transacções em 2007. “A maior parte da actividade do ano passado fundou-se em aquisições maioritárias e prevê-se que essas actividades venham a caracterizar o mercado a médio e longo prazo”, afirmou o analista de investimentos Olorundo Simmons, da Caribbean Financial Services Corporation, de Bridgetown.

Um ponto fraco do mercado de Barbados, assinalou ainda Olorundo Simmons, era o facto de o valor intrínseco das empresas cotadas muitas vezes não se reflectir no preço de transacção, tornando-se assim alvos preferenciais de aquisições maioritárias numa economia estável. “Quando há uma grande disparidade entre o

preço e o valor, as empresas tornam-se alvos das que têm grandes fluxos de tesouraria”, disse Olorundo Simmons. A BSE procurou contrariar a redução das cotações criando uma nova plataforma de negociação, o mercado de balcão, que deverá ser introduzida até ao final do ano. Este permitirá às empresas transaccionar os seus títulos sem estarem cotadas em Bolsa ou serem negociados em sessões oficiais da BSE. ■

* Jornalista de Barbados.

Palavras-chave

Barbados; Caraíbas; Bolsa de Valores de Barbados; finanças; imobiliário.

Dinheiro da Nigéria, espécimen.
© iStockphoto.com/Peeter Viisimaa

Lucky George*

BOLSA DE VALORES DA NIGÉRIA: à tona de água

*Nos últimos anos, a Bolsa de Valores da Nigéria (NSE) tem sido palco de grande actividade, recebendo um enorme patrocínio de investidores públicos e privados. Mas a 24 de Julho de 2008 a sua capitalização de mercado desceu para 10,03 biliões de nairas em comparação com o pico de 12,64 biliões de nairas** em 5 de Março, recuperando ligeiramente para 10,64 biliões de nairas em 5 de Agosto. Terá a N.S.E sido atingida pela contracção do crédito a nível mundial?*

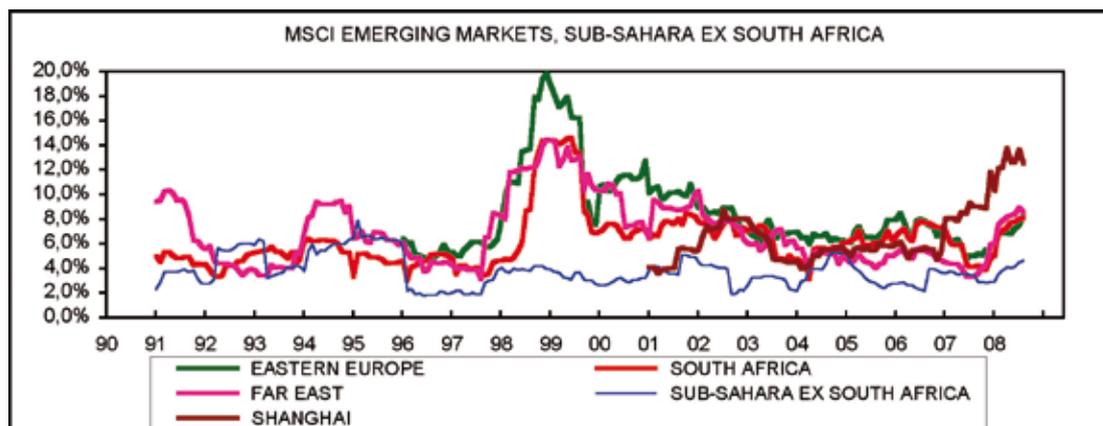
A Bolsa de Valores da Nigéria foi criada em 1960 como Bolsa de Valores de Lagos, tornando-se na Bolsa de Valores da Nigéria em Dezembro de 1977, com sucursais nas principais cidades comerciais. As operações tiveram início em 1961 com 19 títulos cotados para transacção. Actualmente tem 262 títulos de diversos sectores da economia, desde a agricultura aos serviços, passando pela indústria transformadora. Muitas das empresas possuem subsidiárias no estrangeiro.

Antes da recente queda da bolsa, a confiança dos investidores estava em alta com as reformas económicas iniciadas em 2003, recebendo uma avaliação de risco BB-, que levou a uma liquidação de dívidas no valor de 18 mil mil-

hões de USD e à criação de fundos de pensões com, actualmente, vários milhares de milhões investidos em títulos nigerianos. Durante algum tempo, porém, a Bolsa de Valores teve de correr contra o tempo criando novos instrumentos para absorver uma “muralha de dinheiro” e evitar uma “bolha especulativa”. A meio de 2006 lançou um mercado secundário com obrigações do Tesouro e os volumes transaccionados no segundo semestre desse ano ultrapassaram o valor dos títulos de capital transaccionados durante todo o ano.

A reforma do sector bancário, que elevou os níveis de capitalização e ditou uma vaga de fusões e aquisições, também alimentou essa tendência. A maioria das acções dos bancos nigerianos duplicou o seu valor, apesar da

emissão de novas acções que valiam milhares de milhões de dólares, tendo algumas delas chegado a quadruplicar o seu valor em menos de um ano. As empresas que lançaram ofertas foram submergidas pela procura. O mercado de capitais tornou-se a forma mais rápida de fazer dinheiro. Muitos apressaram-se a pedir empréstimos bancários para capitalizar as suas negociações de capitais. Homens e mulheres de todas as idades e níveis sociais começaram a investir as suas poupanças para beneficiarem das elevadíssimas margens de lucro provenientes do mercado. Durante meses, parecia que o mercado de capitais da Nigéria se encontrava noutro planeta, imune à crise financeira mundial desencadeada pela crise do crédito hipotecário de alto risco nos Estados Unidos.



> Súbita queda dos preços

A depressão chegou tão subitamente que apanhou os reguladores de mercado desprevenidos, incapazes de encontrar uma explicação adequada para o ocorrido.

Estão ainda a ser formuladas razões para a queda da NSE, incluindo a correcção do mercado, o efeito da intenção de afastamento do Banco Central da Nigéria das margens sobre os empréstimos bancários, a preponderância de emissões privadas no mercado e até mesmo a directiva agora suspensa no sentido de os corretores se recapitalizarem no mínimo de mil milhões de nairas. Quase não é feita referência ao impacto da crise financeira mundial.

Victor Ogiemwonyi, director executivo da Partnership Investment Company Limited, uma sociedade financeira de corretagem membro da NSE, afirmou que o que se passava no mercado era uma reavaliação dos preços dos títulos. “Os últimos seis meses, especialmente os últimos três, assistiram a uma reavaliação drástica dos preços dos títulos”, comentou.

Embora certas acções estivessem efectivamente sobreavaliadas e precisassem de um ajuste do preço para estarem em consonância com os dados económicos fundamentais, o facto é que algumas delas foram indevidamente castigadas pelo receio e pessimismo que avassalaram o mercado.

Acrescentou que aquela situação deveria servir de lição de que os mercados financeiros eram frágeis e de que era imprescindível uma base de confiança para que florescessem: “Quando se criam incertezas, a confiança esvai-se e afecta a capacidade dos investidores de avaliarem a evolução do mercado, o que se reflecte em todo o resto.” Disse também que “agora é um mercado de investidores; os especuladores estarão arredados por algum tempo. É um processo educativo para que os investidores se apercebam de que a bonança dos últimos cinco anos necessitará de um longo período de gestação antes de regressar, mas é certo que voltará”.

Chidi Agbapu, director executivo da Emerging

Capital Limited, atribuiu a queda da Bolsa à afluência de capitais errantes e à especulação induzida pela liquidez, bem como a políticas e declarações discordantes por parte das autoridades reguladoras: “O receio, associado a uma confiança debilitada devido a uma procura desesperada de lucros e a uma correcção de mercado morosa, tornou os investidores mais cuidadosos.”

O presidente da Nigerian Shareholders’ Renaissance Association (NSRA), Olufemi Timothy, disse: “Apesar de as bolsas de valores de todo o mundo muitas vezes passarem por recessões, a situação actual da N.S.E decorre de práticas abusivas por parte de operadores desonestos. Enquanto economista, tenho consciência de que os preços que alcançámos em Janeiro e Fevereiro de 2008 não eram realistas. A situação na Bolsa de Valores era anormal, mas o mercado está gradualmente a corrigir os factores que induziram o problema, e a situação melhorará muito em breve.” Parece que a confiança na Nigéria, produtora de petróleo, prevalecerá. ■

* Lucky George é um jornalista da Nigéria e editor do www.travelandtourism.com
 ** 1 Euro = 167,055 Nairas da Nigéria (19 setembro 2008).

Palavras-chave

Nigéria; finanças; Bolsa de Valores da Nigéria; crise mundial do crédito; produtor de petróleo; Nigerian Shareholders’ Renaissance Association (NSRA).



Em cima:
 Em 12 meses, a variação na África Subsariana tem sido constantemente inferior à do Extremo Oriente, Europa de Leste e África do Sul.

© EXOTIX

Abuja, Nigéria. © iStockphoto.com/Klaas Lingbeek

Fernand Nouwligbeto*

Grandes desafios na CIMEIRA ACP

Foi anunciado um pacote de agendas para a Cimeira dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), a realizar de 30 de Setembro a 3 de Outubro em Acra, Gana, que poderá originar um debate vigoroso, na altura em que sairá esta publicação.

A cimeira do grupo ACP, que reúne 79 países, realizar-se-á em Acra, Gana, de 30 de Setembro a 3 de Outubro de 2008. Deverá ser precedida de uma reunião ministerial sobre “desenvolvimento humano e segurança humana”. A cimeira deverá não só abordar questões globais actuais, incluindo as crises alimentar e energética, o impacto das alterações climáticas, o colapso das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas também rever as negociações com a União Europeia (EU) sobre os Acordos de Parceria Económica (APE). Espera-se um debate sobre a situação política em vários países ACP no seguimento de missões ao Chade, Jibuti e Sudão este Verão. Provavelmente, também será abordada a crise política no Zimbabué.

É de supor que também será abordado o progresso da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas, assim como as medidas de consolidação necessárias a esse fim, nomeadamente no que toca ao impacto do aumento dos preços dos alimentos. A crise energética afectará igualmente as hipóteses de realização desses objectivos. Espera-se que os países ACP aproveitem a oportunidade para debater o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas como o biocombustível, que é uma possível área de desenvolvimento para alguns países ACP. O principal objectivo a este respeito será a avaliação das oportunidades de desenvolvimento no sector que não ameacem os objectivos de soberania e da segurança alimentar.

O impacto das alterações climáticas faz igualmente parte da ordem dos trabalhos, sendo as primeiras vítimas as nações insulares, nomeadamente as da região do Pacífico e das Caraíbas. Os danos significativos no Haiti,

provocados por uma sucessão de furacões, são uma lembrança recente destas alterações.

Relativamente às relações económicas, espera-se que o colapso do Ciclo de Doha da OMC e as negociações sobre a celebração dos APE constituam uma parte importante dos debates. Antes da cimeira, Abel Gbetoenmon, secretário-geral do fórum da sociedade civil no Benim, referiu que “o principal objectivo dos países ACP é a salvaguarda da integração regional”. Na África Ocidental, por exemplo, “o desafio é seguir em frente a partir de acordos provisórios celebrados pelo Gana e a Costa do Marfim para acordos aceites por toda a região, mas também saber como abordar os APE garantindo a salvaguarda dos interesses do desenvolvimento. A UE afirma o mesmo. Contudo, as duas partes não dão a mesma

importância ao desenvolvimento” – afirmou. Além dos Fundos de Desenvolvimento Europeu (FED), devem ser disponibilizadas mais proviões financeiras de modo a permitir que os ACP introduzam reformas ligadas à implementação dos APE e lidem com perdas financeiras resultantes do levantamento de barreiras tarifárias. Muitas das pessoas envolvidas, como Abel Gbetoenmon, pensam que “rejeitar os APE seria uma desconsideração, não só porque os estados aceitaram celebrar APE provisórios, mas também porque a integração regional seria seriamente ameaçada”. ■

* InfoSud – Proximidades Benim.

Palavras-chave

Cimeira ACP; Acra; APE; sociedade civil; alterações climáticas; Abel Gbetoenmon.



Centro de Acra. © A.K. Anobil

UNIÃO EUROPEIA – ÁFRICA DO SUL

Reflexões sobre uma primeira CIMEIRA HISTÓRICA



**Clémence Petit-Perrot
(InfoSud)**

Da esquerda para a direita: Nicolas Sarkozy, Presidente da França, Thabo Mbeki, ex-presidente da África do Sul, José Manuel Durão Barroso, Presidente da CE, e Jean-Louis Borloo, Ministro francês da Energia, Ecologia e Desenvolvimento Sustentável. © Comissão Europeia, 2008. Bordéus, 25 de Julho de 2008

A primeira Cimeira África do Sul – União Europeia realizou-se em 25 de Julho último em Bordéus. Uma Cimeira com objectivos ambiciosos, para permitir que as relações entre a União Europeia e a África do Sul atinjam “uma nova etapa”.

Em 25 de Julho último, a delegação sul-africana, composta pelo ex-Presidente Thabo Mbeki e três ministros, foi recebida em Bordéus pelo Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso e pelo Presidente francês Nicolas Sarkozy, cujo país assegura a Presidência da União Europeia até Dezembro de 2008. Ordem

de trabalhos para esta Cimeira histórica: aprovar o diálogo político e as ligações entre um dos “pulmões” económicos de África e o seu principal investidor estrangeiro (cerca de 66% do investimento estrangeiro líquido de 2003 a 2005).

As discussões decorreram no quadro do Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação

(TDCA) entre a África do Sul e a UE, concluído em 2001 e reforçado em Maio de 2007 com a criação de uma Parceria Estratégica, a primeira assinada com um país africano e cujo objectivo principal é a criação de uma zona de comércio livre até 2012. Esta parceria visa uma colaboração mais estreita aos níveis regional, continental e mundial entre as duas partes,

bem como reforçar a cooperação em matéria de desenvolvimento e comércio e alargá-la a outros domínios.

A Cimeira foi precedida de um encontro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros da França e da África do Sul, respectivamente Bernard Kouchner e Nkosazana Dlamini-Zuma, durante o qual foram discutidos os principais textos assinados no final da Cimeira. O mais importante dos textos era um relatório sobre a implementação da Parceria Estratégica e as prioridades para a cooperação futura. Foram igualmente assinadas duas declarações conjuntas, relativas às alterações climáticas e ao papel do sector privado em África.

► Um parceiro privilegiado

Esta Cimeira salientou o reforço dos laços políticos e económicos que tornaram actualmente a África do Sul um parceiro privilegiado da União Europeia entre os países do Sul. A seguir à Cimeira, Thabo Mbeki observou numa entrevista à televisão sul-africana SABC que a “União Europeia passou a considerar a África do Sul como um parceiro muito importante, porque [...] os temas abordados não foram unicamente questões das relações bilaterais [...] mas também questões mundiais”.

No domínio político foram invocadas as crises no Darfur e no Zimbabué, nomeadamente a importância da mediação do ex-Presidente Mbeki no Zimbabué. A cooperação económica entre as duas partes também foi sublinhada, visto que o comércio bilateral entre a África

do Sul e a UE quintuplicou entre 1994 e 2007, passando de 4,7 para 26 mil milhões de euros. A cooperação que existe em certos sectores, como a energia, a ciência e as tecnologias, a saúde, as migrações e os transportes, deve ser reforçada no futuro. Aliás, a África do Sul participa no programa da União Europeia para a investigação, o que permite a investigadores sul-africanos realizarem mais de 170 projectos de estudo no quadro de subvenções europeias, que ascendem a mais de 20 milhões de euros.

► Principais diferendos

Se a Cimeira salientou a importância estratégica das relações económicas com a União Europeia, também foram invocados alguns pontos de discórdia, como os Acordos de Parceria Económica (APE), que definem as trocas comerciais entre os países ACP e a União Europeia no quadro da OMC.

A África do Sul continua a recusar-se a assinar os APE, enquanto os restantes países da zona SACU (União Aduaneira da África Austral) acabaram por assinar acordos provisórios em 2007. Durante a Cimeira, Thabo Mbeki exprimiu as suas preocupações e apoiou a importância de uma política pautal única para a zona SACU, a fim de favorecer a integração regional. O Presidente Sarkozy anunciou em Bordéus a criação de uma Comissão ad hoc para tentar chegar a um acordo. A assinatura dos APE permitirá o acesso de mais de 500 produtos sul-africanos ao mercado europeu isentos de direitos aduaneiros.

Uma semana depois da Cimeira, o Ministro sul-africano do Comércio e Indústria, Rob Davies, reiterou a resistência sul-africana em assinar os acordos tal como estão. A África do Sul põe em causa, nomeadamente, a cláusula de Nação mais Favorecida que permitiria à União Europeia obter os mesmos acordos comerciais em relação a estes produtos que os acordos concluídos com países como a China ou o Brasil. Peter Draper, do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais, assinala como ponto mais problemático a parte do acordo relativa à liberalização dos serviços. O analista Matthew Stern, pelo contrário, considera que a África do Sul só tem a ganhar com a abertura do seu sector dos serviços à concorrência e que “o verdadeiro valor do acordo de serviços dos APE reside em tornar o controlo dos serviços transparente e fiável”.

A vitalidade destas discussões salienta o papel de liderança política e económica da África do Sul à escala regional, um papel que veio legitimar a realização desta primeira Cimeira África do Sul-União Europeia. ■

Palavras-chave

UE; África do Sul; APE; Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (TDCA); OMC; Thabo Mbeki.



Nicolas Sarkozy, Presidente da França, e José Manuel Durão Barroso, Presidente da CE.
© Comunidade Europeia, 2008, Bordéus (França), 25 de Julho de 2008

Quando é que o PACÍFICO “não é pacífico”?

Debbie Singh*

A 39ª reunião de líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico teve início na capital de Niue, Alofi, a 19 de Agosto de 2008 com as Fiji a dominar a ordem dos trabalhos, apesar dos apelos à respectiva suspensão por parte dos dominadores tradicionais do Fórum, a Austrália e a Nova Zelândia.

Nova Zelândia culpou o primeiro-ministro provisório das Fiji, Commodore Voreqe (Frank) Bainimarama, de boicotar a reunião de última hora e antes de alguém poder dizer Fakaalofa Lahi Atu (saudação de Niue). Com o intuito de recusar a participação das Fiji nas conversações bilaterais posteriores ao Fórum que se realizaram em Auckland a 23 de Agosto, afirmou que apenas concedera vistos de trânsito à delegação das Fiji, cancelando efectivamente a participação do país nas conversações bilaterais.

Commodore Bainimarama tomou as Fiji através de um golpe militar a 5 de Dezembro de 2006. Desde então, prometeu à União Europeia (UE), aos membros do Fórum e à comunidade internacional que o país voltaria à democracia nas eleições de Março de 2009. As sanções da Austrália e da Nova Zelândia contra as Fiji mantêm-se e o futuro auxílio ao desenvolvimento da EU continua a pender na balança, com base no retorno ou não do país à democracia – mais vale tarde do que nunca.

“Inaceitável”, foi a resposta dos Líderes do Pacífico à não comparência das Fiji no Fórum de 2008. Os primeiros-ministros do Pacífico enviaram uma mensagem forte às Fiji, a 20 de Agosto, dizendo-lhes basicamente, através de um comunicado com palavras duras, para melhorarem o seu comportamento para não serem obrigados a abandonar tudo, e para realizarem eleições em Março de 2009 de acordo com a Constituição e as leis eleitorais existentes nas Fiji, sob pena de enfrentarem uma suspensão por parte do agrupamento político regional.

> O dinheiro do açúcar da UE

O Director da UE para a unidade do Pacífico, Roger Moore, disse relativamente a Niue: “A

linguagem clara dos Líderes do Fórum é a melhor forma de encorajar soluções. Temos (UE) um acordo que irá dispersar o nosso dinheiro do açúcar deste ano quando houver um caminho claro em direcção às eleições.”

Mas a posição sem precedentes do Fórum foi vista pelo governo provisório das Fiji, e por outros intervenientes políticos, como outro exemplo da forma de actuação da Austrália e da Nova Zelândia na política regional.

O ex-ministro das finanças de Bainimarama declarou que se tratava de “diplomacia de livro de cheques”, enquanto o ministro dos negócios estrangeiros das Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, disse: “A utilização selectiva da cláusula da Declaração de Biketawa (sobre segurança regional) para ameaçar a suspensão das Fiji do Fórum não só é inapropriada, como também é contra o princípio de inclusão e diálogo que é constitutivo da forma de estar do Pacífico.”

Quanto a outras novidades do Fórum, Tuiloma Neroni Slade, de Samoa, foi nomeado novo Secretário-Geral do Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico. Sucedeu ao falecido Greg Urwin, que morreu em Apia, Samoa, a 11 de Agosto. Slade é um funcionário público internacional com experiência que trabalhou como Embaixador de Samoa nos Estados Unidos, representante permanente das Nações Unidas, Procurador-Geral de Samoa e juiz do Tribunal Criminal Internacional.

O secretário-geral dos ACP, Sir John Kaputin, ao felicitar Slade, declarou que os estados do Fórum dos ACP, assim como outras regiões ACP, continuam a ser uma parte indispensável da família ACP.

Outras questões realçadas no comunicado de Niue incluem os Acordos de Parceria

Económica (APE) com a UE, o Ciclo de Desenvolvimento de Doha, a segurança alimentar, a pesca, a mobilidade laboral, as alterações climáticas, a energia, a integração económica e o comércio, os transportes, a terra, a tecnologia de comunicação de informações, a saúde, a educação e a governação. ■

* O autor é um Consultor de Media e Comunicações baseado nas Fiji



Produtos alimentares locais apresentados aos Líderes do Fórum na abertura do 39º Fórum dos Líderes do Pacífico em Niue, em 19 e 20 de Agosto de 2008.

Fotografia de Johnson Honimae, Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico.

Palavras-chave

Fórum do Pacífico; açúcar; Ciclo de Desenvolvimento de Doha; APE.

JORNADAS EUROPEIAS DO DESENVOLVIMENTO. **Começou a contagem decrescente.**

Começou a contagem decrescente para as próximas Jornadas Europeias do Desenvolvimento (Estrasburgo, 15 a 17 de Novembro de 2008). Louis Michel, Comissário Europeu, e Alain Joyandet, Secretário de Estado francês (a França assegura a Presidência rotativa da UE), lançaram oficialmente a 3.ª edição deste evento, que terá uma importância ainda maior, em sua opinião, porque irá dar, num contexto geopolítico volátil, respostas concretas a uma situação de crise.

A novidade das próximas Jornadas Europeias do Desenvolvimento (JED) é que os seus organizadores querem que seja não apenas o local de debate alargado que foi nas duas primeiras edições, mas também um think tank prático. Destas Jornadas sairão, segundo o Secretário de Estado Joyandet, “respostas concretas, nomeadamente no contexto da crise alimentar”, permitindo assim “mobilizar todos os intervenientes europeus em torno dos novos desafios do desenvolvimento”. E que apresentará, assegura o Comissário Louis Michel, “novas ideias” sobre a correlação entre acções locais e acções globais, a fim de “assegurar o êxito das nossas acções de desenvolvimento”.

A ligação entre as realizações a nível local e a dimensão mundial do desenvolvimento será salientada através dos dois grandes temas das pró-

ximas JED: o papel das autoridades locais, por um lado, e o dos meios de comunicação social, por outro. A tónica será posta nas abordagens destas duas entidades face à persistência da grande pobreza, ampliada pelos efeitos nefastos das alterações climáticas e da crise alimentar mundial.

Relacionado com o papel das autoridades locais, Louis Michel lançou uma acção especial convidando os países do Norte a geminarem as suas cidades, municípios, distritos, províncias ou regiões com os homólogos do Sul e a concluírem convenções de gemação, a oficializar por ocasião das JED.

As JED serão o local de reunião de todos os interessados no desenvolvimento. Funcionários, membros da sociedade civil, investigadores, deputados, autoridades locais ou organizações internacionais públicas ou privadas, todos debatem este tema sem qualquer guião. Para assegurar a maior participação possível, foi mesmo organizado em Junho último um encontro em Bruxelas, no Comité das Regiões, para afinar a logística do acontecimento. Nas duas últimas edições das JED o número médio de participantes ultrapassou 3000, oriundos de 1200 organizações.

As JED são uma grande festa onde, para além do Fórum, existe uma “Aldeia do Desenvolvimento”, salão de exposições que abriga mais de um milhar de organizações; mas como qualquer grande festival, também haverá eventos off, como cinema, exposições de arte e desfiles de moda africana, mas também eventos políticos. O off político será animado este ano sobretudo pela França, que organizará uma campanha de sensibilização sobre os Objectivos do Milénio do Desenvolvimento, cujo texto será divulgado em escolas e locais públicos e em torno do qual será apresentada uma exposição itinerante nos estabelecimentos de ensino de todos os níveis. **H.G.** ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; Louis Michel; Alain Joyandet; JED.

Cartaz das Jornadas Europeias do Desenvolvimento de 2008.
© Comissão Europeia

Os ACP querem proteger os ganhos de Doha

Em vez de analisar o fracasso da Ronda do Desenvolvimento da OMC, em Doha, no passado mês de Junho de 2008, o Embaixador diz que, por causa da penúria de crédito global, nunca foi tão necessário um estímulo ao comércio mundial.

Os países ACP adoptaram uma atitude, tanto de defesa como de ataque nas últimas negociações falhadas de Genebra. Juntamente com outros países em desenvolvimento, os ACP preconizam a redução dos subsídios aos agricultores dos países desenvolvidos, um melhor acesso para os seus produtos tropicais, regras de origem melhoradas e a supressão de tarifas e quotas que continuam a ser aplicadas a 3% das mercadorias e produtos exportados pelos Países Menos Desenvolvidos (PMD).

Confrontados com uma redução das tarifas agrícolas, os Estados ACP e outros países em desenvolvimento fazem pressão para que sejam tomadas medidas – conhecidas por Mecanismos Especiais de Salvaguarda (MES) – com vista a evitar um aumento drástico das importações de produtos agrícolas, que poderiam ameaçar a sua segurança alimentar e os seus meios de subsistência. Defendem igualmente o princípio de uma lista de “Produtos (agrícolas) Especiais” (SP), isentos de reduções tarifárias ou sujeitos a pequenas reduções tarifárias. A ronda encalhou, no fim de contas, em análises comparativas para desencadear os MES.

Terminada a ronda, os Estados ACP ficaram também a meio caminho da elaboração de uma “lista de protecção” de produtos não-agrícolas ou industrializados, conhecidos por ‘NAMAs’. A característica desta lista consiste em mencionar produtos que poderiam ser isentos de reduções tarifárias sem menosprezar as regras das Nações Mais Favorecidas (NMF). Sem esta lista, “a China tinha-nos devorado”, disse o Embaixador da Maurítânia, entrevistado pelo Correio, ou “Qual é o ponto de acesso preferencial se não há mercados?”.

> Fim da batalha da banana?

Em finais de Julho de 2008, foram registados também alguns progressos na solução da batalha

Em países como a Maurícia, onde sectores como o turismo incorrem o risco de terem perdas devido à recessão económica internacional, garantir os ganhos de Doha poderá conter a economia.

© M. Percival

É necessário tomar medidas até ao Outono de 2008 para garantir as vantagens adquiridas pelos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) na ronda falhada das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), disse Chekitan Baboo Shree Servansing, Embaixador da Maurícia em Genebra e coordenador do Grupo ACP nas negociações da OMC.

ha da banana que vigora há 16 anos. O acordo forjado em Julho aponta para uma redução tarifária da União Europeia (UE), aplicada à banana importada dos Estados da América Latina – Equador e Costa Rica – de 176 para 116 euros por tonelada. O Embaixador Servansing afirmou que a UE estava disposta a propor aos produtores de banana de África e das Caraíbas uma compensação idêntica à concedida aos produtores de açúcar dos países ACP há dois anos.

“Lamentamos que, embora tenhamos garantido um certo número de interesses, uma grande parte destes nem sequer foi trazida à mesa das negociações”, explica o Embaixador Servansing. Os mais urgentes destes interesses são as reduções de subsídios concedidos pelos países desenvolvidos às suas indústrias do algodão, nomeadamente, os Estados Unidos. O grupo dos quatro países ACP produtores de algodão – Benim, Burquina Faso, Chade e Mali – suportam o peso de subsídios substanciais que influenciam os preços mundiais do algodão.

Perante o eco mundial do fracasso das negociações de Doha em fins de Julho, o

Comissário do Comércio da União Europeia, Peter Mandelson, disse aos jornalistas que a economia mundial tinha perdido uma “apólice de seguro” que poderia ter bloqueado a abertura actual dos mercados ao comércio e constituído uma garantia contra o proteccionismo. No entanto, Peter Mandelson mantém-se optimista quando diz que “...temos que nos certificar de que aquilo que realizámos não está definitivamente perdido”.

Na conferência mundial de Nova Deli, na Índia, em Agosto de 2008, o Director-Geral da OMC, Pascal Lamy, expressou a mesma ideia: “Só na agricultura e nos NAMAs, as propostas actuais sobre a mesa poderiam resultar em ganhos superiores a 150 mil milhões de dólares dos EUA, contribuindo os países desenvolvidos com dois terços e sendo dois terços dos benefícios destinados aos países em desenvolvimento. Uma autêntica ronda do desenvolvimento.” **D.P.** ■

Palavras-chave

Ronda do Desenvolvimento de Doha; Organização Mundial do Comércio; NAMA; SP; MES; Debra Percival.

SOCIEDADE CIVIL

APRODEV: mais competências para os ACP antes dos APE definitivos

A APRODEV, uma das organizações não governamentais de desenvolvimento da UE dá-nos aqui, por intermédio da sua especialista em questões de comércio, Karin Ulmer, a sua visão da cooperação África, Caraíbas e Pacífico – União Europeia. Fala sobretudo dos APE (Acordos de Parceria Económica). É também ocasião para descobrir uma das ONG de desenvolvimento mais activas em termos de lobbying.

APRODEV (Association of World Council of Churches related Development organisations) é uma rede de cerca de vinte organizações de diferentes países da UE, criada há mais ou menos vinte anos. Todas estão ligadas ao Conselho Mundial das Igrejas (World Council of Churches), de confissão protestante. Logo à entrada Karin Ulmer chama a atenção para as grandes preocupações da sua organização em relação à execução da cooperação ACP-UE, a saber, os Acordos de Parceria Económica (APE):

Verifica-se que as estratégias da União Europeia se orientaram para novas configurações dos ACP, quando o interesse destes era permanecer um grupo forte. Seria desejável, como pensam também muitas outras ONG, que os ACP tivessem tido tempo para adquirir mais competências em matéria de negociações comerciais antes de concluírem os APE. O Acordo de Cotonu determina claramente que estes acordos devem reforçar a sua integração regional. O que aconteceu é que uma das partes, na ocorrência a UE, dispunha de mais possibilidades de influenciar a condução das negociações. Apesar das reticências recentes de um Estado-Membro como a França, a Comissão tinha um mandato forte, enquanto do outro lado as estruturas de negociação eram mais fracas e os mandatos muito vagos.

A Comissão poderá responder que a UE e os ACP tinham decidido de comum acordo, através do Acordo de Cotonu, o calendário e o processo de negociações dos APE.

Também foi previsto que os APE estariam ao serviço do Desenvolvimento. Há uma certa incoerência entre a política externa da UE, a sua cooperação para o desenvolvimento e a sua

estratégia relativa ao comércio. Fica-se com a impressão que é o comércio que dá o tom. Os negociadores da Direcção do Comércio não têm a mesma formação que os da Direcção do Desenvolvimento. Esta devia ter peso suficiente para conduzir mais o processo para APE verdadeiramente ligados ao desenvolvimento. A Direcção do Comércio pretende que o seu esquema tornará possível atrair investimentos estrangeiros para os países ACP. Nós, as ONG, duvidamos disso.

Não será necessário dar tempo ao processo para tirar tais conclusões ?

Já é possível ver claramente estes pontos fracos. Desde Seattle, Doha e Cancun que era preciso ter reunido certas componentes e diferentes Direcções-Gerais da Comissão. Era preciso ter deixado o Parlamento Europeu desempenhar o seu papel. No início estávamos apreensivos, mas agora é o ponto de ruptura que já vemos. Houve muitas promessas, muita retórica, mas não há manifestamente com os

APE o empenho suficiente para fazer dos ACP algo mais do que Zonas de Comércio Livre.

Mesmo se considerarmos as Caraíbas, que eram aparentemente as mais predispostas a assinar um APE regional, só agora é que os peritos da região examinam o acordo e se dão conta que o mesmo não é favorável. Os APE revelam-se como uma OMC-mais, no sentido de mais rigidez e mais acesso aos mercados. O défice comercial dos países ACP vai aumentar. A APRODEV, juntamente com outras ONG e organizações como o ICTSD (International Center for Trade and Sustainable Development) ou a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), fizeram examinar os acordos mediante critérios precisos. E foi essa conclusão que infelizmente deu. **H.G. ■**

Palavras-chave

Karin Ulmer; APRODEV; APE; ICTSD; CNUCED / UNCTAD.



Karin Ulmer (à esquerda) em missão nos Camarões.
© APRODEV



Andrea Marchesini Reggiani

CONCORD, uma voz para as ONG Europeias

Englobando 18 redes internacionais e 22 associações nacionais de ONG de Estados-Membros europeus, a CONCORD (Confederação de ONG Europeias para o Apoio e o Desenvolvimento) exerce influência sobre as instituições europeias relativamente à política da EU para com as nações em desenvolvimento e monitoriza de perto a ajuda europeia ao desenvolvimento.

© CONCORD |

Ao trabalhar em diferentes tópicos (países de África, Caraíbas e Pacífico, alterações climáticas e desenvolvimento, sexos...) a CONCORD procura assegurar a boa governação e a eficácia da ajuda, de modo a obter resultados concretos para as nações em desenvolvimento.

A CONCORD* apresenta documentos, propostas, pesquisa e, por vezes, faz duras críticas sobre temas como a eficácia e a transparência da ajuda a instituições europeias, bem como a divergência entre a Política Agrícola Comum da UE e as políticas de segurança alimentar. Não hesita em relembrar aos governos do G8 que o compromisso dos Objectivos do Milénio de aumentar a ajuda ao desenvolvimento público não foi alcançado.

Colocámos algumas questões à CONCORD.

De que forma é que as ONG estão a fazer com que a voz da opinião pública seja ouvida relativamente à cooperação para o desenvolvimento?

A cooperação para o desenvolvimento e a solidariedade internacional são importantes aos olhos do público. Nos últimos 20 anos, o apoio às organizações da sociedade civil tem crescido imenso. Num mundo conduzido por interesses pessoais e económicos, as ONG perseguem objectivos sociais e têm padrões morais que cativam o público.

As ONG estão envolvidas na cooperação

para o desenvolvimento há décadas. Como tanto trabalham no terreno como monitorizam as decisões políticas, desempenham um papel crucial no processo de desenvolvimento enquanto agentes inovadores de mudança e de transformação social. Ao nível europeu, informam os intervenientes e o público quanto ao impacto das políticas europeias e à cooperação para o desenvolvimento.

Transparência e responsabilidade são fundamentais. Os cidadãos, doadores e beneficiários têm o direito de saber como é gasta – e com que eficácia – a ajuda ao desenvolvimento.

As ONG importam-se com a eficácia?

As ONG preocupam-se bastante com a eficácia da ajuda enquanto intervenientes do desenvolvimento. Reflectem regularmente sobre a forma de melhorarem os seus métodos e de serem responsáveis para com as pessoas e os países com quem e para quem trabalham. Foi nesse sentido que as organizações da sociedade civil criaram o “Fórum Aberto para a Eficácia do Desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil”.**

A CONCORD está ligada às ONG do Sul?

As ONG europeias e respectivos parceiros do Sul partilham experiências, conhecimentos e melhores práticas relativamente ao papel dos intervenientes da sociedade civil e às principais áreas comuns de apoio. A CONCORD está ligada ao Sul através dos seus membros,

mas também directamente com plataformas regionais como a Mesa de Articulação na América Latina. O apoio a intervenientes internacionais é mais eficaz se for efectuado em parceria com organizações que estão principalmente preocupadas com a questão em jogo.

O que pensam sobre o Fórum de Alto Nível realizado em Setembro passado em Acra sobre a eficácia da ajuda naquela cidade?

A CONCORD acredita que a UE tem um papel importante a desempenhar no palco internacional. Queremos que os doadores definam planos pormenorizados que mostrem como e quando cumprirão os compromissos que efectuaram relativamente a ajudas. Sem novas metas e novas formas de medir progressos, não será possível verificar o que está a ser realmente doado aos países em desenvolvimento. A CONCORD emitiu um relatório no início deste ano que mostra que a UE, se continuar a prestar ajuda ao ritmo lento com que o tem feito, terá dado menos 75 mil milhões de euros entre 2005 e 2010 do que fora prometido. A UE fornece a maior parte da ajuda mundial, o que lhe confere um papel de liderança crucial na luta contra a pobreza mundial. ■

* Para mais informações: www.concordeurope.org

** <http://www.cso-effectiveness.org>

Palavras-chave

CONCORD; ONG; Eficácia da ajuda.

UM MAIOR CAMINHO regional

Programa de alimentação escolar no Quênia.
© CONCORD

Um documento importante da Direcção do Desenvolvimento da Comissão Europeia, publicado em meados do mês de Setembro, recomenda “mais e melhores políticas” para impulsionar a integração regional nas nações de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), solicitando que os 27 Estados-Membros da UE apoiem essas políticas de forma mais activa ao fazerem o respectivo planeamento da ajuda bilateral.

O apoio à integração regional tem sido parte integrante da política da UE para com os Estados ACP desde 1979. Os planos para a realização de acordos de comércio com seis regiões ACP (a celebração do primeiro com o grupo regional das Caraíbas, Cariforum*, que deverá realizar-se no final deste ano) são um aspecto da ênfase regional. A duplicação de fundos para 1,78 mil milhões de euros ao abrigo do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) da UE destinados aos estados ACP, que visa o reforço de infra-estruturas, a preservação de água e recursos marítimos e o apoio aos novos APE, assinala a importância dada pela UE ao desenvolvimento regional. Na frente política, a UE desencadeou igualmente “diálogos” com África, as Caraíbas e o Pacífico, respectivamente.

Segundo o documento, à medida que a globalização ganha um impulso, os blocos regionais são vistos como o motor do crescimento económico e social em África. Este novo “Comunicação sobre Desenvolvimento Económico e Integração Regional nos países ACP” dá que pensar a todas as instituições da UE e Estados-Membros sobre a melhor forma de avançar com esse desenvolvimento. O documento realça os benefícios da integração regional, da estabilidade política, do investimento estimulante em crescimento económico, da criação da livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas e da criação de economias de escala. O mesmo documento refere ainda que a preservação de “bens públicos”, como os alimentos e outros recursos naturais, pode ser efectuada com mais eficácia ao nível regional.

> Fraquezas

O mesmo documento aborda igualmente as fraquezas existentes para atacar áreas como a falta de capacidades institucionais aos níveis regional e nacional e a respectiva “apropriação” por parte da sociedade civil e das administrações. Existe ainda uma fragmentação dos mercados regionais, falta de diversificação nas economias nacionais que dependem grandemente de algumas mercadorias exportadas, redes insuficientes de infra-estruturas como estradas, vias férreas, redes de energia eléctrica, redes de telecomunicações com custos elevados de

transporte inter-regional e serviços públicos que constituem um travão às economias. O documento refere que deverá ser dada mais ênfase à eliminação de barreiras técnicas ao comércio, como as normas fitossanitárias, e à melhoria da coordenação macroeconómica entre os parceiros regionais de forma a mitigar o impacto da volatilidade regional da moeda no comércio intra-regional. Destaca igualmente mais desenvolvimento comercial regional com a fomentação da produção regional e redes de abastecimento de pequenas e médias empresas (PME). O documento recomenda a criação de fóruns comerciais regionais – onde ainda não existam – e de comités parlamentares que fiscalizem os APE. Refere ainda que as instituições académicas deveriam ser encorajadas a analisar as iniciativas regionais e a monitorizar o progresso dos APE. O documento da Direcção do Desenvolvimento realça igualmente a melhoria do papel das ciências e da tecnologia no sentido de ajudar a encontrar soluções para a pobreza e a fomentar o crescimento.

As futuras políticas da UE nas nações em desenvolvimento deveriam fazer da dimensão regional um dos seus pilares. Por exemplo, a UE recomendou que fossem elaborados projectos regionais ao abrigo da sua “Estrutura de Resposta Rápida” no valor de mil milhões de euros para enfrentar o aumento do preço dos alimentos nos países em desenvolvimento em 2008 e 2009. O fundo está actualmente a ser aprovado pelas instituições da UE (consultar a Ronda). O documento prevê ainda a possibilidade de ligações entre as nações ACP e os Países e Territórios Ultramarinos (PTU) da UE, muitos dos quais têm vizinhos ACP. **D.P. ■**

* Prevê-se que os seguintes membros do Cariforum celebrem um APE: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trindade e Tobago.

Palavras-chave

Integração Regional; APE; Infra-estrutura alimentar; Ciência e tecnologia; Comércio da UE; Debra Percival.

Âmbito da política ÁFRICA-CHINA-UE

Antecipando-se à divulgação pela Direcção-Geral do Desenvolvimento da Comissão Europeia (CE), em meados de Outubro, dos planos para o futuro diálogo UE-África-China, uma consulta pública realizada pela CE de meados de Abril a meados de Junho de 2008 dá algumas indicações do que o público pensa de uma política triangular.

Esta consulta em linha complementa um inquérito aprofundado feito a diplomatas africanos e mais em geral a académicos e à sociedade civil, em que a Direcção-Geral do Desenvolvimento da Comissão Europeia (CE) trabalha desde 2007 e que revela resultados semelhantes, segundo fontes da Comissão.

Oitenta e seis por cento dos inquiridos que disseram ainda não ser tempo para qualquer parceria triangular foram empresas da UE que receiam a concorrência desleal, uma vez que as empresas chinesas não têm de respeitar as mesmas normas de comércio. Quanto a futuras áreas de cooperação, as mais recomendadas e por ordem decrescente são: gestão sustentável dos recursos naturais, boa governação, ambiente, infra-estruturas, paz e segurança, educação e formação e diálogo cultural.

Os inquiridos revelaram opiniões diferentes sobre o papel das sociedades civis nessa futura cooperação e sobre projectos para promover a boa governação em África, mas o inquérito concluiu: “Ainda existem novas oportunidades para a sociedade civil se empenhar e influenciar a natureza das relações sino-africanas: através de investigação conjunta e de projectos comuns com instituições chinesas e através do contacto entre comunidades africanas e ‘diásporas’ chinesas para ajudar a aumentar a sensibilização para as estratégias de redução da pobreza desenvolvidas por Organizações Não Governamentais operadas pelo Governo (GONGO) na China.”

Interrogado pelo *Correio*, o Professor He Wenping, que orienta estudos africanos na Academia Chinesa de Ciências Sociais,

sedeada em Pequim, fez este comentário sobre o documento aguardado: “Este tipo de diálogo pode ajudar as três partes a compreenderem-se melhor mutuamente e a encontrar um ponto de intercepção para a futura cooperação”; e acrescentou ainda: “O princípio da não interferência nas questões internas de outros países não será alterado no futuro previsível, uma vez que mostra respeito pela soberania, pela integridade territorial e pela dignidade nacional. No entanto, já vimos a flexibilidade e o pragmatismo dos diplomatas chineses quando lidam com algumas questões espinhosas, como o Darfur e a questão nuclear da RPDC.” **D.P.** ■

Para consultar os resultados completos do inquérito, ver: ec.europa.eu/development/center/repository/Consultation6

JAPÃO. Uma partida geopolítica e comercial.

O novo interesse por África contribuiu para dar saliência à última Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África (TICAD), realizada em Yokohama, 28-30 de Maio de 2008. A presença de um número considerável de Chefes de Estado africanos e o anúncio pelo Governo nipónico da duplicação da sua ajuda a África nos próximos dez anos vieram culminar o brilhantismo deste encontro. Mas por detrás existe uma partida difícil de natureza geopolítica e comercial que o Japão joga desde há cerca de quinze anos.

O anúncio pelo Primeiro-Ministro japonês, Yasuo Fukuda, da duplicação da ajuda anual do seu país a África nos próximos dez anos, que atingirá assim 1,4 mil milhões de dólares, foi objecto dos grandes títulos. Sem ter em conta um empréstimo de 4 mil milhões de dólares com taxa bonificada para infra-estruturas, assim como um compromisso especial de apoiar a produção de arroz.

País sem recursos mineiros nem energéticos, o Japão tinha antecipado a actual carência destes recursos e a futura importância de África, tal como a futura omnipresença neste continente do seu vizinho, a China. A primeira

TICAD realizou-se em 1993, quando o interesse por África estava em baixo, no tempo da “fadiga da ajuda”. Para ajudar África, o Japão comprometeu-se então a mobilizar a Ásia.

Em 2001, Yoshiro Mori efectuou a primeira visita de um Primeiro-Ministro japonês a África, neste caso ao Quénia, Nigéria e África do Sul. Nesse ano, a África representava apenas 0,6% do investimento directo japonês no exterior.

Em 2006, o avanço chinês já era profundo em África. Imediatamente a seguir à visita do Presidente Hu Jintao ao Gana, Junichiro Koizumi, Primeiro-Ministro japonês, deslo-

cou-se a este país após uma visita à Sede da União Africana em Adis Abeba. Foi antes uma viagem política. Porque o Japão evita entrar em concorrência aberta com a China no terreno comercial, mas sobretudo porque precisa de contar com o apoio de África para se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Na altura da recente TICAD, as trocas comerciais entre o Japão e África totalizavam 26,6 mil milhões de dólares, contra 73,5 mil milhões para a África-China. Ainda não é suficiente, mas já está longe de ser negligenciável. **D.P.** ■

POLÍTICA DA UE para todos os amigos de África?

“A UE devia evitar uma política sinocêntrica para África. Tenho dúvidas que seja desejável uma comunicação totalmente consagrada à China num contexto estratégico que é dominado por vários outros intervenientes, como os Estados Unidos e a Índia”, disse ao Correio Johnathan Holslag, Director de Investigação no Instituto de Estudos sobre a China Contemporânea em Bruxelas (BICCS).

A parceria bilateral mais estreita da Índia com África foi assinalada pela realização de uma cimeira em Nova Deli, em 8 e 9 de Abril, organizada pela União Africana (UA). Foi o primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo da Índia e de África, tendo estado presentes 14 governos africanos convidados, incluindo a África do Sul, Gana, Nigéria, Senegal, Zâmbia e Tanzânia.

Em discussão estava uma nova parceria económica estratégica, que tinha prioritariamente na ordem de trabalhos o comércio, investimen-

to, energia, segurança e manutenção da paz e aquecimento global. O Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, designou África como “uma terra que desperta” e anunciou preferências comerciais para 34 países africanos menos desenvolvidos (PMD).

Foi acordada uma cooperação mais estreita nos domínios da integração regional, política, ciência, tecnologia, saneamento e erradicação da pobreza e a adopção de medidas para ajudar os pequenos agricultores indianos a respeitarem as normas de qualidade e de segurança na produção de géneros alimentícios.

Conselhos de Holslag sobre futuras políticas da UE em relação a África: “Devíamos construir um consenso da base para o topo com todos os amigos de África que se afaste dos interesses a curto prazo e vise a estabilidade a longo prazo.” **D.P.** ■

* www.vub.ac.be/biccs

Palavras-chave

Índia; África; Jonathan Holslag; Instituto de Estudos sobre a China Contemporânea em Bruxelas; Debra Percival.

A ambiguidade BRASILEIRA

“C ontamos com o Brasil como um parceiro importante no processo de renovação do continente africano”, declarou o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, no dia seguinte ao encontro, em Novembro de 2003, com o seu homólogo brasileiro, Luis Inácio “Lula” da Silva. Lula não o desiluiu: três visitas ao continente africano em menos de dois anos, nove países visitados e dezenas de projectos assinados em sectores como as minas, o petróleo, a agricultura ou ainda a produção de medicamentos genéricos e de biocombustíveis, em que Brasília oferece o seu know-how. Para além da obrigação “política, moral e histórica” invocada por Lula, trata-se sobretudo de construir um novo eixo “Sul-Sul”. Prova disso é a aliança tripartida criada com a Índia e a África do Sul e sobretudo o seu papel de “defensor dos países em desenvolvimento” no quadro da Organização Mundial do Comércio.

Paralelamente, o Brasil consolida as suas ligações com os países industrializados, em especial com a União Europeia, com a qual assinou em Julho último uma “parceria estratégica”. Tal como acontece com os Estados Unidos, são os biocombustíveis brasileiros, muito competitivos, que interessam à UE, empenhada até agora num ambicioso programa de substituição do petróleo nos transportes. Mas como é que a UE vê a presença brasileira em África? Como indicou Manuel Lobo Antunes, Secretário de Estado português para os Assuntos Europeus, em Setembro de

2007 ao Correio: “Cabe-nos apoiar todas as iniciativas de diálogo que o Brasil queira ter com o continente africano. Para nós é importante, para uma globalização mais regulada e mais equilibrada.” Resta outra questão, colocada pelo economista A.-C. Peixoto: “Até quando poderá o Brasil manter esta ambiguidade fundamental, que o leva a aproximar-se do Terceiro Mundo, declarando-se ao mesmo tempo solidário com o Ocidente e tendo como objectivo confesso poder associar-se um dia ao círculo restrito e fechado das grandes potências?” **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Brasil; África do Sul; Marie-Martine Buckens.

Reflexo de edifícios no edifício da bolsa de valores no Rio de Janeiro, Brasil.
© Eider Salles. Imagem de BigstockPhoto.com



Um dia na vida de Béa Diallo

Do ringue de boxe ao palco político e social

Ei-lo. No primeiro andar de um prédio um pouco velho, um desses prédios dos anos cinquenta, que alberga a trouxe-mouxe a biblioteca do município de Ixelles, um dos 19 municípios de Bruxelas, e o local da magistratura do Emprego, da Família, da Juventude e da Inserção Social. Um programa completo para este antigo pugilista profissional que mudou para a política a pedido expresso dos eleitos locais que vêem nele um modelo de integração social.

Béa Diallo está sentado por trás da sua grande secretária lustrada, rodeado de fotografias que testemunham os seus actos no ringue. Olhos cintilantes num rosto aberto, uma t-shirt resplandecente a moldar um corpo de atleta. São duas e meia da tarde, está calor, estamos em pleno

Verão e a vida política acalmou um pouco. Um momento de descanso numa vida movimentada. Em jeito de introdução: “Já há um ano e meio que peço uma secretária nova, mas quando se trabalha para o município é complicado, é preciso passar por um concurso público.” Suspira. “Antigamente, era pugilista e também

chefe de empresa.” E retoma: “Ainda treino, mas já não entro em competições há um ano. E empresas, ainda as tenho; aqui, mas também na Guiné-Conacry, o meu país de origem.” Batem à porta, um dos seus jovens assistentes pede desculpas, atravessa o escritório para se enfiar numa sala ao lado. Sorriso paciente de Béa: “E



Fotografia de Béa Diallo (o antigo pugilista à sua esquerda) no seu gabinete 2008.
© Marie-Martine Buckens

também já há um ano e meio que esperamos que o município faça um buraco na parede aqui ao lado para permitir que o pessoal vá para o respectivo escritório sem ter de passar pelo meu.”

➤ O boxe como escola

Um regresso ao passado. Um regresso que Béa Diallo descreve com muito gosto, lucidez e esta energia foga que seduziu uma parte impressionante de eleitores de Bruxelas. Nasceu em 1971, na Libéria, onde o pai, guineense, ocupava o posto de embaixador. Depois foi para França, a França da Frente Nacional, mas também a do SOS Racismo e da campanha “Não toques no meu amigo”. “Na altura, eu era um revoltado e até violento. Treinava na rua, lutava pela mínima coisa. Os meus pais já não me compreendiam. A cada dia, afastava-me dos valores que me haviam inculcado.”

Um dia, ao regressar de um concerto, “éramos cinco com 11 e 12 anos, com o meu amigo jugoslavo, filho do porteiro”, Béa foi apanhado numa rixa com skinheads. “Consegui escapar mas o meu amigo foi parar ao hospital, com um olho a menos e meio paralisado.” Mais do que nunca, foi tomado pela frustração. Atribuiu as culpas a uma professora que o mortificou profundamente na sua identidade. “Não conseguindo expressar-me, tornei-me violento e, paradoxalmente, racista.”

“A minha sorte foi o meu pai ter sido colocado em Bruxelas. Na Bélgica não encontrei a mesma hipocrisia que em França onde só se aceitam as pessoas se estas forem ‘interessantes’, como no desporto.” Béa sente-se ainda revoltado e é briguento. “Mas a sorte sorriu-me. Formámos um grupo, eu, um Turco, dois Magrebinos e um Belga e fomos treinar ao parque com luvas de boxe. Um dia, o Turco encontrou uma sala de boxe onde podíamos treinar sem a autorização dos nossos pais.” E foi o choque. Ele descobre aí outro mundo. “Apanhámos tarefa. Na rua, não é o mais forte quem ganha, é muitas vezes o mais cobarde.” Dos cinco do grupo, três não aceitaram estas novas regras e abandonaram. Béa e o amigo belga, Jean-François, ficaram. “O boxe salvou-me. Aí encontrei pessoas de origem e classes muito diferentes, que partilhavam a mesma paixão. Isso marcou-me, porque me encontrava fechado, no meu clã.”

Depressa o “noviço muito dotado”, como é qualificado pela imprensa especializada, sobe as escadas da fama. Várias vezes defende o título de campeão IBF intercontinental de pesos médios. Béa poderia ter feito carreira, “mas ao mesmo tempo, queria ser independente”. Não esqueceu o passado. Para ajudar jovens delinquentes, cria, belo paradoxo, uma sociedade de vigilância, ‘Champ’Angels’. “Quando era mais novo e via um guarda antipático, provocador e pouco seguro de si, tinha vontade de o agredir!” Os guardas de Champ’Angels serão desportistas, muitas vezes provenientes dos bairros ditos difíceis, que fazendo frente a delinquentes os orientam para o teatro, o boxe ou o futebol. O Champ’Angels é vítima do respectivo sucesso. Enquanto isso, Béa decidiu estudar e licenciou-se na Universidade Livre de Bruxelas em economia e marketing. Depois, criou ‘My Choice’, uma associação dirigida aos jovens das escolas com ‘discriminação positiva’. “Este ano estive em cerca de trinta escolas, encontrei jovens, às vezes partilhámos

um dia de treino.” Um combate que este novo Belga – naturalizou-se em 1998 – enfrenta igualmente no seu país de origem, a Guiné, com a Fundação ‘Béa Diallo’. As iniciativas não param, centro médico, terreno de jogo e até uma empresa de transportes públicos. Com sucessos animadores. O seu orgulho: o clube de futebol de Conakry, o Hafía FC, do qual é presidente. “Apanhei este clube em 2000. Ainda não está ganho. Digo a estes jovens jogadores, que sonham um dia serem reconhecidos na Europa: vocês podem jogar, mas aprendam também uma profissão ou estudem. Para evitar que caiam nas mãos de empresas europeias desonestas que lhes prometem mundos e fundos e que os põem na rua. Se não tiverem sido contratados, enquadro-os. Se não conseguirem ter sucesso na Europa, regressam ao respectivo clube na Guiné onde lhes damos um salário.”

➤ 48 ideias em 24 horas

São 16h00. Os assistentes de Béa estão visivelmente à espera dele atrás da porta. “Estamos no horário de Verão, o dia será mais pequeno que normalmente.” E que dias! Levantar-se às 6 horas (“quando era profissional, era às 4 horas”), uma hora de jogging e depois pequeno-almoço com os filhos. Porque Béa Diallo tem... quatro filhos! Dois que adoptou da sua mulher belga, “têm 17 e 22 anos”, e dois que vieram depois: Ibrahim, 9 anos e Julia, 6 anos. Está na hora de os levar à escola – “a minha mulher sai às 7h30”- e começa o carrossel das reuniões políticas: no município, às segundas e quintas, no Parlamento de Bruxelas às terças, sem contar com as reuniões do colégio municipal, das comissões parlamentares e as permanências onde se ouvem as pessoas do bairro. “Às vezes é difícil. Felizmente, há algo concreto, nomeadamente quando posso deixar ao Parlamento, sob a forma de projecto de lei, os problemas encontrados no terreno. Tenho sempre 48 ideias na cabeça e é difícil seguir-me.” E no fim-de-semana: “Tenho ainda compromissos, mas tento dedicar-me à família.” Aos filhos, à mulher que lhe recorda regularmente: “o importante, não é a quantidade de tempo passado connosco, mas a qualidade.”

M.M.B. ■

Palavras-chave

Béa Diallo; boxe; Bélgica; Bruxelas; Guiné-Conakry; futebol; desenvolvimento; Marie-Martine Buckens.

ÁFRICA AUSTRAL

A aposta, vital, NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Os cortes de electricidade que atormentam o dia-a-dia dos sul-africanos e dos seus vizinhos, muitas vezes dependentes de Pretória em relação às suas necessidades de energia, poderiam ser largamente compensados se a locomotiva da África Austral se decidisse a recorrer maciçamente às energias renováveis.

É esta pelo menos a opinião da Parceria Internacional para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética, REEEP ('Renewable Energy and Energy Efficiency Partnership'), criada em 2002, a seguir à Cimeira de Joanesburgo sobre o desenvolvimento sustentável e financiada por cerca de quarenta países industrializados e a Comissão Europeia.

> Um longo caminho

De momento, a África do Sul recorre essencialmente (cerca de 90%) ao carvão para produzir electricidade. O resto é partilhado entre a central nuclear de Koeberg e a energia hidroeléctrica, ficando algumas migalhas para a energia solar e em breve para a energia eólica. A REEEP, tal como associ-

ações como a Earthlife Africa, tencionam explorar os cortes constantes de electricidade da companhia pública sul-africana Eskom, para fazer valer os seus dossiês. Não são os únicos. Segundo a empresa internacional de consultoria Frost & Sullivan, "a África do Sul está situada idealmente para explorar não só a energia solar, mas também a eólica e o biogás (...) o que significa que é cada vez

mais importante incentivar o investimento privado no sector das energias renováveis.” O mesmo é verdade, considera a empresa, para a Namíbia, cujo sector da electricidade vai conhecer um grande crescimento nos próximos anos e que depende actualmente da Eskom sul-africana para 80% do seu abastecimento. Uma dependência que partilha com outros países da África Austral, entre eles a Zâmbia. Os cortes de corrente da Eskom prejudicam igualmente, por ricochete, não só a economia sul-africana mas igualmente a dos seus vizinhos. A REEEP é peremptória: a crise eléctrica no conjunto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) – uma crise que segundo Frost & Sullivan deverá durar até 2012 – é sem dúvida o factor de risco mais importante que pesa sobre o desenvolvimento económico da região.

► Reforçar a cooperação regional

Ainda que o Governo sul-africano tenha adoptado uma nova política em matéria de energias renováveis, continua a ser pouco ambicioso, uma vez que a médio prazo visa menos de

3% do consumo total de energia. Segundo a REEEP, esta percentagem poderia passar facilmente para 50% até 2050. Mas com duas condições: reforçar a planificação regional – nomeadamente através do RERA (o programa de Energia da SADC) e do SAPP (“Southern African Power Pool”) – e introduzir contratos a longo prazo para garantir o abastecimento em energias renováveis e atrair os investidores privados. Outro calcanhar de Aquiles de uma política voluntarista em matéria de energias renováveis: o preço extremamente baixo da electricidade sul-africana – uma das quatro mais baratas do mundo –, resultado de 20 anos de excessos de capacidade que foram apanhados pelo crescimento económico sem reformas adequadas do Estado. Este parece no entanto disposto a aumentar o preço da electricidade em quase 70%, o que tornaria as energias renováveis quase competitivas.

► Primeiras iniciativas

Entretanto a Eskom não ficou inactiva. Prova disso são os seus dois projectos de energias renováveis: o parque eólico na costa atlân-

tica, cujas primeiras turbinas já construídas começaram a alimentar a rede da Cidade do Cabo; e a central heliotérmica em Upington, um dos pontos do mundo onde a radiação solar é mais elevada. Produção prevista: 100 megawatts (MW) cada uma, ou seja, apenas alguns electrões dos 40,5 gigawatts (GW) produzidos em 2004 pela África do Sul. Mas estes dois projectos não deixam de ser os mais importantes na África subsariana.

E isto sem contar com a construção, prevista para 2009, da terceira barragem hidroeléctrica do Inga, no Baixo Congo, que poderá, segundo os seus promotores, alimentar em electricidade toda a África Austral até 2021. Mas é verdade que as “grandes” barragens não são contabilizadas na lista das energias ditas renováveis. **M.M.B. ■**

Palavras-chave

Energias renováveis; electricidade; SADC; REEEP; Facilidade ACP-UE Energia; África do Sul; Eskom.

O «roteiro» de Dakar

Aumentar para 10 mil milhões de dólares nos próximos cinco anos (2009-2014), contra menos de mil milhões actualmente, os investimentos em energias renováveis em África é a ambição dos participantes na Conferência Internacional sobre as Energias Renováveis organizada de 16 a 18 de Abril último na capital senegalesa. No final dos três dias de trabalhos, os participantes decidiram igualmente, através de uma declaração de Dacar, criar um comité ministerial encarregado do desenvolvimento das energias renováveis em África, apoiado por uma estrutura de coordenação. A Conferência, organizada pelo Governo do Senegal, pela União Africana, pela Cooperação alemã e pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), adoptou por outro lado um plano de acção assente nas políticas, nos regulamentos, no quadro institucional e no desenvolvimento de estratégias financeiras em matéria de energias renováveis como base de desenvolvimento das empresas e da indústria.

Fundos da UE para as zonas rurais de Moçambique

As grandes esquecidas da electrificação de África continuam a ser as zonas rurais, uma vez que os governos dão prioridade às zonas urbanas, também desencorajadas com o custo de colocação em rede de regiões muitas vezes afastadas dos grandes centros de consumo. Ora é precisamente neste caso que as energias renováveis, em especial a solar, podem intervir de modo pertinente.

Prova-o a iniciativa financiada pela Facilidade ACP-UE para a Energia, dotada de um orçamento global de 220 milhões de euros. Finalidade do projecto: a electrificação, ‘fora da rede’ e graças à energia solar, de centros de saúde e dos alojamentos do pessoal situados nas zonas rurais das províncias de Nampula e da Zambézia em Moçambique. Serão criados “centros de serviços energéticos”, geridos por cooperativas, que ficarão encarregados das actividades operacionais. Para além do abastecimento de electricidade aos centros de saúde, uma parte da energia produzida será igualmente utilizada para actividades geradoras de receitas (carregamento de baterias, trituração/moagem mecanizada, etc). A acção visa igualmente aumentar a capacidade local para a instalação, gestão e manutenção de sistemas fotovoltaicos. O projecto, com uma duração de cinco anos (2008/2012) e financiado em 1,9 milhões de euros pela Facilidade, prevê a electrificação de 60 centros de saúde e a criação de 25 centros de serviços energéticos geridos por cooperativas que devem ser criadas até ao final do projecto



R *eportagem*

MADAGÁSCAR

Uma reportagem de Marie-Martine Buckens

Madagáscar, a ilha-continente, dividida entre o recolhimento na sua 'terra dos antepassados' venerados, como testemunha a longa litania de túmulos alinhados ao longo das estradas do sul, protegidos por múltiplos fadys (tabus), e a sua abertura ao mundo incarnada por Marc Ravalomanana, o Presidente eleito há sete anos por uma população exangue, abandonada por um poder deliquesciente. Uma abertura voluntarista, cujos grandes princípios estão consagrados no Plano de Acção de Madagáscar, verdadeiro roteiro que ambiciona retirar definitivamente

o país da lista pouco invejada dos países mais pobres do mundo. A energia dedicada pelo Presidente para convencer os financiadores, com a União Europeia em primeiro lugar, parece ter dado frutos até à data, mesmo que a sua vontade de agir rápido, em ruptura com o 'mora-mora' (devagar-devagar) em que assenta uma certa filosofia de vida dos Malgaxes, e a sua visão de homem de negócios perturbem os hábitos dos Malgaxes, muitas vezes cheios de comedimento.

No centro de Antananarivo, o lago Anosy, em forma de coração, é o seu Anjo Negro 2008 © Marie-Martine Buckens

UMA HISTÓRIA singular

Último vestígio geológico da flutuação há mais de 160 milhões de anos do supercontinente Gondwana, Madagáscar, a ilha vermelha, gosta de cultivar o mistério das suas origens.

Fixada a 400 km da África Oriental, com uma dimensão correspondente a uma vez e meia a França, a sua origem seria divina. Os seus habitantes dizem ao vazaha (estrangeiro) que fazem parte sem dúvida de África, mas que não são africanos. São Malgaxes. Malgaxes mas merina, betsileo, betsimisaraka, sakalava... Outras tantas etnias (18 no total) que falam uma variedade linguística do malgaxe. E este é um dos milagres da ilha: uma concentração da civilização australasiana misturada com culturas bantus, árabes e europeias, falando uma língua única e coabitando pacificamente. Desde quando? Aí começam as contas, que fazem a delícia dos antropólogos e dos cientistas. Segundo a tradição oral, os Vazimbas teriam sido os primeiros a habitar a ilha há 1500 anos. Povo mítico, teria sido esmagado pelas vagas sucessivas de indonésios e de malaio-polinésios (de que nasceu a língua malgaxe), que ocuparam os planaltos centrais. As costas serão progressivamente povoadas por árabes e por negros, provavelmente antigos escravos.

No século XVII já existem numerosos reinos independentes. Na costa oriental, os Betsimisaraka impõem a sua autoridade, enquanto nas terras altas os reinos Betsileo, mas sobretudo Merina, alargam o seu domínio. No século XIX assiste-se ao aparecimento da expansão Merina graças à obra unificadora de Andrianampoinimerina (1786-1810), que resumiu a sua ambição territorial nesta frase: “O limite do meu campo de arroz será o mar.” O seu filho Radama I conquista toda a ilha, ajudado pelos britânicos; veio a seguir o reino da Rainha Ranavalona I (1828-1861), marcado por uma política contra os europeus e os cristãos. Radama II, seu filho, torna a abrir o país às potências coloniais; a oligarquia malgaxe, inquieta, manda-o matar em 1863. O chefe do exército Rainilaiarivony, merina, torna-se primeiro-ministro e casa sucessivamente com três rainhas, conservando o poder durante mais

de trinta anos (1864-1895). São períodos marcados por um desenvolvimento da escolarização e da evangelização e pela impressão da primeira Bíblia em malgaxe em 1835.

A França decidiu lançar em 1895 um corpo expedicionário até Antananarivo, de que resultou o Tratado de 1 de Outubro de 1895 que confirma o “protectorado”. Este Tratado retirou à monarquia todos os poderes em proveito do Residente Geral. Face à autoridade colonial desenvolve-se uma resistência local, que se radicaliza até à insurreição de 1947, reprimida de modo terrível. Em 26 de Junho de 1960 é proclamada a independência do país.

Desde a independência, Madagáscar conheceu três Repúblicas. O primeiro Presidente, Philibert Tsiranana, deixou como herança uma sólida rede escolar, mas uma economia a esboçar-se. Foi destituído em 1972 pelo General Gabriel Ramanantsoa. Seguiu-se um período de instabilidade que acabou com a eleição de Didier Ratsiraka, o Presidente que ficará na memória pela socialização forçada do país. O descontentamento social era tal que em 1991 aceitou a criação de um Governo de União Nacional de transição. Em 1993, Albert Zafy foi eleito Presidente da III República. Mas o seu desentendimento com o Primeiro-Ministro desestabiliza o regime; Didier Ratsiraka foi reeleito em 1997. Altera a Constituição e implanta um regime presidencial forte. Apresenta-se para um segundo mandato em Dezembro de 2001. O seu oponente, Marc Ravalomanana, contesta a eleição. A comunidade internacional envolve-se no assunto e procede-se a uma nova contagem dos votos, que dá finalmente a vitória ao candidato antes derrotado. Este último foi reeleito no final de 2006.

Palavras-chave

Gondwana; Madagáscar; história; Marie-Martine Buckens.

“Queremos ser **UM EXEMPLO** para os outros países ACP”

O Plano de Acção de Madagáscar é o principal instrumento do Governo para lutar contra a pobreza, explica Charles Rabemananjara, Primeiro-Ministro.

Apenas reeleito por um período de cinco anos à frente dos destinos do país, o Presidente Marc Ravalomanana lançou, no início de 2007, o seu Plano de Acção de Madagáscar, mais conhecido pelo acrónimo inglês, ‘MAP’. Revelador: o MAP vai buscar à cultura anglo-saxónica o seu lado pragmático, à imagem do Presidente, um ‘homem que se fez a si próprio’ e que, na última reforma da Constituição, introduziu o inglês como língua oficial – ao lado do malgaxe e do francês. O MAP qualifica-se a si próprio como “Plano audacioso para um desenvolvimento rápido”. E de facto propõe-se realizar em oito anos os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

“Desde o seu lançamento, o MAP já permitiu um certo dinamismo do crescimento económico, ainda que o contexto internacional se mantenha difícil. Entre 2002 e 2005, a pobreza recuou de 80% para 68% da população.” Ao contrário da maioria dos outros países ACP, a política de desenvolvimento de Madagáscar é “um produto do governo, totalmente em consonância com a Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda”, acrescenta por seu lado o Embaixador de Madagáscar junto da UE, Jeannot Rakotomalala. A União Europeia, principal financiador, contribuiu largamente com a sua ajuda e apoio ao MAP, a fim de, prossegue o Embaixador, “fazer dele um modelo de desenvolvimento para os outros países em desenvolvimento”.

Prova disso é que em Junho de 2008, uma conferência que reuniu em Antananarivo todos os grandes doadores de fundos – nomeadamente a Comissão Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e novos parceiros europeus – tentou avaliar a contribuição de cada doador para o MAP. “Foi a primeira vez desde 48 anos de independência: Madagáscar inverteu o processo, assumindo a liderança e todos os doadores aceitaram alinhar-se pelo MAP”, assinala o Embaixador. Charles Rabemananjara, por seu lado, salienta o apoio dado pela UE ao processo, mas sobretudo a “sua grande força e a flexibilidade de que dá provas perante a realidade que vivemos”. **M.M.B.** ■

Seis reformas

O Plano, que visa tanto a frente social como a económica, é constituído por seis reformas: as finanças públicas (controlo rigoroso do orçamento e reforma drástica da fiscalidade – a taxa de pressão fiscal, 10,3% do PIB em 2007, é uma das mais baixas de África), os investimentos (foi introduzida uma nova lei sobre garantias aos investidores, assim como um “balcão único”, há uma lei em preparação para garantir o acesso dos estrangeiros à propriedade, luta contra a corrupção), a reforma agrícola (introdução da “revolução verde”), a segurança pública (reforço da luta contra os “dahalos”, ladrões de gado considerados como uma verdadeira epidemia, a pesca ilegal, o contrabando de pedras e de madeiras preciosas), planificação familiar, luta contra o paludismo e a sida (limitada a 1% contra 30% na África do Sul), reforma de um sistema judiciário relativamente corrompido e de um sistema prisional obsoleto. Um plano fortemente dependente da ajuda externa. Em 2008, a ajuda pública ao desenvolvimento representava 36% do orçamento (7% do PIB), sendo 51% sob a forma de doações (nomeadamente da UE). Para o período 2005-2007, as dotações ascenderam a 350 milhões de euros, dos quais 24% vieram da Comissão Europeia, 6% da França e 2% da Alemanha.

Palavras-chave

Plano de Acção de Madagáscar; Marc Ravalomanana; Jeannot Rakotomalala; eficácia da ajuda; Marie-Martine Buckens.

Nos picos de Antananarivo 2008. © Marie-Martine Buckens



© Marie-Martine Buckens |

“UM ESPAÇO DE ESTABILIDADE onde os recursos podem ser mobilizados para o desenvolvimento”

Entrevista de Jean-Claude Boidin, Chefe da Delegação da Comissão Europeia em Madagáscar

Marie-Martine Buckens

Que lugar ocupa Madagáscar nas relações entre a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e no interior desta constelação ACP?

Madagáscar ocupa um lugar especial e por diversas razões. Antes de mais, é um dos países fundadores do futuro Grupo ACP. Desde 1963, muito antes da Convenção de Lomé, Madagáscar e 17 países africanos assinaram em Iauandé, nos Camarões, uma primeira parceria histórica com os países da Comunidade Europeia. Depois, e convém sublinhar isto, o país conheceu uma grande estabilidade desde a sua independência, apesar de vários períodos de transição política muito tensos; não conheceu guerras nem conflitos abertos, ao contrário de muitos países africanos. Madagáscar representa assim um espaço de estabilidade e de relativa paz social onde os recursos podem ser mobilizados para o desenvolvimento.

Madagáscar é um dos países mais pobres do planeta. É a este título que figura entre os cinco principais beneficiários do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que financia os países ACP. Mas é também um parceiro muito eficiente. O facto de ter utilizado muito bem a ajuda europeia, sobretudo desde o 8.º FED, valeu-lhe um aumento substancial dos recursos.

Outra particularidade é a sua insularidade, que faz com que seja mais difícil para este país integrar-se plenamente nos esquemas de cooperação regional. É verdade que Madagáscar pertence a várias organizações regionais, como o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) ou ainda a Comissão do Oceano Índico (COI), e que o país adoptou desde 2004 uma estratégia de integração dinâmica, mas devido à sua situação particular, as possibilidades de cooperação são por natureza limitadas.

Quais são os grandes desafios a que a ilha tem de fazer face e em que domínios a UE pode dar a sua contribuição?

O primeiro desafio é incontestavelmente a pobreza, que ainda é muito grande. O rendimento médio dos malgaxes é de 350 dólares/ano e 68% da população vive abaixo do limiar de pobreza. Lutar contra esta pobreza exige a continuação de um crescimento forte e durante um período alargado. O segundo desafio, que está ligado ao primeiro, é a equidade. A distribuição dos resultados do crescimento continua a ser muito desigual. Embora desde

2002 assistamos a um crescimento económico sustentado, em especial nos sectores da construção, das minas e do turismo, este não abrange tudo. Há um grande número de trabalhadores rurais que não beneficiam e os pólos de crescimento (perto das zonas mineiras ou dos sítios turísticos) estão relativamente isolados do resto da economia, num país onde muitas regiões ainda estão isoladas. Em terceiro lugar, citaria a conservação do ambiente. A biodiversidade em Madagáscar é muito rica e o país é rico em água e em solos férteis, mas esta riqueza está ameaçada por um duplo crescimento, demográfico e económico. Por último, o quarto desafio está relacionado com a integração regional, que evoquei mais acima. Trata-se obviamente de enfrentar o desafio da integração na economia mundial. Madagáscar deve escolher em que tipos de comércio e de esquemas de cooperação se quer inserir.

A contribuição da UE para o desenvolvimento de Madagáscar articula-se em redor de três grandes objectivos: a luta contra a pobreza – através da construção de estradas e do desenvolvimento rural –, a integração na economia mundial – através dos Acordos de Parceria Económica (APE) e dos nossos fundos de cooperação regional – e por último a consolidação da governação – através da ajuda orçamental e de numerosas acções de apoio institucional. O que é preciso lembrar é que o FED atribui subvenções e não empréstimos, ao contrário do que acontece por exemplo com o Banco Europeu de Investimento, o Banco Africano, o Banco Mundial ou algumas ajudas bilaterais. Quando se trata de investir em sectores especialmente lucrativos, como nos sectores energético, mineiro ou nas infra-estruturas portuárias, é natural recorrer a empréstimos. Enquanto os financiamentos a longo prazo e do tipo concessão são necessários para realizar investimentos estruturantes, menos rendíveis e de muito longa duração, como as grandes estradas nacionais ou o equipamento de base dos municípios rurais.

É o caso do FED, cujos recursos são afectados prioritariamente a projectos em regiões isoladas e desfavorecidas, como acontece no sul do país. Construindo estradas (40% do orçamento do FED) e financiando o desenvolvimento rural e local (20%), ajudamos Madagáscar a criar uma economia mais equilibrada, que deverá evitar migrações forçadas para os centros urbanos. Finalmente, 30% dos recursos são afectados ao apoio orçamental e 10% a acções “fora da concentração” (apoio à justiça, etc.). Estas orientações do FED foram definidas nos anos 90 e reafirmadas nomeadamente

a partir do 9.º FED. Para o 10.º FED, o governo optou por manter as mesmas prioridades, mas com fundos ainda mais importantes: a UE passou a ser actualmente o primeiro doador de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em Madagáscar.

Para além das suas responsabilidades na Comissão Europeia, em Bruxelas, esteve em vários países ACP, como o Burquina Faso e a Etiópia. Em relação a este percurso, o que é que os Malgaxes lhe trouxeram em termos de riqueza humana e profissional?

Aprendi muito com a população de Madagáscar e isso leva-nos a reflectir sobre os valores das nossas próprias sociedades. Cito em primeiro lugar a sua calma e o respeito que caracteriza as relações sociais. É uma sociedade muito cortês, civilizada, à procura da harmonia, em que as tensões não se exprimem de forma agressiva. Depois, há o sentido do trabalho preciso, bem feito, que se encontra no artesanato ou no cuidado posto nas culturas tradicionais, mas igualmente na administração ou na indústria. Este carácter aplicado, consciencioso, esta preocupação de levar o tempo que for necessário, estão demasiadas vezes ausentes das sociedades que vivem com pressa.

Impressionou-me igualmente a resiliência das populações, muitas vezes sem quase nada, e a sua capacidade em aceitar corajosamente as circunstâncias difíceis, quer seja a pobreza ou os efeitos dos ciclones ou das inundações.

Por último, todas as pessoas sentem aqui a força da dimensão espiritual. Numa sociedade que se mantém muito estruturada, a fé, a prática religiosa e o respeito dos valores tradicionais – nomeadamente em relação à família e aos antepassados – são profundos e as preocupações materiais muitas vezes só aparecem em segundo plano. Isto influencia necessariamente o desenvolvimento e o nosso trabalho de cooperação. ■ **M.M.B.**

Palavras-chave

Jean-Claude Boidin; Madagáscar; Delegação da Comissão Europeia; FED; ajuda pública ao desenvolvimento; pobreza; Marie-Martine Buckens.

Recuperar a competitividade e duplicar a PRODUÇÃO ALIMENTAR

O desafio do sector agroalimentar

Garantir a segurança alimentar e conseguir excedentes exportáveis: é este o objectivo da “revolução verde” inscrita no Plano de Acção de Madagáscar.

Para isso, explica Philibert Rakotoson, Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, “precisamos de duplicar a produção alimentar”. Um grande desafio para uma economia caracterizada por pequenas explorações extensivas, fragilizada por um regime de propriedade muitas vezes aleatório (em 2006, 10% do território estava dotado de títulos e de certificados prediais), sem contar com as dificuldades com que os agricultores (80% da população) se deparam para aceder ao crédito. “São estes problemas que o MAP ataca. Mas atenção, não se trata de reproduzir a primeira revolução verde iniciada em África, previne o Secretário-Geral. Essa não funcionou porque copiou o modelo asiático. Quiseram privatizar os factores de produção sem dispor de infra-estruturas adequadas; foi isso que fez a diferença.” E prossegue: “Foi assim que a parte essencial da agricultura malgaxe ficou nos planaltos elevados, não entrando nas aldeias costeiras, que tinham necessidade destes factores de produção.” O desenvolvimento das infra-estruturas, uma grande prioridade para desencravar o mundo rural? “Certamente, desde que não se esqueça o factor humano, através nomeadamente da formação.”

Para assegurar este duplo objectivo, o MAP procura alterar outra característica da produção agrícola malgaxe, centrada na maior parte no arroz. O arroz, que constitui o essencial da alimentação de uma população que vive com apreensão cada alteração importante da sua cotação no mercado. Apesar de uma rede impressionante de arrozais, Madagáscar não é auto-suficiente em arroz e conhece todos os anos, em Setembro, um período de transição que é frequentemente sinónimo de escassez. Uma das soluções? O famoso sistema de orizicultura intensiva (SOI), que associado à fileira “melhorada” (SOM) permitirá duplicar o rendimento médio por hectare, para atingir 5 toneladas. O SOI, reconhece Philibert Rakotoson, exige muito trabalho e uma gestão da água eficiente. Mas o MAP pretende igualmente diversificar as culturas, “em especial para uma produção orientada para o mercado, mais do que uma alimentação de sobrevivência, nomeadamente as culturas de rendimento (como a baunilha e o café), os frutos e os produtos hortícolas”. Tendo por objectivo um novo desafio: dar resposta às exigências internacionais de normas de qualidade.

Ivohasina Razafimahefa, Ministro da Economia, do Comércio e da Indústria, apela a novas medidas de acompanhamento que permitam reforçar a “capacidade de oferta” de Madagáscar.

© Marie-Martine Buckens

“**E**stou convencido que o comércio externo pode permitir melhorar o bem-estar da população”, declara-nos à partida Ivohasina Razafimahefa. Este economista, jovem (tem apenas 35 anos), sabe do que fala. A sua tese de doutoramento, defendida na Universidade japonesa de Kobé em 2005, teve exactamente como tema a “Competitividade internacional dinâmica e o bem-estar nacional: o caso dos países em desenvolvimento, em especial dos países subsarianos”. Não é por isso de estranhar que o Presidente Marc Ravalomanana – que fez da abertura de Madagáscar à economia mundial a parte principal do seu programa – o tenha colocado num posto estratégico, o da economia, comércio e indústria. Um posto que ocupa desde Outubro de 2007, depois de ter sido o “homem-sombra da Presidência”, como lhe chama a comunicação social, enquanto Secretário-Geral do MAP.

E quem diz comércio externo diz também, a actualidade obriga, Acordos de Parceria Económica (APE). “Neste momento [ndr: estamos em 22 de Agosto], altos funcionários dos países membros do grupo da África Oriental e Austral (AOA) estão reunidos na capital malgaxe para avançarem nas negociações dos APE com a União Europeia.” Negociações que se antevêm difíceis. Dos 16 países membros da AOA, dez, entre os quais Madagáscar, assinaram um Acordo provisório em Dezembro

Madagáscar em números



Superfície: 587.040 quilómetros quadrados

Independência: 26 de Junho de 1960

Presidente: Marc Ravalomanana (partido 'Tiako i Madagasikara' – 'Amo Madagáscar')

População: 18 milhões de habitantes

Principais exportações: baunilha, cravinho, camarão, minérios e têxteis

Principais importações: bens industriais, máquinas, produtos alimentares, produtos químicos e metais

Valor das exportações: 673 milhões de euros (2005)

Valor das importações: 1300 milhões de euros

Esperança de vida à nascença, em anos: 62.5 (2008)

Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados-vivos): 55.6

RNB: 5 mil milhões de dólares (2005)

RNB per capita: 217 dólares (2007)

PIB – taxa de crescimento real: 6,3 por cento (2007)

Taxa de inflação: 10,3 por cento (2007) contra 18,4 por cento (2005)

Legislatura nacional: sistema bicameral com eleições por sufrágio universal de cinco em cinco anos. As próximas eleições presidenciais realizam-se em 2012.

Principais partidos políticos: 'Tiako i Madagasikara' (TIM), 'Antoko Miombona Ezaka' (AME) e 'Vanguarda para a Renovação de Madagáscar' (AREMA). Note-se que 22 partidos da oposição constituíram uma frente comum.

de 2007, tendo em conta a impossibilidade de se concluírem os APE no prazo previsto. "Propusemos acolher esta conferência porque as medidas de salvaguarda variam consoante as características específicas de cada país e é tempo de ter uma posição comum", prossegue o ministro. Os sectores considerados prioritários vão da agricultura às pescas, passando pelo comércio. Para Madagáscar, a prioridade incide no próprio conceito de nível de desenvolvimento. "Queremos que no quadro das negociações dos APE as questões relacionadas com o desenvolvimento sejam tratadas ao mesmo nível que as relacionadas com o acesso aos mercados."

> A corrida às lichias

O que Ivohasina Razafimahefa defende desta forma é a noção de "capacidade de oferta": "Veja o exemplo do preço da electricidade. Em Madagáscar é 30 centimos o quilowatt/hora, enquanto na Europa ou em África é um terço, ou mesmo um quarto deste preço; se abirmos o nosso mercado, vamos ser inundados." Outro exemplo: a comercialização da lichia. Um mercado especialmente lucrativo, uma vez que Madagáscar, que tem 90% do mercado de lichias frescas, é o único país a poder propor este fruto para as festas do fim de ano. Esta fileira tem de fazer face a uma exploração por vezes anárquica e a condições de transportes difíceis: "As lichias têm de percorrer 500 km antes de chegarem ao porto de Tamatave, o que, atendendo ao estado das estradas, dura por vezes uma semana e isto sem meios de frio", explica o ministro, prosseguindo: "Precisamos de medidas de acompanhamento, para além das do Fundo Europeu de Desenvolvimento. Esta «ajuda ao comércio» vai aliás beneficiar os europeus, que a prazo irão sofrer a falta de poder de compra dos malgaxes. Se não, para que é que serve criar os APE? Se a UE nos enviar um sinal forte sobre a questão do

desenvolvimento, há muitas possibilidades de chegarmos a um acordo dentro da AOA."

> O teste da integração regional

Desenvolver o comércio internacional representa um grande desafio para os habitantes da ilha, tradicionalmente centrados sobre si mesmos. O Ministro da Economia reconhece isto, mas conta com a integração regional, "uma primeira etapa para ir ao encontro do internacional". E lembra que Madagáscar faz parte dos 11 países que assinaram em 18 de Agosto último o acordo sobre a zona de comércio livre (ZCL) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que conta no total 15 países. Apesar disso, as suas trocas comerciais com a África Austral continuam ainda marginais (cerca de 2% do comércio externo malgaxe), muito longe do comércio com a UE, nomeadamente. Os principais produtos de exportação de Madagáscar? Os têxteis, para começar. "Este sector, com 150.000 empregos, é relativamente importante. Ainda que afectado em parte pelo desmantelamento do Acordo Multifibras (AMF), continua sólido", sublinha Ivohasina Razafimahefa, acrescentando: "Estamos a reflectir num alargamento do quadro legal [nдр: as zonas francas] a outros sectores de exportação; estão em curso conversações com o sector privado, nomeadamente nos sectores do turismo e do artesanato, para lhes permitir beneficiar de medidas de promoção, ainda que eles não exportem 100%. A legislação está em gestação." **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Desenvolvimento; capacidade de oferta; Ivohasina Razafimahefa; agricultura; arroz; Philibert Rakotoson; Marie-Martine Buckens.

Ivohasina Razafimahefa, Ministra da Economia, do Comércio e da Indústria 2008. © Marie-Martine Buckens





RECURSOS NATURAIS

a enquadrar

Ilmenite, níquel, atum, madeira e pedras preciosas são riquezas naturais que atraem novos operadores.

Largamente subexplorado, o subsolo malgaxe – rico em pedras preciosas, quartzo, cromite, ouro, ilmenite ou níquel, mas também em petróleo pesado – está inscrito na lista dos investimentos prioritários do Governo. “Privilegiamos os grandes projectos mineiros”, explica Patrick Dany Razakamananifidiny, Secretário-Geral do Ministério das Minas e da Energia, “para os quais criámos uma lei especial, a lei sobre os grandes investimentos mineiros, LGIM”. Uma lei que deve tranquilizar os promotores que querem investir mais de 200 milhões de dólares.

Testemunho disso são hoje dois projectos emblemáticos. A mina de níquel/cobalto de Ambatovy, a 80 km a leste da capital e a cerca de 220 km do maior porto de Madagáscar, Toamasina, onde os minérios serão tratados antes de serem exportados, enquanto os resíduos secundários servirão para produzir adubos à base de sulfureto de amónio. Um projecto especialmente lucrativo – a procura de níquel (principalmente para o fabrico de aço inoxidável) e de cobalto (para baterias dos aparelhos electrónicos e portáteis) está permanentemente em alta, tal como o adubo neces-

sário para a “revolução verde” malgaxe – ao qual o Banco Europeu de Investimento decidiu conceder um empréstimo de 300 milhões de dólares além dos 2,1 mil milhões de dólares já contraídos para um projecto estimado em 3,78 mil milhões de dólares. O projecto é realizado por um promotor canadiano (Sherritt Intl) e o seu financiamento é assegurado, para além do BEI, pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pelas agências de crédito à exportação do Canadá, do Japão e da Coreia. Deverá produzir cerca de 60.000 toneladas de níquel e 5600 toneladas de cobalto por ano, o que faz dele um dos maiores complexos integrados verticalmente jamais realizado em África.

► Impacto social e ambiental

Existe igualmente o projecto de ilmenite de Tolagnaro (sudeste da ilha), que esteve mais de dez anos à espera de um enquadramento regulamentar e de uma cotação favorável para o dióxido de titânio e de medidas específicas para contrabalançar os efeitos negativos no ambiente e na população local. Foi construído um porto de águas profundas (Ehoala) para permitir ao promotor canadiano Rio Tinto exportar cerca de 1 milhão de toneladas por ano. Um

projecto de envergadura, mas que deixa um grande número de questões em aberto: a viabilidade da zona de conservação de 230 ha criada (um décimo do sítio), a repartição homogénea das receitas redistribuídas aos municípios e o emprego local gerado a longo prazo.

Paralelamente ao impacto destes grandes projectos nas populações locais, o governo deve igualmente enfrentar outro desafio: a exportação ilegal dos seus recursos naturais. Das suas madeiras preciosas, mas sobretudo dos produtos da pesca. Um assunto que irrita. O governo malgaxe pretende por isso solicitar a revisão do Acordo de pesca concluído com a UE para o atum. Por outro lado, a lei recente que proíbe a exportação de pedras em bruto desencoraja os operadores, uma vez que o país ainda não se dotou de infra-estruturas para assegurar localmente a lapidação das pedras.

M.M.B. ■

Fábrica flutuante de extracção de ilmenite em Fort Dauphin 2008. © Marie-Martine Buckens

Palavras-chave

Ilmenite; níquel; BEI; atum; investimentos mineiros.

DESCENTRALIZAÇÃO



ACORDS: um programa pioneiro

Toliara (ou Tulear), principal cidade do sudoeste, na margem do canal de Moçambique. Foi nesta região árida e pobre, que cobre todo o Grande Sul até Tolagnaro, na ponta sudeste da ilha, que a União Europeia instalou um programa de desenvolvimento local inovador, verdadeiro laboratório do processo de apropriação pelos municípios do poder para tomar decisões.

Iniciada em 1994, a descentralização em Madagáscar conheceu uma aceleração em 2004, com a revisão da Constituição em 2004, que suprimiu as províncias e consagrou as regiões (22 no total) e os municípios (cerca de 1550), únicas colectividades territoriais descentralizadas. Um processo que a UE decidiu apoiar plenamente, ainda que tenha conhecido um certo afrouxamento – adiamento da lei que previa a eleição directa do executivo regional ou a suspensão

dos presidentes da câmara, que eram substituídos por um Presidente de delegação especial nomeado pelo governo. “O Programa de Apoio aos Municípios e Organizações Rurais para o Desenvolvimento do Sul (ACORDS) é duplamente pioneiro”, explica Thierry Rivol, responsável pelos programas de investimento em meio rural na delegação da Comissão Europeia em Madagáscar. “Antes de mais é uma subvenção, paga directamente aos municípios, o que representa uma utilização em

grande escala do sistema de subvenção do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Segundo, foi um projecto avaliado por todas as componentes da sociedade local, dentro das próprias regiões. Trata-se de uma grande novidade na cooperação europeia.”

No programa ACORDS participam nove regiões de intervenções nas duas ex-províncias do sul de Madagáscar, abrangendo 662 municípios elegíveis. Nove regiões que são



Mercado na estrada do Grande Sul 2008.
© Marie-Martine Buckens

das mais pobres do país. A região é árida e recebe os ventos quentes, que depositaram previamente a sua humidade na encosta este da ilha, orlada de maciços elevados. As localidades dispõem de escolas com tectos de barro amassado com palha, as estradas são em terra e o abastecimento de água potável e de electricidade é raro e rudimentar. A descentralização dos poderes é uma prioridade – reconhecida pelo MAP – para fazer sair esta região da pobreza.

➤ Responsabilização

“A descentralização veicula muitos preconceitos, prossegue Thierry Rivol. São ideias feitas, como a que «os presidentes de câmara são incapazes e roubam», ideias comumente partilhadas no país. Na realidade, é muito diferente.” Exemplo: Sakaraha, a uma centena de km de Toliara, na RN7. Um município atípico, como existem dois ou três outros na região, que viu a sua população triplicar (atingindo 40.000

habitantes) no espaço de alguns anos por causa das jazidas de safiras. Com um aumento da insegurança provocado pelo afluxo de imigrantes (malgaxes, indopaquistaneses, cingaleses) à procura de pedras preciosas. “Os acidentes, feridos devido a brigas, mas também os doentes, aumentaram em flecha”, explica o antigo presidente do município. Foi este quem iniciou os primeiros projectos ACORDS do município. “Prioridade: um novo centro de saúde, com um bloco operatório, depois a água e finalmente o ensino.” Assim, o projecto prevê nomeadamente a construção de um depósito de abastecimento de água. Mas desde a aprovação do projecto as coisas mudaram. Os pesquisadores de safiras utilizam muita água para lavar as pedras. Consequência: uma baixa impressionante do lençol freático. “Foi preciso furar a 45 metros em vez dos 25 metros previstos, o que provocou um aumento imprevisto dos custos.”

Estes “imprevistos”, a que se juntam outros imponderáveis, especialmente o aumento do preço do combustível, são imensos. “Mas permitem realmente aos responsáveis dos municípios apropriarem-se do seu destino, responsabilizá-los”, explica Claude Rakotoarisoa, coordenador do projecto ACORDS. E prossegue: “É o município que define as suas necessidades, é o dono da obra. Além disso, a subvenção é paga directamente ao orçamento municipal, o que constitui um verdadeiro exercício prático de governação local, que lhe permite melhorar a sua administração. E no final a acção é submetida a uma audição financeira e a uma audição técnica das realizações para consolidar a cultura de responsabilização perante os cidadãos, mas também em relação à administração e ao programa.” O programa municipal reparte-se por três anos: “em média cada município recebe 70.000 euros por programa trienal”, precisa Thierry Rivol, ou seja, dez vezes mais que o orçamento municipal no caso de Sakaraha. Para ajudar os eleitos locais, o programa prevê uma série de acções de formação. “Nem sempre isso foi fácil, reconhece o antigo Presidente da Câmara de Sakaraha. Mas é uma experiência: quando se compreende o que se faz no município, compreende-se a máquina administrativa do Estado.” E se fosse preciso recomeçar? “Aplicámos tanta energia nisto, que agora já temos a experiência”, considera o Presidente da Câmara de Ampanihy, município situado na pista que liga Toliara a Tolagnaro e que beneficiou de subvenções europeias para reabilitar o seu importante mercado municipal e construir uma escola básica.

M.M.B. ■

Palavras-chave

Madagáscar; ACORDS; descentralização; MAP; Marie-Martine Buckens.

Segurança alimentar

Nas mesmas pistas do Grande Sul, a UE financia igualmente programas destinados a reforçar a segurança alimentar das populações rurais, através de micro-financiamentos e de serviços agrícolas. É o que acontece em Ambovombe, onde o GRET (Grupo de Investigação e de Intercâmbio Tecnológico), com a ajuda de um financiamento europeu (1,2 milhões de euros) aperfeiçoa novas sementes, nomeadamente resistentes à seca, como o milho-miúdo ou o sorgo, e instala lojas de venda de factores de produção para os agricultores. Nestas regiões muito secas começa a aparecer uma rede de cisternas, que recolhem as águas residuais das escolas, no quadro do programa de nutrição infantil Nutrimad, igualmente financiado pela UE.

Estradas para acabar com o isolamento

O apoio às infra-estruturas e aos transportes representa uma vertente prioritária da cooperação europeia em Madagáscar, uma vez que representa 40% do orçamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento. A UE financiou deste modo os grandes eixos rodoviários que ligam a capital aos quatro principais portos do país, Toliara, Toamasina, Mahajanga e Antsiranana, assim como outras estradas nacionais que servem regiões produtoras de culturas de exportação. Um a dois por cento do orçamento serve, por outro lado, para financiar acções que permitam integrar estes grandes projectos no seu ambiente natural e social. O Grande Sul, por seu lado, continua isolado, atravessado por pistas difíceis. “O mesmo acontece a oeste, explica Thierry Rivol; não existem estradas transversais e o terreno está muito degradado, tornando a construção de estradas muito difícil. Por último, as travessias no Grande Sul continuam a ser difíceis devido ao abastecimento aleatório de combustível.”

“O MAP não tem suficientemente em conta os problemas sociais”

Encontro com Sylvain Ranjalahy, chefe de redacção do diário 'L'Express de Madagascar'.

O Plano de Acção de Madagáscar (MAP)? “Em si mesmo não é mau; pode mesmo constituir uma boa alavanca para o desenvolvimento, se chegar a ser realizado”, declara Sylvain Ranjalahy. “É verdade” – prossegue –, “que os programas anteriores, iniciados nos anos 80/90 pelos doadores de fundos não tiveram êxito, porque não eram adaptados à realidade malgaxe. O MAP, por seu lado, foi concebido por Madagáscar, mas mesmo assim reflecte uma concepção pessoal do Presidente e do seu círculo restrito. Caiu de pára-quadras, sem ser submetido à Assembleia.”

Lado positivo? “Os grandes projectos de infra-estruturas” – prossegue o chefe de redacção –, “que vão acabar com o isolamento das zonas rurais e permitir aos agricultores, que constituem três quartos da população, levarem os seus produtos para as cidades, assim como os hospitais”. “Contudo”, prossegue Sylvain Ranjalahy, “o Plano não tem suficientemente em conta as dificuldades que a população enfrenta”. E cita a gratuitidade dos cuidados de saúde e da escolaridade, que está longe de ser realidade. Os salários igualmente. “Um funcionário ganha entre 50 e 70 euros por mês, um professor cerca 60 euros, quando um apartamento de 40 m² custa 40 euros por mês. verdade que o PAM prevê uma reforma do ensino [ler artigo separado], mas esquecem-se os professores, que continuam a ser dos mais mal servidos em matéria de salários, quando o Estado reviu os dos polícias e dos funcionários e a inflação é galopante.”

Os mais decepcionados, reconhece o chefe de redacção do L'Express, são as pessoas da cidade, as de Antananarivo, a capital, as que defenderam e levaram Marc Ravalomanana ao poder em 2002: “Um bom indicador são as eleições municipais; o novo e jovem Presidente da Câmara de Antananarivo, Andry Rajoelina, eleito em Dezembro de 2007 com 76% dos votos, é um independente.” Os habitantes das cidades censuram este homem, que progrediu pelos seus próprios meios e que a partir de uma empresa artesanal de fabrico de leite conseguiu criar o grupo Tiko e mais tarde a empresa Magro, especializada no comércio por grosso, envolvendo-se “em tudo, deixando pouca margem de manobra aos outros operadores”.

É grande o risco, continua Sylvain Ranjalahy, “de passagem para uma certa forma de autoritarismo”. “Só se guia pela sua cabeça: foi assim que obteve do FID (Fundo de Desenvolvimento do Banco Mundial) o financiamento parcial da construção de igrejas.” Com efeito, o Presidente é um fervoroso protestante e Vice-Presidente da Igreja Reformada malgaxe, a FJKM. A nova Constituição aprovada por referendo em 2007 acaba com o carácter laico do Estado. Uma disposição criticada pelo pastor Andriamanjato, chefe da oposição na Assembleia Nacional da I República e Presidente da Câmara (também ele) de Antananarivo durante 18 anos, defensor de uma “visão mais laica das relações entre o Estado e a Igreja”.

E a oposição? “No Parlamento, dos 127 deputados, 100 são do partido do Presidente, o TIM (Tiako i Madagasikara – “Amo Madagáscar”) e 27 são «independentes» apresentados pelas respectivas associações. Não há nenhum deputado da oposição”, precisa Andry Rajoelina, pondo em causa o Código Eleitoral. “A oposição tem dificuldade em mobilizar-se.” E acrescenta: “Em 2002 foi o estado de sítio e a população tomou a defesa do candidato Ravalomanana, protegendo mesmo a sua casa. Agora não se quer voltar contra aquele que defendeu.”

M.M.B. ■



Palavras-chave

Sylvain Ranjalahy; Madagáscar; L'Express; oposição; Marie-Martine Buckens.



ENSINO: uma reforma altamente sensível

O vasto estaleiro da reforma do ensino, cuja lei foi votada em Julho último, suscita esperanças, mas igualmente receios. Em causa está sobretudo a “malgaxização” do ensino preconizada pelo governo.

“Quando falamos de ‘malgaxização’, as pessoas ainda têm a ideia fixa dos anos 70. No entanto, tendo passado por esta experiência, queremos evitar os seus efeitos perversos”, explica Minoson Rakotomalala, Chefe de Gabinete do Ministro da Educação nacional. Refere-se à decisão adoptada em 1972 de generalizar o malgaxe, em detrimento do francês, no ensino. Proposta por Didier Ratsiraka, então jovem Ministro dos Negócios Estrangeiros – seria eleito Presidente três anos mais tarde – esta reforma, louvável em si mesmo, foi um desastre. Mal preparada, poucas obras existiam na língua nacional em comparação com as obras em francês, acabou por criar uma geração sem acesso ao saber.

► Entra em cena o inglês

O governo gaba-se de ter preparado bem tudo. “Trabalhamos na reforma desde 2003 e concertámo-nos com as 22 regiões.” E não está em causa suprimir o francês: “Mudámos antes a metodologia”, prossegue o Chefe de Gabinete, “o francês será ensinado, a partir da 5.ª classe primária, como língua estrangeira.” Tal como, pela primeira vez, o inglês. Mas a reforma do ensino é igualmente a construção de pelo menos 3000 salas de aula, o recrutamento de 7000 novos professores todos os anos ou a criação de cantinas escolares em

600 escolas, sobretudo no sul do país, especialmente desfavorecido. É ainda a reorganização do sistema escolar: sete anos de ensino primário em vez dos cinco actualmente, “a fim de tentar aproximar as escolas das famílias rurais, as quais nem sempre têm meios para enviar os filhos para o colégio, muitas vezes afastado”. Esta disposição estará, segundo o Chefe de Gabinete, na origem da recusa de aceitação da reforma pela rede católica, que graças à sua reputação de qualidade atrai a classe média e abastada. Após uma troca de argumentos relativamente discreta, o episcopado obteve no final de Agosto um prazo para a sua aplicação.

As universidades do país (das quais seis são públicas) serão modernizadas, nomeadamente reorganizando os cursos (inglês ou francês) em licenciatura/mestrado/doutoramento. Mas, sobretudo, o governo pretende reabilitar o ensino técnico: “Queremos visar as necessidades do tecido industrial malgaxe e permitir aos estudantes inovarem e criarem as suas próprias empresas.”

Minoson Rakotomalala não esconde que tudo isto custará caro. Em 2008, 20% do orçamento do Estado foi afectado ao ensino, sem contar, designadamente, com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (para as cantinas), do Banco Mundial (para a formação) ou da Unicef para a edição de manuais. **M.M.B.** ■

A reforma será realizada progressivamente, em três anos. Três anos é pouco quando se conhece o objectivo que o governo se fixou: uma taxa de passagem no ensino primário de 85% em 2012 (contra 57% em 2006), de 56% (contra 19%) para o ensino preparatório e de 14% (contra 7%) para o conjunto do secundário e conseguir elevar para 10.000 por ano o número de diplomados do ensino superior (contra 4760). Por último, concentrar os esforços de alfabetização nos jovens com mais de 15 anos para reduzir o analfabetismo em 20% (contra 48%) nesta faixa etária.

Palavras-chave

Malgaxização; reforma do ensino; Ratsiraka; inglês; Marie-Martine Buckens.

À procura da aliança entre o HOMEM e a NATUREZA

Como conciliar uma biodiversidade excepcional e o acesso aos recursos: a aposta de Madagáscar.



Os lémures, símbolo de Madagáscar, são o testemunho da biodiversidade única desta ilha, devido ao seu isolamento de há mais de 160 milhões de anos. Uma biodiversidade dificultada por uma desflorestação maciça. Em 2003, o Presidente Ravalomanana – que inseriu a protecção do ambiente nas prioridades do seu Plano de Acção – anunciou o triplo de áreas protegidas, passando de 1,7 milhões de ha para 7 milhões. “Estamos a seguir o processo e já foram criadas muitas áreas”, explica Guy Suzon Ramangason, Director-Geral da Associação Nacional para a Gestão das Áreas Protegidas (ANGAP).

“O empobrecimento que caracterizou o nosso mundo rural e urbano nos últimos anos fez pagar um pesado tributo à biodiversidade.” Do mesmo modo, prossegue o Director-Geral, “criar áreas protegidas é uma coisa, mas é preciso igualmente ter em conta as condições económicas muito precárias da população, que não lhe permitem subsistir sem acesso aos recursos. Não é fácil encontrar um compromisso.” Os PCDI (Projectos de conservação e de desenvolvimento integrado) procuram dar uma resposta. Exemplo: o PCDI dos Tsingy – formação calcária de coral que data de há 160 milhões de anos, quando metade de Madagáscar estava coberta pelo mar – na região

de Bemaraha, na parte média ocidental da ilha. Entre 2000 e 2005, a UE injectou aqui 5 milhões de euros para garantir os rendimentos da população por métodos alternativos rendíveis e não destruidores dos recursos naturais.

“Os PCDI foram realizados em Madagáscar com base no conceito das Reservas da Biosfera da Unesco, que volta em força”, explica Guy Suzon Ramangason. Trata-se de um núcleo de terreno “intocável” (excepto para os cientistas!) e de uma zona tampão à volta, onde as populações que aí habitam podem exercer certas actividades “sustentáveis”. Para culminar tudo: o ecoturismo. “Creio”, prossegue o Director da ANGAP, “que não é a panaceia, mas que tem o mérito de partilhar os benefícios”. É o caso da reserva costeira de Manarara, no nordeste, que abriga lémures, ai-ais, tartarugas marinhas e baleias, mas onde também cresce café, cravinho, baunilha e cana-de-açúcar.

► Teste

Mas uma abordagem deste tipo não deixa de ter efeitos perversos. “Em Mananara [ndr: região tropical húmida onde caem cerca de 3 metros de água de chuva por ano] descobrimos que podíamos construir cerca de cinquenta barragens no curso de água para a orizicultura, o que teve como efeito atrair as populações em

redor, que não eram beneficiárias deste estatuto de zona tampão.” O que obriga a reflectir. “O problema”, reconhece o Director, “é que esta gestão não está generalizada. Precisamos de uma visão global. Trata-se de um problema político e não técnico. Estou satisfeito por o princípio da descentralização ter sido aprovado, com planos de ordenamento regionais; assim o turismo tornou-se uma das soluções porque os benefícios são partilhados”. E conclui: “A política das áreas protegidas é apenas um dos elementos do desenvolvimento, ainda que se pense no exterior que Madagáscar vive apenas pelas suas áreas protegidas. Mas vejamos o zebu: se tivéssemos uma política clara para a sua gestão, seria um excelente instrumento de desenvolvimento. Ora investisse mais nas áreas protegidas do que nestes animais, que no entanto são vitais para a população.” **M.M.B.** ■

Tartaruga estrelada, uma espécie endémica de Madagáscar ameaçada de extinção 2008.
© Marie-Martine Buckens

Palavras-chave

Áreas protegidas; ANGAP; Guy Suzon Ramangason; Marie-Martine Buckens.

Polifonias MALGAXES

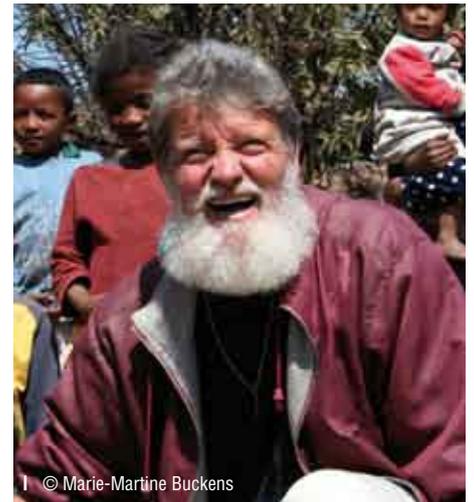
Têm em comum o amor pelos seus irmãos malgaxes. Pela terra malgaxe também, terapeuta ou musa.



© Marie-Martine Buckens



© Marie-Martine Buckens



© Marie-Martine Buckens

> “Nós pertencemos à natureza”

“Venho de uma família de quatro gerações de práticos e de médicos tradicionais. Eu próprio formei-me há quatro anos. Aos 12 anos comecei a tratar doentes”, explica-nos à guisa de introdução **Jean-Claude Ratsimivony**. Depois foi a vida errante; em Madagáscar, ao encontro dos outros práticos tradicionais, na Ásia e na Europa, onde se formou em homeopatia. Regressado a Madagáscar, cria, com a esposa farmacêutica, a sociedade Homeopharma, “especializada na medicina tradicional renovada pela abordagem farmacológica”. Actualmente, a Homeopharma conta 97 institutos em toda a ilha de Madagáscar, onde médicos fitoaromaterapeutas dão os seus conselhos, e oficinas farmacêuticas, incluindo nos hospitais. Numa sociedade onde “apenas 30% da população tem acesso aos cuidados de saúde, nós estamos disponíveis para todos e com preços muito acessíveis”, prossegue Jean-Claude Ratsimivony. Muito recentemente, o Serviço Nacional de Nutrição concluiu uma convenção com a Homeopharma para a distribuição de um produto “muito energético, destinado a combater a má nutrição”. O seu produto de base: a árvore Moringa, a árvore “mágica”, verdadeiro concentrado de vitaminas A e C, de potássio e de proteínas.

> Ir às origens

Olombelo Ricky, por seu lado, percorreu Madagáscar, durante 13 anos, à procura das suas raízes, particularmente a cultura Vazimba, povo mítico originário de Madagáscar, mas também de ritmos e de instrumentos tradicionais, como a “azohaly”, instrumento de percussão típico do seu sudeste nativo. Um período que deixará marcas nas suas criações musicais: as aponga (ou percussões): “Quando se tocam instrumentos de percussão, é diferente da maneira africana, é mais melódico, mais oriental”; os ritmos tradicionais como o “sireko”, canto fúnebre para os antigos, ou ainda o “balitika”, ritmo de uma dança do sudeste. Misticismo, mitologia e ritos impregnaram os textos de Ricky, que todos os anos, com os seus músicos, organiza um espectáculo ritual depois dos exames de conclusão da escola secundária: “Manala asy é um rito de passagem e de purificação para acompanhar os jovens nas etapas seguintes da sua vida.” Espectáculos que o músico e a sua companhia Vazimba Produktion também exportam: nomeadamente na África do Sul, Brasil e Europa, como no espectáculo “Couleur Café”, em Bruxelas. Místico Ricky? Talvez. Mas é contagioso.

> Porta-voz da extrema pobreza

“Agora estamos numa lixeira”, diz-nos de choque o Padre Pedro. Na realidade, a lixeira está a algumas centenas de metros das instalações da sua associação Akamasoa (“Os bons amigos”), criada há 19 anos para ajudar os malgaxes que vivem nos montes de detritos despejados diariamente pelos serviços da capital, Antananarivo. “Nós somos a prova de que se pode diminuir em 80% a pobreza, não com peritos das Nações Unidas, mas com 410 malgaxes, engenheiros, médicos ou professores.” Porque depois da sua criação a Akamasoa acolheu e ajudou mais de 250.000 pessoas, construiu milhares de habitações sociais – “casas e não edifícios, para que as pessoas guardem o contacto entre si e com a terra” –, escolarizou 9277 crianças e plantou milhares de árvores. Com a ajuda de ONG e também da UE. Quase a atingir 60 anos, este padre argentino, de origem eslovena, conduz a sua revolta com um entusiasmo comunicativo.

M.M.B. ■

Palavras-chave

Madagáscar; cultura; música; Marie-Martine Buckens.

Uma atracção que contraria os **CLICHÉS**

Martinica

Fort-de-France, 2008.
© Hegel Goutier

Reportagem por Hegel Goutier

A Martinica é um país tropical que escapa ao lugar-comum das praias de areia branca, do rum e do sorriso permanente. Tudo isto existe e é apreciado, mas a ilha é famosa por outras riquezas, por grupos musicais como o famoso Kassav, por cineastas de talento como Euzhan Palcy, por desportistas cheios de medalhas e pela sua plêiade de escritores, qual deles mais famoso.

Um dos seus escritores bastaria para a fama do país, Aimé Césaire, um monumento de talento literário, de coragem política, de humanismo para os martinicanos, um arquitecto do desenvolvimento, um produtor de consciências.

> **Florescência da natureza**

O que salta logo à vista do visitante é a natureza luxuriante, mesmo nas cidades. Contemplada

de uma das colinas que a dominam, Fort-de-France é um parque com casas, realçada pela cor de fogo avermelhada de flores vistosas acariciadas pelos tons variados por causa do excesso de buganvílias, e a elegância do largo leque da árvore-do-viajante, com o aroma dos tamarindeiros, das anonas e do manjerico. A localização do país oferece uma das faces ao vento atlântico e a sua topografia – alternância de altas montanhas e de vales – favorece uma higrimetria elevada que lhe confere o estatuto

de um dos países mais pluviosos do mundo, com 10 metros de água por ano na alta montanha. Daí a riqueza da vegetação. A flora é duzentas vezes mais variada do que na Europa continental, com espécies de grande beleza como o mogno preto e vermelho e o jacarandá na floresta tropical, que cobre um décimo do território, as árvores gigantes nas zonas montanhosas e uma vegetação mais rasteira na “floresta das nuvens”, a grande altitude. O Jardim Botânico de Balata mostra os mais

belos espécimes de árvores e de flores da floresta tropical; rosas de porcelana, bananeiras do mato, orquídeas-bambu. Entre outra raridade ou originalidade, o mogno branco na montanha ou a ceiba com os seus ramos a estenderem-se na horizontal e as suas múltiplas virtudes medicinais, sem falar dos “soucougnans” que a habitam na companhia de muitos outros espíritos, segundo as crenças populares.

A fauna do país também é muito variada, sobretudo a das águas marinhas e dos recifes de corais. As costas oferecem outras tantas variedades: das falésias do lado setentrional com grandes ondas do Atlântico até aos inúmeros ilhéus e às praias de areia branca do Robert ou do François, no sudeste, protegidos pelas barreiras de corais, às águas profundas da zona de Fort-de-France com estes paletúvios em grandes zonas de mangais, ou ainda no mar parado de Sainte-Anne ou nas enseadas de Arlets e outros rochedos do Sul ainda quase selvagens. E depois há todos esses cursos de água com encanto pitoresco, alguns dos quais, infelizmente, não dão garantias suficientes para o banho por causa da poluição, mas havendo ainda muitos que podem oferecer aos caminhantes a delícia de uma água fresca e saudável. E as fontes quentes do Didier, de Absalon ou do Prêcheur.

As grandes plantações de bananas ou de cana-de-açúcar não são menos belas. Na Martinica são muitas vezes cultivadas como verdadeiros parques diante de magníficas residências que confinam com as fábricas e as destilarias dos grandes produtores de rum, sendo um dos mais belos exemplares a Habitation Clément, sede da fundação com o mesmo nome, um local de cultura que abriga entre outros um museu da história do rum e da cana-de-açúcar e uma galeria onde está exposta uma bela coleção de obras contemporâneas da Martinica; é também um lugar histórico onde se encontraram Bush e Mitterand antes da Guerra do Golfo.

► Florescência da cultura

Cultura. Esta palavra é ouvida tantas vezes num só dia como talvez se ouça “dinheiro” nos Estados Unidos. Parece haver uma vontade de proclamar a sua pertença a um povo cuja cultura não terá sido suficientemente considerada no passado, mesmo pelos próprios martinicanos. Aimé Césaire é considerado como o catalisador desta tomada de consciência, de uma espécie de introspecção palpável nos filmes de um cineasta como Euzhan Palcy, no jazz de Fal Frett, na nostalgia de Kassav ou no romance martinicano Texaco, de Patrick Chamoiseau, que lhe dá uma das tonalidades mais exactas.

► História da ilha das Amazonas

A história da Martinica, pelo menos no início, é semelhante à da maior parte das ilhas das Caraíbas. Os primeiros vestígios de habitat humano remontam a quatro séculos antes de

Cristo. No século I antes de Cristo, agricultores arrawacks chegaram à ilha vindos da parte continental das Caraíbas. O resultado desta primeira mestiçagem identificada dará quatro séculos mais tarde a cultura delicada dos Taínos. Em meados do século XIV será a chegada dos índios das Caraíbas do Sul. Conquistadores no início, conciliadores no final, vão misturar-se com os Arrawacks-Taínos até à chegada dos europeus no Verão de 1492. A partir de Ayiti (Hispaniola), Cristóvão Colombo, depois da sua segunda viagem, vai partir à conquista, entre outras, da ilha “Martinino”, conhecida por ser a das amazonas invejadas pelos seus soldados. Só em 1502 é que Colombo aí desembarca, mas durante muito tempo a ilha servirá apenas de escala aos aventureiros.

Em 1635, um colono francês, d’Esnambuc, apoderou-se de Martinino, tendo confiado a sua governação a um dos seus protegidos, Du Parquet, que acabou por ter o aval da Companhia das Ilhas. Em 1664, o Rei de França comprou as ilhas. A ilha que foi baptizada de novo como Martinica viria a ser disputada durante algum tempo pelas potências coloniais. Cerca de 1650 contava sessenta mil habitantes, metade escravos negros e a outra metade “voluntários” brancos. Segue-se um grande desenvolvimento baseado no açúcar, no café e nos escravos, sendo a selvajaria da escravatura regulada pelo Código Negro de Luís XIV; a ignorância dos colonos em relação às conquistas da Revolução Francesa fez com que apenas em 1848 se desse a emancipação dos escravos.

Na Primeira Guerra Mundial a Martinica pagou pesadamente o “imposto de sangue”. Na Segunda Guerra Mundial, apesar da traição do almirante francês na ilha que alinhou pelo regime de Vichy, muitos martinicanos fugiram para se juntarem às forças da França Livre. Depois da guerra, Aimé Césaire conduz o combate da “departamentalização” de uma Martinica ligada à França, combate que ganhou com a votação de 19 de Março de 1946. Quanto a Aimé Césaire, foi apenas Presidente da Câmara de Fort-de-France. Foi a partir deste cargo que ele se tornou para os martinicanos o símbolo que lhes terá dado, aquilo a que chamou “a força de olhar para o futuro”. **H.G. ■**



Artesanato 2008. © Hegel Goutier



Dança, Festival Fort-de-France 2008. © Hegel Goutier
Cultura. Ouve-se esta palavra na Martinica tantas vezes quanto a palavra “dinheiro” nos EUA

Palavras-chave

Hegel Goutier; Martinica; Martinino; d’Esnambuc; Du Parquet; Richelieu; arrawacks; Caraíbas; Aimé Césaire; Didier; Absalon; Balata; enseada de Arlet; Euzhan Palcy; Kassav.

Serge Letchimy
 Presidente da Câmara Municipal de Fort-de-France

FORT-DE-FRANCE, CIDADE para viver e não para consumir

Entrevista por Hegel Goutier

Serge Letchimy, presidente da Câmara Municipal de Fort-de-France, uma cidade que acolhe quase um quarto da população da Martinica e está no centro de uma conurbação que controla dois terços da sua economia. Fala a O Correio da sua cidade, da Martinica, radicada em mundos diferentes – a União Europeia e as Caraíbas – dos seus trunfos e obstáculos.

Senhor Presidente, quais são os principais trunfos da sua cidade?

Fort-de-France é uma cidade património na acepção mais lata da palavra, retrazando não só a história das suas componentes humanas mas também a da emergência de uma sociedade com sequelas, estigmas e riquezas humanas. Património no sentido físico também com uma criatividade, fiel à história dos países colonizados que intervêm num renascimento consecutivo à era mais ignóbil, a da escravatura. Agora a Martinica escolheu pertencer simultaneamente à Europa e às Caraíbas, à África e às Caraíbas, combater a assimilação da Europa, integrando-a ao mesmo tempo, lutar contra o esquecimento.

Tudo isto se traduz aqui e ali na paisagem

urbana. Digo aos visitantes: apreciem o nosso património, mas não deixem de saborear a nossa identidade e de celebrar connosco a nossa emancipação. É uma cidade sobremaneira política que se inscreve na esfera das capitais, apesar de a França não lhe querer aplicar o termo “capital”. Esta cidade que Aimé Césaire profetizou encerra nela a beleza do sofrimento que lhe permite falar simultaneamente de “si” e de “nós”. É o que me dá uma confiança vertiginosa em Fort-de-France e na Martinica.

Como sentir tudo isso em Fort-de-France?

Vivendo-a sem a consumir. Sente-se na história social, cultural, humana que a cidade exhibe. Basta ver o bairro popular de Trénelle, que exprime da parte da população uma vonta-

de e uma liberdade de apropriação do espaço. A municipalidade deu-lhe resposta prestando serviços, a começar pela escola, para não fazer perdurar a separação entre zonas ricas e zonas pobres. Não há ruptura entre os bairros ricos e os mais pobres de Fort-de-France.

Esta cidade tem uma intimidade própria que não é suficientemente explorada. No plano turístico por exemplo, vai-se frequentemente procurar modelos proto-europeus ou proto-ameríndios em vez de adaptar normas próprias. Penso sobretudo no espaço verde, nos planos de biodiversidade, na reintrodução na cidade de plantas medicinais, de árvores de fruta, por exemplo. A arquitectura vernácula, popular, é uma grande atracção. Fazer entrar Trénelle no circuito turístico, por exemplo, seria valorizante.



Biblioteca Victor Schoelcher, Fort-de-France 2008. © Hegel Goutier
A cidade foi protegida e renovada sem nunca ter sentido o choque da demolição.

Patrick Chamoiseau?

Também, é a transformação no respeito da população. Uma das raras tentativas de reestruturação de bairro no respeito da arquitetura popular de ocupação. A Sociedade de Economia Mista de Ordenamento da Cidade de Fort-de-France (SEMAFF) que realizou as obras ganhou vários prêmios prestigiosos de urbanismo pela renovação de Texaco, entre os quais o “Sem d’Or” de Paris.

Fort-de-France parece florescente mas qual é a sua verdadeira situação económica e a da Martinica em geral?

Em Fort-de-France, a freguesia de Lamentin tem forte impacto, porque representa mais de dois terços da economia da ilha. A cidade passou por uma depressão económica nos últimos quinze anos. A recuperação é balbuciante. De 101 000 habitantes a cidade desceu para 94 000. Várias empresas partiram. Começaram a regressar vai para quatro, cinco anos, ao mesmo tempo que os habitantes.

Quanto à economia, a Martinica é um país de paradoxos. Comparando com os outros países caribenhos, em termos de nível de equipamento sanitário, escolar, universitário, ou de infraestruturas, trata-se de um país desenvolvido, se não considerarmos outros índices. Regista-se, porém, uma taxa de desemprego crónica de 23% na Martinica contra 10% na Jamaica. 47% dos jovens de idade inferior a 27 anos estão desempregados contra 8% em França. A dessocialização atinge 700 a 800 pessoas em Fort-de-France, quando, há quinze anos, não eram mais de 10 a 15. Avançando um pouco mais, cabe assinalar a presença de habitações insalubres, uma precarização e uma pobreza visíveis. A Martinica produz apenas 10 a 15% do que consome. Este país tem duas facetas, o que ruma a revolta e constrói a angústia. Por um lado, o sobreequipamento e, por outro, o descontentamento social.

Que soluções propõe?

É preciso instalar, paralelamente à democracia social, uma democracia económica para prosseguir a luta pela emancipação. É necessária uma arquitectura singular de relações económicas entre a Europa, a França e os países ACP para proteger a produção local. É imprescindível que a Martinica possa intervir no domínio local sem passar pela Assembleia Nacional da República Francesa.

Palavras-chave

Hegel Goutier; Serge Letchimy; Fort-de-France; Aimé Césaire; Trénelles; Sainvilles.

Dir-se-ia que sofre como urbanista?

Sim, é um sofrimento. Há uma diferença entre a lógica urbanística europeia e martinicana. Há um desligamento dos dois campos sociais. O urbano é uma linguagem. Quando os códigos de leitura não são os mesmos ocorre um traumatismo que só se pode transcender fazendo intervir o humano desde a sua concepção. No dia em que o martinicano tomar consciência da sua riqueza, estará em condições de imprimir modos de construção, de ordenamento, de transformação que lhe sejam próprios. Se o conseguirmos, a cidade será extremamente bela.

O que o seduz mais em Fort-de-France?

A originalidade, a autenticidade, a conjugação

do espaço entre as estratificações sociais e a cultura de apropriação. A cidade foi protegida por Sévère e Césaire (ndr: os precedentes presidentes da Câmara Municipal). Sainvilles, por exemplo, foi renovado sem passar por qualquer obra de demolição. Antes, era o bairro de lata. Era aí que vivia a maioria dos operários revolucionários. Não são casas belas. É a autenticidade popular que é interessante. No plano cultural, é uma cidade muito cívica com uma participação forte. O Serviço Municipalizado de Acção Cultural (SERMAC) criado nos anos 70 é o *poto-mitan** do progresso, da emancipação, da consciencialização para conferir à cultura um papel importante e torná-la acessível ao povo. É pela cultura que Fort-de-France é uma cidade de resistência.

Como Texaco, celebrizado no romance de



Na pegada de Aimé Césaire

Os testemunhos de Aimé Césaire estão omnipresentes na sua ilha. Extractos dos seus textos estão em todas as paredes e em todos os lábios. E ainda mais nos corações desde a sua morte em 17 de Abril transacto. Três dos seus parentes relataram algumas histórias a O Correio.

Serge Letchimy

Presidente da Câmara Municipal de Fort-de-France, herdeiro político de Césaire, Martinicano

“Sou um genuíno produto sociocultural césariano”. Serge Letchimy vem de uma família rural que foi forçada a emigrar para os bairros periféricos pobres, filho de uma mulher-a-dias. Césaire tinha-se comprometido a que cada família tivesse um salário.

“Quando era pequeno em Trénelle, via-o passar no meu bairro. Os miúdos penduravam-se no carro e gritavam «Viva o Papá Césaire». Parou uma vez para perguntar à minha mãe como se chamava uma árvore à frente da nossa porta. Outro traço de carácter deste homem: o amor da natureza.” Tirado o seu curso de urbanista na Sorbonne, Letchimy foi naturalmente trabalhar na Câmara Municipal de Fort-de-France e foi pouco a pouco adoptado por Césaire.

“Era um verdadeiro construtor. Não foi a poesia que o fez ficar 56 anos à frente da Câmara Municipal. Foi porque era um homem acessível aos pobres ..., um homem da maior humanidade. Quando o visitavam, as pessoas entravam zangadas, tristes e partiam dous (ndr: em paz). Havia nele uma bondade impressionante.”

Ernest Pépin

Romancista, poeta, ensaísta, crítico, director dos Assuntos Culturais em Guadalupe, Guadalupino

“Quando tinha 17 anos, no último ano do liceu, um amigo passou-me para as mãos “Quand les chiens se taisaient.” Foi como se tivesse recebido uma pancada na cabeça”. E o jovem Pépin começa a tomar consciência do colonialismo, da descolonização, do racismo e da situação da população negra.

“A primeira vez que encontrei Césaire, foi no metropolitano em Paris. Soltei um grito do fundo do coração «Ah! Césaire». Ele ouviu o grito e parou. Petrificado que estava não consegui avançar e ele seguiu caminho.” Quando Pépin veio ensinar literatura na Universidade de Fort-de-France, inscreveu-se no partido de Césaire, o PPM (Parti progressiste martiniquais). “Beijava-o como a um pai e ele como se eu fosse seu pai” e “Lembro-me que um dia, em Paris, me levou a visitar a Assembleia Nacional. Eu andava pelos 25 anos. Ter Césaire como guia para visitar essa instituição! Tinha esse jeito de fazer reviver a história, principalmente a da Revolução Francesa.”

Christiane Taubira

Deputada ao Parlamento Europeu, antiga candidata à Presidência, Guianesa

“Entre Césaire e eu havia uma história de grande ternura. O que mais gostava nele, eram os clarões fosforescentes do seu olhar capazes de passar do nacarado da zombaria ao cinzento sombrio das cóleras reprimidas.” A deputada que é capaz de recitar de cor capítulos inteiros de Césaire diz-se “instalada no seu pensamento”. Antiga aluna de um colégio de freiras, descobriu “durante as suas deambulações” o livro “Le Discours sur le colonialisme” de que admirou “a rutilância”. Virá a encontrar Césaire mais tarde, já na qualidade de primeira e mais jovem deputada da Guiana. E será uma verdadeira paixão intelectual e política entre a passionaria guianesa e o político poeta. A partir dessa data, ver-se-ão constantemente. “Há uma fotografia publicada por France Antilles onde estou nos seus braços. Todas as outras fotografias com individualidades como Ségolène Royal ou Nicolas Sarkozy eram protocolares e eu era a única que ele abraçava.” **H.G. ■**

* Estas entrevistas são publicadas na íntegra no sítio de O Correio.

Palavras-chave

Hegel Goutier; Aimé Césaire; Serge Letchimy; Ernest Pépin; Christiane Taubira-Delannon.

OPULÊNCIA aparente e economia FRÁGIL

Falam os autarcas de Gros-Morne, município rural desfavorecido.

A agricultura da Martinica simboliza o revés do desenvolvimento económico da ilha desde há 50 anos. Esta é a análise de Raphaël Vaugirard, adjunto do Presidente da Câmara de Gros-Morne e Conselheiro-Geral da Martinica. A deputada europeia Catherine Nérís, igualmente membro do Conselho municipal de Gros-Morne, é da mesma opinião.

Gros-Morne apanhou em pleno algumas mutações económicas. Sessenta por cento dos seus trabalhadores tiveram de procurar trabalho fora do município. As infra-estruturas estão aqui relativamente pouco desenvolvidas e as escolas rareiam em comparação com o resto da ilha. Dirigida durante muito tempo pela direita, Gros-Morne fez aquilo a que Vaugirard chama uma “revolução contra a longa ditadura da antiga equipa”.

> Breve explicação

Há cinquenta anos, as grandes explorações açucareiras faliram. O Estado criou então um sistema de ajuda aos pequenos produtores para lhes permitir adquirir explorações rurais. 600 a 700 pequenos agricultores a quem tinham proposto terrenos de 4 hectares foram incentivados a cultivar produtos para exportação, designadamente bananas, cana-de-açúcar e beringelas, desviando-os assim da sua função natural de alimentar a população.

Na verdade, para Vaugirard os pequenos agricultores foram utilizados pelos grandes plan-

tadores. A Europa negociou as suas ajudas com base no custo de produção dos pequenos agricultores, superior ao dos grandes. Estes ficaram com tudo, tendo os agrupamentos profissionais amalgamado pequenos e grandes. Foi por isso que a Sra Nérís se esforçou por “desfazer em Bruxelas a imagem imposta durante muito tempo pelos lobbies de grandes produtores de cana-de-açúcar e de banana da Martinica”, favorecendo a audição dos pequenos produtores pelo Parlamento Europeu.

Antes, a “departamentalização” da Martinica tinha sido seguida de uma agitação social. As classes médias, de 10% em 1954, tinham passado para 54% em 2000. Passou a ser possível construir numa grande parte do espaço rural e esses terrenos passaram a ser muito procurados, em detrimento da agricultura de sustento. A Martinica e Guadalupe, com um total de um milhão de habitantes, importam actualmente mais do que a Tunísia com 5 milhões.

> Crescimento sem desenvolvimento

Em 1986, a Assembleia Francesa votou a

chamada lei da “desfiscalização”, para favorecer o investimento e o alojamento nos Departamentos Ultramarinos. Resultado: estes Departamentos tornaram-se espaços para produtos fiscais. E os resultados previstos em termos de remédio milagroso contra o desemprego e a favor da inserção não apareceram. E no interior do país os bancos emprestam mais facilmente 75.000 euros para comprar um carro do que menos do que isso para apoiar um negócio. Se as pequenas empresas locais registam uma taxa de criação superior à média francesa, 22 para 12.000 habitantes contra 15, vão à falência ainda mais depressa.

A Martinica e os outros Departamentos Ultramarinos pretendem uma diminuição da desfiscalização, mas alguns lobbies que ganham com isso nem querem ouvir falar do assunto. “Estes instrumentos financeiros favoreceram o crescimento, mas não o desenvolvimento”, conclui Vaugirard. **H.G.** ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; Raphaël Vaugirard; Catherine Nérís; Gros-Morne; Béké; Martinica.

Banco Comercial em Fort-de-France 2008.

© Hegel Goutier

Os instrumentos financeiros impulsionaram o crescimento, mas não o desenvolvimento

A caminho de uma AUTONOMIA CERTA... e vaga

A maior parte dos dirigentes que detêm o poder político na Martinica são autonomistas. A Constituição Francesa permite esta autonomia. O problema é que cada um tem uma visão diferente dessa autonomia e o primeiro referendo local sobre a “evolução institucional” rejeitou-a. Para alguns é porque a população queria mais do que a evolução oferecida. Um quebra-cabeças!

A Martinica tem muitos partidos políticos. A maior parte é autonomista ou mesmo independentista. E no entanto, no referendo de 7 de Dezembro de 2003 sobre a evolução institucional, foi o NÃO que ganhou, ainda que apenas com 1000 votos de diferença. Ora, exceptuando três variantes locais do partido presidencial em França, mas que na Martinica são minoritárias, toda a classe política tinha apelado a votar a favor da evolução constitucional, mesmo a esquerda não autonomista, que contava com a evolução prevista para eliminar a divisão administrativa entre Região e Departamento, considerada ineficiente. Raphaël Vaugirard da “Dynamique Gros-Mornaise”, um dos políticos da ilha em grande ascensão, considera, tal como todos os outros autonomistas, que se tratou apenas de um adiamento: “Saímos de um longo período de assimilação que se transforma em autonomia. Em 2003 o processo não estava concluído. Mas a consciência dos martinicanos educa-se e forma-se.” Outros têm uma explicação mais aleatória, considerando simplesmente que o povo votou

não porque a “evolução institucional” não significa garantia de autonomia futura.

Joseph Virassamy, Professor na Universidade das Antilhas e da Guiana, membro influente do Partido Socialista da Martinica, classificado entre os partidos de esquerda como um partido integracionista e departamentalista, explica que a autonomia é desnecessária não porque ele se opõe a ela, mas porque as leis de descentralização já dão espaço suficiente a regiões como a Martinica para construir o seu destino. O Partido Socialista lançou um desafio aos autonomistas, que consiste em compararem 10 projectos importantes para a ilha sob o ângulo da actual descentralização e o da autonomia para provar a inutilidade desta.

O seu diagnóstico: são as querelas de pessoas entre os autonomistas que os impedem de se mobilizar para utilizar as alavancas da autonomia e do desenvolvimento já existentes. E salienta as oposições entre os principais detentores do poder político na ilha: o Presidente

do Conselho Regional, Alfred Marie-Jeanne do MIM (Movimento Independentista da Martinica), o Presidente do Conselho-Geral, Claude Lise, RDM (Coligação Democrática da Martinica), e o Presidente da Câmara de Fort-de-France, Serge Letchimy, PPM (Partido Progressista da Martinica).

A conclusão de Virassamy é categórica: acha que os metropolitanos se apoderam da maior parte dos postos de direcção da administração pública e do sector privado e que isso cria ressentimentos, sobretudo nos intelectuais, e afirma que a população não é autonomista porque sabe “que não se pode dizer às pessoas: ‘dêem para cá o dinheiro e desapareçam’”. Um argumento de peso. **H.G. ■**

Palavras-chave

Hegel Goutier; Joseph Virassamy; Alfred Marie-Jeanne; Claude Lise; Serge Letchimy; Raphaël Vaugirard; Movimento Independentista da Martinica; Coligação Democrática da Martinica; Partido Progressista da Martinica.

Mal organizada mas bem equipada

Entrevista de Madeleine Jouye de Grandmaison, martinicana, Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE

Como é que considera a situação económica actual da Martinica?

A economia da Martinica encontra-se numa encruzilhada, na véspera de uma crise importante. A Martinica sempre conheceu um regime económico selado pelo Pacto Colonial: comerciar com “a sua Metrópole”, fornecerlhe quando necessário café, algodão, cacau, tabaco, açúcar e bananas consoante as modas, os gostos, as flutuações das regras do comércio internacional e à custa de um verdadeiro desenvolvimento. Actualmente verifica-se uma degradação constante do sector agrícola, que tem dificuldades estruturais. É preciso reduzir uma importação galopante. De momento a Martinica é uma terra de consumo. Mesmo os legumes, que podiam ser produzidos localmente, são importados em 61% das necessidades.

Quais são então os pontos fortes da região?

A Martinica tem condições para desenvolver um turismo sustentável e produtivo, mas é preciso reorganização, hotéis renovados com fundos da Martinica, garantia da sua sustentabilidade, e associados a cadeias, garantia de uma clientela diversificada e da captação do interesse dos transportadores.

Quais foram os contributos mais importantes da União Europeia para o desenvolvimento da ilha? O PIB por habitante na Martinica é de 17.196

euros. A França e a União Europeia não são estranhas a este nível de vida. A Martinica está equipada, podendo dizer-se ordenada (aeroportos, portos, hospitais, estradas...). A Europa apoiou a agricultura de exportação, a implantação das normas nas explorações, a irrigação e compensou em parte as desvantagens estruturais com a disponibilização de fundos europeus.

Por exemplo, o programa de Desenvolvimento Rural Regional da Martinica para o período 2007-2013, de um total de 172 milhões de euros, beneficia de 100 milhões da UE. A partir de agora, todos os intervenientes do mundo rural poderão ter acesso a estes financiamentos, incluindo as colectividades, as empresas e microempresas de transformação da agroindústria.

Qual é a situação ecológica da Martinica? Parece que há problemas de poluição do solo.

A superfície agrícola útil teve um recuo sem precedentes (-30% entre 1989 e 2006). Actualmente os 25.907 hectares que ficaram estão em grande parte poluídos com clordecona [ndr: pesticida organoclorado muito tóxico utilizado entre 1981 e 1993 no tratamento das bananeiras para combater o gorgulho], proibindo qualquer cultura de tubérculos nas terras contaminadas.

Este é um dos elementos de um diagnós-

tico ecológico bastante sombrio do ambiente na Martinica, atingido por outros problemas como a urbanização galopante e a ameaça das espécies animais e vegetais, marinhas e terrestres.

Onde é que está a cooperação entre a Martinica e os países ACP vizinhos?

Existe uma perspectiva do lado dos APE (Acordos de Parceria Económica) entre a União Europeia e os ACP, que prevêem uma supressão das restrições de importações de cada uma das partes. Um problema: estamos a prever, no quadro dos APE, ser ofensivos nos serviços; mas é preciso que a circulação nos dois sentidos nas Caraíbas seja livre, para evitar que os cidadãos da Martinica, Guadalupe e Guiana circulem livremente, quando os das Caraíbas seriam tratados com suspeição e submetidos a restrições de todo o tipo para obterem um visto. **H.G. ■**

Palavras-chave

Hegel Goutier; Madeleine Jouye de Grandmaison; Martinica; APE; Caraíbas.

FESTIVAL DE CULTURA

de Fort-de-France

Papa Slam 2008. © Hegel Goutier |

A cultura para dar “A força de olhar o dia de amanhã”

Criado há trinta e sete anos, o Festival de Fort-de-France recebeu logo à partida uma missão simples: reflectir e divertir. É o que nos confia Lydie Bétis, directora do SERMAC (Serviço Municipalizado de Acção Cultural), cujos objectivos são a rejeição da alienação cultural e a abertura ao mundo. O título da presente edição do festival é eloquente: “A força de olhar o dia de amanhã.”

> Reflectir

Consiste nomeadamente em “Le Cénacle”, debates ao ar livre e à beira-mar sobre temas sociais ou políticos em que, em torno de dois mediadores, o público pode pegar no assunto. Um espectáculo só por si. O SERMAC também organiza “estágios”, cerca de vinte classes, que vão das artes cénicas às artes plásticas, contra uma participação anual módica.

> Divertir

Este ano, o festival, que foi um dos primeiros a convidar Johnny Clegg, honrou a África do Sul no aniversário de Nelson Mandela. O espectáculo vedeta foi o de Umoja. Entre dezenas de outros eventos, concertos, comédias musicais, coreografias modernas, recitais de canto lírico, exposições, filmes em antestreia, com grandes nomes, entre os quais o grupo Kassav.

Na primeira semana do festival, cabe destacar pelo menos três espectáculos de muito alto nível. O primeiro é o concerto do grupo de jazz martinicano, Fal Frett (em crioulo “Frio no estômago”). Os dois irmãos Bernard, Jacky no piano e no sintetizador e Alex no contrabaixo,

à volta dos quais evoluem quinze artistas, parentes na maioria, mais convidados como André Woodvine (Barbados) no saxofone e na flauta, o cantor romântico Tony Chasseur ou Papa Slam. Swing cativante e nostálgico dominando modas martinicanas e caribenhas, velhas cantilenas francesas, rock ou jazz e hip-hop.

Couleur Cavé apresenta como vedetas Alan e Syto Cavé. Também uma família. Syto é um dos encenadores e actores mais dotados de Haiti, abrangendo todos os registos. Alan, seu filho, evolui em Nova Iorque. Uma referência: o dueto de Alan, La Pèson, com Tanya St-Val, tem letra de Syto. Ocasionalmente, um aparecia como figurante no espectáculo do outro mas desta vez decidiram criar em conjunto. O que resultou num espectáculo assombroso. Começa por ser um concerto. E acaba... em concerto. Nele passam-se muitas coisas em torno de um grande somatório de artes cénicas mas sempre com um espírito, se não um ritmo, de rock. Decore pelo menos o nome da pianista nipo-americana, Ado Coker.

Uma pequena jóia: duas sessões de um concerto lírico suave na soberba igreja de Balata e na igreja de São Cristóvão na periferia de Fort-

de-France. Com Magali Albertini no piano, Roselyne Cyrille (meia-soprano, martinicana), Carole Venutolo (soprano lírica, guadalupina), Danielle Bouthillon (soprano lírico-dramática), Roselyne Cyrille. Uma voz que projecta uma voz limpa e pura sem sopro parasita, marcada pela interioridade. Sublime na ária Qui sedes do Gloria de Vivaldi. Carole Venutolo, um ligeiro tremido voluptuoso e sensual. O seu Ave Maria de Schubert, servido pela atenção e pela beleza da execução de Magali Albertini, é uma delícia. Danielle Bouthillon é a profundidade banhada pela luminosidade. O *Salutatus* da Pequena Missa Solene de Rossini surge raramente com tal naturalidade. E a sua interpretação, acompanhada por Magali Albertini, de Hôre Israel do Elias de Mendelssohn vale por si só a viagem.

H.G. ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; Fort-de-France; SERMAC; Fal Frett; Couleur Cavé; Magali Albertini; Roselyne Cyrille; Carole Venutolo; Danielle Bouthillon.

É preciso que **TODO O PLANETA** esteja nos filmes

France Zobda 2008.
© Hegel Goutier

Entrevista com France ZOBDA, atriz, realizadora e produtora martinicana

France Zobda é atriz. Ela e Jean-Lou Monthieux, produtor de grandes êxitos como Asterix e os Jogos Olímpicos, criaram a empresa Eloa Production. E ela lança-se na realização dirigindo Aïssa Maïga e prepara um fresco humano sobre Toussaint Louverture, o Spartacus negro, com um cenário encomendado a Raoul Peck. Antes de ser atriz, fez um doutoramento em inglês e obteve outro diploma universitário em gestão de empresas. France Zobda fala ao Correio do seu trabalho, da sua Martinica, das suas Caraíbas e do humano, que ela quer, sobretudo, testemunhar publicamente.

France Zobda – Participo em diversas séries. Em primeiro lugar em Léa Parker na M6 e SOS 18 na FR3, de que é a sétima época, na qual desempenho o papel de médica-socorrista, que me agrada muito. Esta personagem foi criada para mim por Didier Cohen. Trabalhei também muito na América do Norte. Três anos no Quebeque na série Lance et compte, além dos nove próximos episódios em cuja rodagem acabo de participar; uma série e Counter strike, em que contracenou com Peter Sinclair no Canadá inglês; e nos Estados Unidos, Sheena de John Guillemin ao lado de Tanya Roberts e The Barron de Alessandro Fracassi.

Sheena foi um grande êxito na América, mas em França a sua descoberta foi verdadeiramente em “Les caprices du fleuve”?

Sem dúvida, fui equiparada à personagem da signare sensual do filme de Bernard Giraudeau. Foi um enorme êxito, ainda que alguma imprensa tenha sido muito crítica. O filme abrangia um período não muito glorioso da História da França. Há sempre uma parte de negação da sua História por parte da França.

É daí que vem o mal-estar dos negros que lá vivem. O meu percurso mais local nas Caraíbas tinha sido mais com realizadores como Guy Deslauriers para L’Exil du Roi Béhanzin. E Gregg Germain para Adieu Foulard.

E lançou-se na produção e na realização?

O objectivo da nossa empresa de produção é fazer falar da História. Um dos nossos projectos é Toussaint Louverture. Se há um homem com um grande H para nós na Martinica é ele, o primeiro a ter permitido a abolição da escravatura. Quando pomos Toussaint na moda, ficamos com a esperança de ver o Haiti emergir.

Estamos a rodar um documentário sobre os imigrantes sem documentos para a FR2, Pas de toit sans moi com Aïssa Maïga. Há também Les amants de l’ombre sobre os GI libertadores na França de 45, no tempo em que também se cortavam os cabelos das mulheres que tinham dormido com soldados negros americanos. E Faire danser la poussière, a história autobiográfica de uma pequena mestiça de mãe bretã nos anos 60.

E a Martinica?

A Martinica é o meu coração, as minhas raízes. Tudo o que faço é para que ela se orgulhe. Quero contribuir para fazer brilhar o brasão deste país, com grandes escritores como Raphaël Confiant, Edouard Glissant ou Maryse Condé, os talentos de jovens martinicanos, guadalupinos, haitianos e outros, incluindo os franceses. Quero propor bons papéis à nossa comunidade misturada. É preciso que todo o Planeta esteja nos filmes.

France Zobda entrou no **Guinness dos Records** como a pessoa com mais tonalidades na íris dos olhos. Mas o que mais lhe agrada é fazer ver todas as cores aos cinéfilos do mundo.. **H.G.** ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; France Zobda; Jean-Lou Monthieux; Gregg Germain; Sheena; Les Caprices du Fleuve; Léa Parker; John Guillemin; Aïssa Maïga.

Sandra Federici

Da esquerda para a direita: Páginas iniciais de blogs de Adjim Danngar, Pov, Pat Masioni e Didier Viode

Em baixo: Pov, Blogbuster cartoons. Cortesia do autor

OS BLOGUES: ponto de encontro de cartoonistas africanos



No passado, para adquirir um nome, os cartoonistas africanos tiveram que migrar tradicionalmente para a Europa. Isto foi devido à fraqueza das editoras africanas, que fizeram com que fosse bastante difícil os cartoonistas conseguirem publicar o seu trabalho sem os fundos das Organizações Não Governamentais (ONG) ou das organizações internacionais.

Agora os cartoonistas e autores de banda desenhada começaram a usar a Internet para reconhecimento global, utilizando informação tecnológica para intercâmbio e por vezes para realizar o seu trabalho. Existem blogues de bons autores estruturados como um diário; espontâneos, sem divisões por assuntos, contendo muito pouca informação escrita e com ilustrações múltiplas. Também existem muitos sítios web estruturados que são verdadeiros mostruários para colocar autores em contacto com potenciais clientes. Por detrás de cada cartoonista reside uma riqueza de conhecimento; estruturação, aconselhamento, arte plástica, desenhos animados e design na Internet.

Particularmente interessante é o blogue do cartoonista congolês, **Pat Masioni**, <http://patmasioni.canalblog.com>, que tem uma das melhores canetas em África, tendo alcançado já o sucesso com dois álbuns da série, Rwanda 94. O blogue do ilustrador e caricaturista, **Willy Zekid**, que trabalhou com o jornal semanal satírico costa-marfinense Gbich!, com a sua personagem principal Papou, publicada para a associação Planète jeunes, também se destaca. E o do cartoonista do Chade, **Adjim Danngar**, (<http://adjimdanngar.over-blog.net/>) mostra como esta ferramenta pode ser utilizada por autores para denunciarem factos políticos e

Os cartoonistas africanos começaram a utilizar a Internet para terem maior conhecimento do mundo à sua volta. Estão a publicar blogues pessoais ou a lançar sítios web para promover os seus produtos.

situações nos países dos respectivos cartoonistas. E apesar do sítio web do autor **Didier Viode** do Benim ser convidativo, “Bem-vindos ao meu espaço. Sintam-se em casa! Para encomendas de cartões e caricaturas individuais, por favor contacte-me”, também contém alguns cartoons com abordagens políticas (<http://ziba.oldiblog.com/>).

Navegando nestes blogues e através da leitura de comentários, vamos tendo a noção do diálogo entre os artistas que entraram em contacto a uma certa distância. Por vezes encontram-se num ateliê, numa exposição ou festival, prometendo “encontramo-nos no blogue” mais do que escrever uma carta, como no passado. As sementes de projectos conjuntos nascem das trocas de blogues. Há rumores sobre um cenarista e um ilustrador que estão a desenvolver uma ideia em conjunto. Os textos do blogue contêm frequentemente expressões onomatopéicas e mímicas, a linguagem típica do autor de banda desenhada. Rico em desenhos e comentários íntimos, tal como num verdadeiro diário, o blogue de **Moniri M’Baé**, das Ilhas Comores, intitulado “Little Momo World”, contém o seguinte comentário ao lado do ‘desenho do dia’: “O meu pai, um herói. Cheguei a Paris com o meu pai. Porquê mencionar isto? Porque veio ver-me pela primeira vez em Angouleme e é fantástico. Só queria que soubessem...” O blogue do Gabonês **Pahé**, que recentemente teve sucesso na Europa com a publicação de “La vie de Pahé”, Ed.Paquet, contém artigos interessantes sobre o seu trabalho, viagens e experiências de ateliês.

A nível pessoal, alguns autores contam as suas motivações sobre como o seu desejo de aspiração os levou à criação de um blogue. O bem conhecido autor **Pov** de Madagáscar (<http://povonline.wordpress.com/>) explica como começou: “Durante muito tempo, sonhei em colocar alguns dos meus trabalhos na Internet. Finalmente, aqui está o povonline. Aqui estão amostras de desenhos, cartoons editoriais e fotos e histórias para debater. É um começo. Estava indeciso entre um blogue e um sítio web.” Na verdade, alguns autores escolheram criar sítios web personalizados, tal como **Bob Kanza** (<http://bobdestin.site.voila.fr/index.html>), nascido em Congo-Brazzaville e autor da personagem Sergent Deux Togo para o jornal semanal costa-marfinense Gbich!. A página web www.mayval.eu é um site bem pensado pelo camaronês **Mayval**, que publica os seus vários trabalhos; posters, capas de CD, gráficos de estruturação e desenhos, etc.

O sítio web de **Damien Glez** (<http://www.glez.org/eng/home.htm>), autor do Journal du Jeudi, no Burquina Faso merece uma visita pelos seus retratos e caricaturas, tais como da banda desenhada, 'Divina Comédia'. O facto de ter detalhes dos seus trabalhos colocados na Internet não trazem automaticamente negócios aos artistas, mas faz com que haja oportunidade de ultrapassar as dificuldades de distância e financeiras com vista a uma carreira de sucesso.

No passado, para conhecer o bom cenarista ou o editor interessado, apenas seria possível em grandes acontecimentos como festivais cómicos. Agora, com muito pouco dinheiro mostram o que conseguem fazer; para os seus amigos, leitores, para o mundo, com a esperança de que algo aconteça um dia. ■

Palavras-chave

Internet; blogue; cartoonistas africanos; cómicos; Pat Masioni; Damien Glez; Pahé; Bob Kanza; Moniri M'Baé; Adjim Danngar; Didier Viode

ENCRUZILHADAS CULTURAIS: Festival ZIFF

Um evento cultural importante que está a ter lugar na África Oriental é o Festival Internacional de Cinema de Zanzibar (ZIFF), um evento cultural anual.

| Luta de Mwaka Kogwa, ZIFF 2008. © ziff/Pandu

Na sua 11ª edição, o Festival Internacional de Cinema de Zanzibar realizou-se de 11 a 20 de Julho de 2008 no pitoresco Forte Velho em Stone Town. ZIFF é também o nome da organização não governamental e sem fins lucrativos que trabalha no Zanzibar desde 1997 e que organiza este evento para proteger e preservar a riqueza da herança cultural da região. "Do ponto de vista das vantagens do Zanzibar, no Oceano Índico, oferecemos uma perspectiva sobre as tendências contemporâneas na cultura global que abordam as ideias definidas do século vinte e um", dizem eles.

No intuito de promover e desenvolver a indústria cinematográfica e outras indústrias culturalmente relevantes como ferramentas para o crescimento social e económico na região, o ZIFF criou o festival anual aberto a todos os filmes africanos e filmes dos países da região Dhow: Sudeste da Ásia, a Península Arábica, o Golfo Pérsico, Irão, Paquistão e as Ilhas Oceânicas Indianas.

A selecção oficial das películas inclui três secções: competição oficial, destinada a curtas-metragens, ficção ou documentários, pelos realizadores africanos e dos países Dhow;

secção de documentário, aberta a filmes de vídeo pelos realizadores africanos e realizadores dos países Dhow e filmes de escravatura, abertos a todos os países em todos os formatos e géneros.

As películas e vídeos que competiram no ZIFF este ano abordaram tópicos importantes como a diversidade cultural, os direitos humanos, com uma atenção particular às mulheres e crianças, à integridade individual, à cultura de Diáspora e à conservação.

O ZIFF apresenta um pacote de programas de ateliês, conferências, música internacional, artes cénicas, exposições e eventos com vista a realçar o valor temático do festival: encruzilhadas culturais.

Patrocinadores importantes tais como a Fundação Ford, Africalia e Hivos apoiaram este evento. **S.F.** ■

Palavras-chave

Festival Internacional de Cinema de Zanzibar (ZIFF); películas; Sandra Federici.

FILMES VENCEDORES NO ZIFF 2008

O Dhow de Ouro
Ezra de Newton I Aduaka, Nigéria/
França, 2007

O Dhow de prata
India Untouched de Stalin K., Índia,
2007

África Oriental
African Leans de Shравan Vidyarthi,
Quénia, 2008

Prémio Sembene Ousmane
Into the light de Peter Glen, EUA,
2007

Escolha Especial do Jurado
Laya Project de Harold Monfils,
Índia, 2006

Elisabetta Degli Sposti Merli

'ETHNO-PASSION'

Colecção étnica de Peggy Guggenheim

Máscara Kholuka, Norte de Yaka, Congo. Madeira leve, fibras de rafia, lianas, resina e pigmentos. © Paolo Mantusardi, Milão

A Galeria Gottardo em Lugano (Suíça) recebe a primeira exposição mundial de trabalhos de arte 'étnicos' recolhidos da colecionadora americana Peggy Guggenheim.

Peggy Guggenheim é uma das maiores colecionadoras de arte do século vinte. Fascinada pelo surrealismo ocidental, desenvolveu um interesse por aquilo que habitualmente é definido como "arte primitiva" ou "nativa". O primeiro contacto que teve foi durante a sua curta, turbulenta, mas intensa relação com o pintor Alemão Max Ernst. No início, o seu amor pela arte étnica foi uma fonte de competição. Irritava-se com o amor de Ernst pelos seus objectos exóticos.

Nos anos que se seguiram, também ela desenvolveu uma verdadeira paixão pelos mesmos objectos. Subconscientemente foi atraída para eles sem realmente querer mergulhar no seu significado. Disse: "Ao apreciar a arte moderna, é mais relevante analisar as diferenças entre as escolas do Congo do que entre as tribos Renascidas."

Peggy Guggenheim encheu o seu maravilhoso Palácio Venier dei Leoni em Veneza com objectos de arte de África, Oceânia e América. Hoje, cinquenta objectos desta colecção compõem parte da exposição "Paixão Étnica", presente na Galeria Gottardo de Lugano. O título da exposição sublinha o prazer de Peggy

Guggenheim pelos objectos: a rica colecionadora encantada no seu esteticismo.

Tendo como curador Franco Rogantini, director da Galeria Suíça, e Philip Rylands, director da Colecção de Peggy Guggenheim, esta primeira exposição mundial abriu ao público depois de um trabalho exaustivo de restauração e pesquisa científica realizado pelo Museu das Culturas de Lugano, sob a direcção de Francesco Paolo Campione.

O principal objectivo da exposição é devolver aos objectos étnicos não só o seu aspecto estético, como também o seu lugar legítimo na história cultural, tanto no trabalho de restauração preciso como reunindo cartões de exposição descritivos, uma tarefa levada a cabo pelo Museu de Cultura e outros especialistas na matéria.

Entre esses trabalhos de arte expostos estão: a terracota colombiana e mexicana e, da África Ocidental, cristas de madeira utilizadas durante a dança ciwara e várias máscaras cerimoniais. As figuras intrinsecamente esculpidas vêm originariamente da Papua Nova Guiné.

Outra das peças de destaque da colecção é a

"Wuramon" ("Barco das almas") da Oceânia: é uma espécie de canoa longa com cerca de 226 cm de comprimento utilizada em cerimónias fúnebres pelo povo Asmat da Melanésia.

Expor colecções de cidadãos anónimos, patronos de arte e pessoas que dedicaram a sua vida a objectos artísticos é uma das últimas tendências dos museus, tal como é ilustrado pela colecção Pigozzi ou a Colecção Africana Sindika Dokolo.

Tais exposições dão ao público uma perspectiva pessoal onde o objectivo não é necessariamente alargar o conhecimento. A exposição assegura não só os seus próprios termos etnográficos, como também o prazer estético, de acordo com a tendência do surrealismo.

A exposição foi prorrogada até ao dia 18 de Outubro de 2008, devido ao êxito junto do público. ■

Palavras-chave

Peggy Guggenheim; Galeria Gottardo; colecção étnica; arte africana; Lugano; Suíça.

AS POUPANÇAS DE GOOR, T.T. Fons



Por cortesia do autor.

A palavra aos leitores!

Estamos interessados na sua opinião e nas suas reacções aos artigos desta edição. Sendo assim, diga-nos o que pensa deles.

Os Africanos são um povo muito especial no sentido de que são diferentes de todos os outros. O artigo “Ser Africano na Roménia” (Edição 4) é bastante interessante na medida em que transmite uma imagem clara de como um Africano é visto e tratado fora do seu país.

Tebidhenry

Achei o artigo sobre os “50 anos de Cooperação entre a UE e os ACP” (Edição Especial 1) bem escrito, informativo e com uma visão bem clara.

Rumyana Dobrev

A população de Kalemie na República Democrática do Congo (RDC) não tem conhecimento do que se passa nos países ACP. O Correio permite ao nosso povo conhecer melhor estes países. Obrigado.

Tharcisse

Directora da Biblioteca de Kabulo Kalemie (RDC)

Estou realmente satisfeito que tenha saído uma nova série de O Correio. Os meus filhos, que estudam geografia na Universidade Cheikh Anta Diop de Dacar, também ficarão satisfeitos. A interrupção na publicação transtornou a pesquisa que estavam a efectuar.

Sadia Sambou Bignona (Senegal)

Agenda

Outubro – Dezembro 2008



Outubro 2008

- **2-3** 6.ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo ACP (Acra, Gana) www.acp.int
- **8** Publicação pela Comissão das CE da Comunicação sobre as relações China-África-UE
- **20-23** 2.º Encontro dos Ministros da Educação ACPE (Bruxelas, Bélgica)
- **21-24** 8.º Fórum EURAFRIC-Partners sobre a Água e a Energia em África (Lyon, França) www.adeafrance.org www.eurafric.org
- **27-30** Segundo Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento (Manila, Filipinas)

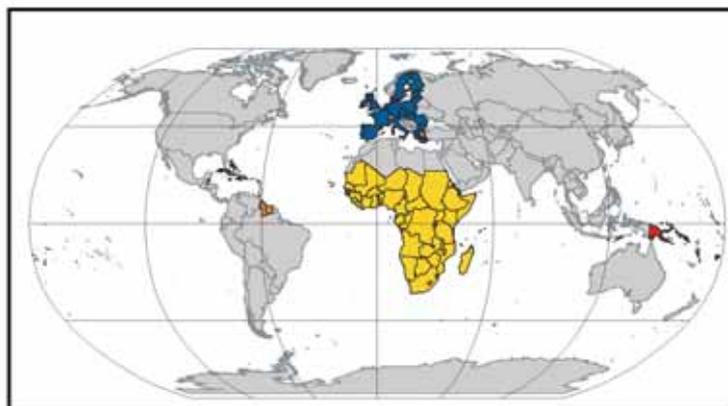
Novembro

- **15-17** Jornadas Europeias do Desenvolvimento de 2008 (Estrasburgo, França) www.eudevdays.eu
- **24-27** 16.ª Sessão da Assembleia Parlamentar Conjunta ACP-UE (Port Moresby, Papuásia-Nova Guiné) www.europarl.europa.eu/intcoop/acp
- **29-3** Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento: conferência de revisão do consenso de Monterrey (Doha, Qatar)

Dezembro

- **4-5** Encontro de Directores das Organizações de Integração Regional dos ACP (Bruxelas, Bélgica) www.acp.int www.ec.europa/trade/
- **11-12** 88.ª Sessão do Conselho de Ministros ACP (Bruxelas, Bélgica) www.acp.int ■

Países de África – Caraíbas – Pacífico e União Europeia



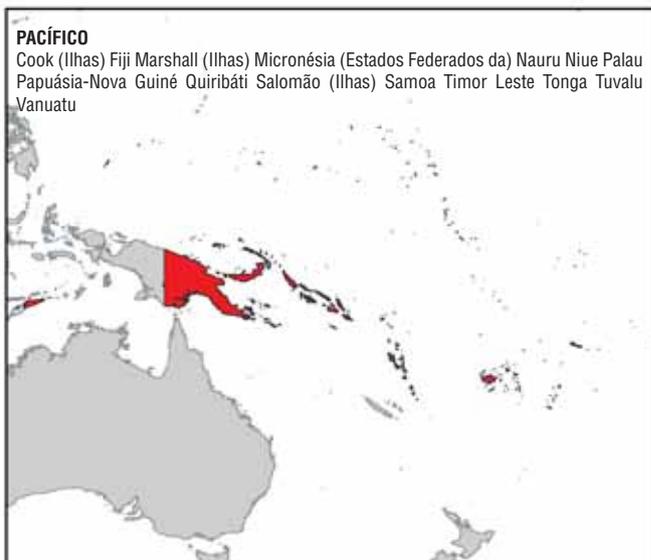
CARAÍBAS

Antígua e Barbuda Baamas Barbados Belize Cuba Dominica Granada Guiana Haiti Jamaica República Dominicana São Cristóvão e Nevis Santa Lúcia São Vicente e Granadinas Suriname Trindade e Tobago



PACÍFICO

Cook (Ilhas) Fiji Marshall (Ilhas) Micronésia (Estados Federados da) Nauru Niue Palau Papuásia-Nova Guiné Quiribáti Salomão (Ilhas) Samoa Timor Leste Tonga Tuvalu Vanuatu



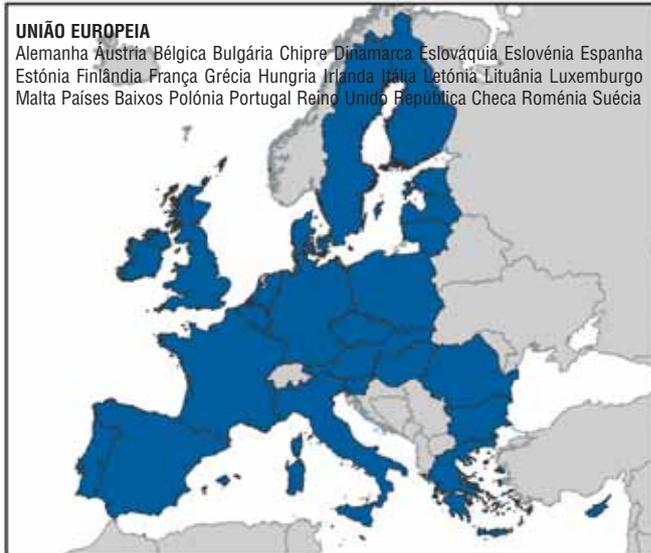
ÁFRICA

África do Sul Angola Benim Botsuana Burquina Faso Burundi Cabo Verde Camarões Chade Comores Congo (República Democrática) Congo (Brazzaville) Costa do Marfim Djibouti Eritreia Etiópia Gabão Gâmbia Gana Guiné Guiné-Bissau Guiné Equatorial Lesoto Libéria Madagascar Malawi Mali Mauritânia Maurícia (Ilha) Moçambique Namíbia Níger Nigéria Quênia República Centro-Africana Ruanda São Tomé e Príncipe Senegal Seicheles Serra Leoa Somália Suazilândia Sudão Tanzânia Togo Uganda Zâmbia Zimbábue



UNIÃO EUROPEIA

Alemanha Áustria Bélgica Bulgária Chipre Dinamarca Eslováquia Eslovénia Espanha Estónia Finlândia França Grécia Hungria Irlanda Itália Letónia Lituânia Luxemburgo Malta Países Baixos Polónia Portugal Reino Unido República Checa Roménia Suécia



As listas dos países publicadas pelo Correio não prejudgam o estatuto dos mesmos e dos seus territórios, actualmente ou no futuro. O Correio utiliza mapas de inúmeras fontes. O seu uso não implica o reconhecimento de nenhuma fronteira em particular e tampouco prejudica o estatuto do Estado ou território.

